

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC**  
**CENTRO DE CIÊNCIA HUMANAS E DA EDUCAÇÃO - FAED**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL**  
**DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL – PPGPLAN**

**ELISA SERENA GANDOLFO**

**SOCIOBIODIVERSIDADE E DINÂMICA TERRITORIAL: CONSERVAÇÃO E USO**  
**DE BUTIAZAIS NO MUNICÍPIO DE IMBITUBA (SC)**

**FLORIANÓPOLIS**

**2023**

**ELISA SERENA GANDOLFO**

**SOCIOBIODIVERSIDADE E DINÂMICA TERRITORIAL: CONSERVAÇÃO E USO  
DE BUTIAZAIS NO MUNICÍPIO DE IMBITUBA (SC)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, área de concentração em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Econômico e Espacial.

Orientador: Professor Doutor Douglas Ladik Antunes.

**FLORIANÓPOLIS**

**2023**

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da  
Biblioteca Universitária Udesc,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Martins, Elisa Serena Gandolfo Martins  
Sociobiodiversidade e Dinâmica Territorial : Conservação e uso  
de butiazais no município de Imbituba (SC) / Elisa Serena Gandolfo  
Martins Martins. -- 2023.  
149 p.

Orientador: Douglas Ladik Antunes Antunes  
Tese (doutorado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina,  
Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de  
Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento  
Socioambiental, Florianópolis, 2023.

1. Butia catarinensis. 2. sociobiodiversidade. 3. formação  
socioespacial. 4. ecologia histórica. 5. conflitos ambientais. I.  
Antunes, Douglas Ladik Antunes. II. Universidade do Estado de  
Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação,  
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e  
Desenvolvimento Socioambiental. III. Título.

**ELISA SERENA GANDOLFO**

**SOCIOBIODIVERSIDADE E DINÂMICA TERRITORIAL: CONSERVAÇÃO E USO  
DE BUTIAZAIS NO MUNICÍPIO DE IMBITUBA (SC)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, área de concentração em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Econômico e Espacial.

Orientador: Professor Doutor Douglas Ladik Antunes.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Douglas Ladik Antunes

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Membros:

Prof. Dr. Nivaldo Peroni

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Dr. Rodrigo Rodrigues de Freitas

Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)

Dra. Rosa Lia Barbieri

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Clima Temperado)

Profa. Dra. Isa de Oliveira

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Aos meus filhos, Caio e Diana.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar à minha família, Léo, Caio e Diana, que me acompanharam e me apoiaram durante todo o processo, desde os estudos para o ingresso no curso até a finalização da tese.

À minha mãe, Luciana Gandolfo, que sempre confiou em mim e me deu todo o suporte necessário, desde que eu nasci, para chegar até aqui.

Ao Programa de Pós Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental (PPGPlan) da Udesc e seus excelentes professores, que se adaptaram a todas as dificuldades impostas pela pandemia de Covid-19, garantindo a excelência do curso.

Ao meu orientador, Dr. Douglas Ladik Antunes, por sua confiança, paciência e sensibilidade, pela leitura atenta e excelentes contribuições, tornando o processo de pesquisa e escrita o mais leve possível.

Aos meus colegas de turma, que ingressaram em 2019 e enfrentaram todo o período de pandemia, sempre se apoiando. Em especial à Ana Carolina Vicenzi Franco, que me apresentou de forma apaixonada ao universo de Milton Santos, e à Carmen Garcez, que sempre esteve ao meu lado e contribuiu de forma magnífica para a escrita do primeiro artigo desta tese.

Aos membros da banca de qualificação, Dra. Isa de Oliveira, Dr. Nivaldo Peroni e Dr. Rodrigo Rodrigues de Freitas, pelas excelentes contribuições e por terem aceitado participar da banca de defesa da tese, junto com a Dra. Rosa Lia Barbieri, cujo trabalho é fundamental para a valorização dos butiazais. E ao Dr. Walter Steenbock, cuja agenda não tornou possível sua presença como membro titular, mas ainda assim aceitou sua participação como suplente.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), meu local de trabalho, por ter me concedido afastamento para qualificação, garantindo o tempo necessário ao bom andamento do processo de pesquisa.

Ao Dr. João Henrique Quoos, meu colega e amigo, por tantas conversas construtivas e pela elaboração dos mapas e imagens da tese.

À Dra. Ana Beatriz Saldanha Pereira, ao psicólogo Maike Mansur, à mãe Tamih e ao pai Márcio e toda a corrente do Reino de Xangô da Pedra Preta e Mãe Janaína, por terem me ajudado a manter a saúde física, mental e espiritual durante todo o processo.

Às minhas amigas Francisca A. C. Brasileiro, Karina Figueiró, Giuliana Pazzanese, Mariane Elis Beretta, Lenise Santana, Juliana Eichenberg. Juliana Stock e Rochelle Bagatini, que em tantos momentos me resgataram e proporcionaram momentos agradáveis para me manter saudável.

À Marlene Borges e à Maria Aparecida Ferreira, lideranças comunitárias e mulheres que doam boa parte de suas vidas para a defesa do território e de seus modos de vida, tornando-se referências nas causas socioambientais.

Por fim, agradeço àqueles que tornaram tudo isso possível, ou seja, os participantes da pesquisa, que cederam parte do seu tempo e me receberam com tanto carinho em suas casas ou locais de trabalho e que, junto com os butiazais, resistem em meio a tantas pressões.

“Da minha aldeia vejo quanto da terra se pode ver o  
Universo....  
Por isso a minha aldeia é grande como outra qualquer  
Porque eu sou do tamanho do que vejo  
E não do tamanho da minha altura...  
Nas cidades a vida é mais pequena  
Que aqui na minha casa no cimo deste outeiro.  
Na cidade as grandes casas fecham a vista a chave,  
Escondem o horizonte, empurram nosso olhar para longe  
de todo o céu,  
Tornam-nos pequenos porque nos tiram o que os nossos  
olhos nos podem dar,  
E tornam-nos pobres porque a única riqueza é ver”  
(Fernando Pessoa - heterônimo Alberto Caeiro)

“Se oriente, rapaz, pela constatação de que a aranha vive  
do que tece. Vê se não se esquece. Pela simples razão de  
que tudo merece... Consideração!”  
(Gilberto Gil)



## RESUMO

Butiazais são ecossistemas com predomínio de palmeiras do gênero *Butia*. No litoral centro-sul de Santa Catarina e norte do rio Grande do Sul há ocorrência de butiazais formados pela espécie *Butia catarinensis*, considerada endêmica e ameaçada de extinção. A presente tese resulta da análise da presença de butiazais no município de Imbituba (SC), considerando-os como produto da sociobiodiversidade, a partir de sua inserção na formação econômica e social do município e das relações estabelecidas com tal ecossistema ao longo do tempo. A descrição da formação socioespacial do município e aspectos da ecologia histórica com foco na distribuição dos butiazais foram utilizados como pressupostos teóricos para a análise, seguidos pela relação entre os modos de vida, as territorialidades e os conflitos gerados pela sobreposição de interesses nas áreas de butiazal e finalizando com a análise da inserção das áreas de butiazal nos instrumentos legais e de planejamento territorial que incidem sobre o território. A pesquisa teve caráter qualitativo, contando com levantamento bibliográfico e documental, entrevistas semiestruturadas com representantes da comunidade local e instituições diretamente ligadas ao tema da conservação e uso dos butiazais, observações em campo, oficina de mapeamento participativo das áreas de butiazal presentes e suprimidos, levantamento das diligências envolvendo áreas de butiazal e análise da legislação e dos instrumentos de planejamento territorial. A pesquisa demonstrou que a área ocupada por butiazal sofreu grande fragmentação ao longo do tempo, tendo sido os fragmentos atuais mantidos e manejados pela comunidade local devido à sua importância como recurso. As atividades urbano-industriais iniciadas no final do século XIX e a expansão imobiliária resultante do crescimento do turismo nas últimas quatro décadas configuram-se como as principais ameaças, tanto aos butiazais quanto aos modos de vida da comunidade local. Atualmente, a extração de frutos para produção de polpa e das folhas para a confecção de artesanato são importantes fontes de renda complementar para a comunidade. Ainda que a legislação ambiental preveja proteção específica aos butiazais, sua presença nos instrumentos de planejamento territorial ainda é bastante frágil. Devido à importância dos butiazais para a comunidade local, suas formas de conservação devem considerar, de forma integrada, a garantia de livre acesso aos mesmos.

Palavras-chave: *Butia catarinensis*; sociobiodiversidade; formação socioespacial; ecologia histórica; conflitos ambientais.

## ABSTRACT

Butia palm groves are ecosystems where palm trees of the genus *Butia* predominate. The south-central coast of Santa Catarina and the north of Rio Grande do Sul are home to butia palm groves formed by the species *Butia catarinensis*, which is considered endemic and threatened with extinction. This thesis is the result of an analysis of the presence of butia palm groves in the municipality of Imbituba (SC), considering them as a product of socio-biodiversity, based on their insertion in the municipality's social and economic formation and the relationships established with this ecosystem over time. The description of the socio-spatial formation of the municipality and aspects of historical ecology with a focus on the distribution of butia palm groves were used as theoretical assumptions for the analysis, followed by the relationship between livelihoods, territorialities and conflicts generated by overlapping interests in butia palm grove areas, ending with an analysis of the inclusion of butia palm grove areas in the legal and territorial planning instruments that affect the territory. The research was qualitative in nature, including a bibliographic and documentary survey, semi-structured interviews with representatives of the local community and institutions directly linked to the issue of conservation and use of butia palm groves, field observations, a workshop on participatory mapping of butia palm grove areas present and suppressed, a survey of the proceedings involving butia palm grove areas and an analysis of the legislation and territorial planning instruments. The research showed that the area occupied by butia palm grove has suffered great fragmentation over time, with the current fragments being maintained and managed by the local community due to their importance as a resource. The urban-industrial activities that began at the end of the 19th century and the expansion of real estate as a result of the growth in tourism over the last four decades are the main threats to both the butia palm grove and the local community's livelihoods. Currently, the extraction of fruit to produce pulp and leaves to make handicrafts are important sources of supplementary income for the community. Although environmental legislation provides for specific protection for butia palm grove, their presence in territorial planning instruments is still quite fragile. Due to the importance of the butia palm groves to the local community, the ways of conserving them must take into account, in an integrated way, the guarantee of free access.

**Keywords:** *Butia catarinensis*; socio-biodiversity; socio-spatial formation; historical ecology; environmental conflicts.

## RESUMÉN

Los palmares de butiá son ecosistemas dominados por palmeras del género *Butia*. En el litoral centro-sur de Santa Catarina y norte de Rio Grande do Sul existen palmares de butia formados por la especie *Butia catarinensis*, considerada endémica y amenazada de extinción. Esta tesis es el resultado de un análisis de la presencia de palmares de butiá en el municipio de Imbituba (SC), considerándolos como un producto de la sociobiodiversidad, a partir de su inclusión en la formación social y económica del municipio y de las relaciones establecidas con este ecosistema a lo largo del tiempo. La descripción de la formación socio-espacial del municipio y aspectos de la ecología histórica con enfoque en la distribución de los palmares de butiá fueron utilizados como presupuestos teóricos para el análisis, seguido de la relación entre formas de vida, territorialidades y conflictos generados por la superposición de intereses en las áreas palmares de butiá, finalizando con el análisis de la inclusión de las áreas de palmares de butia en los instrumentos legales y de planificación territorial que afectan el territorio. La investigación fue de naturaleza cualitativa, incluyendo un relevamiento bibliográfico y documental, entrevistas semi-estructuradas con representantes de la comunidad local e instituciones directamente vinculadas a la temática de conservación y uso de los palmares de butiá, observaciones de campo, un taller de mapeo participativo de las áreas de palmares de butiá presentes y suprimidas, un relevamiento de procesos que involucran áreas de palmares de butiá y un análisis de la legislación e instrumentos de planificación territorial. La investigación mostró que el área ocupada por el palmar de butiá ha sufrido una gran fragmentación a lo largo del tiempo, siendo los fragmentos actuales mantenidos y gestionados por la comunidad local debido a su importancia como recurso. Las actividades urbano-industriales iniciadas a finales del siglo XIX y la expansión inmobiliaria derivada del crecimiento del turismo en las últimas cuatro décadas son las principales amenazas tanto para el palmar de butiá como para el modo de vida de la comunidad local. En la actualidad, la extracción de frutos para producir pulpa y hojas para fabricar artesanía son importantes fuentes de ingresos complementarios para la comunidad. Aunque la legislación medioambiental prevé una protección específica para los palmares de butiá, su presencia en los instrumentos de planificación territorial es todavía bastante frágil. Debido a la importancia de los palmares de butiá para la comunidad local, las formas de conservarlas deben tener en cuenta, de forma integrada, la garantía del libre acceso a las mismas.

Palabras clave: *Butia catarinensis*; sociobiodiversidad; formación socioespacial; ecología histórica; conflictos medioambientales.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> - Distribuição geográfica do gênero <i>Butia</i> (Arecaceae) na América do Sul e da espécie <i>Butia catarinensis</i> .....	21
<b>Figura 2</b> - Butiazal localizado nos Areais da Ribanceira (Imbituba/SC) .....	22
<b>Figura 3</b> - Utilização atual do <i>Butia catarinensis</i> : em sentido horário: artesanato local com palha de butiá, chapéu de palha de butiá, butiazeiro como ornamentação em quintal, produtos alimentícios à base de frutos de butiá. ....	25
<b>Figura 4</b> - Mapa de localização do município de Imbituba / SC / Brasil .....	28
<b>Figura 5</b> - Mapa de localização dos bairros do município de Imbituba .....	29
<b>Figura 6</b> - Oficina de mapeamento participativo de butiazais realizada durante o IV Seminário da Rota dos Butiazais.....	34
<b>Figura 7</b> - Estrutura conceitual da Ecologia Histórica.....	39
<b>Figura 8</b> - Carta topográfica da Província de Santa Catarina produzida por José Joaquim Machado de Oliveira para o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro em 1842, com detalhe aproximado da região denominada Campo do Una. ....	44
<b>Figura 9</b> - Carta topográfica de parte da Província de Santa Catarina organizada pelo Comissão de Registro Geral e Estatística das Terras Públicas e produzido pelos engenheiros Carlos Rivierre, Manuel da Cunha Sampaio, Emílio Odebrecht, Pedro Luiz Taulois e Henri que Kreplin em 1872, com detalhe aproximado da região denominada Campo do Una. ....	44
<b>Figura 10</b> - Roda de butiá no Rio Grande do Sul .....	45
<b>Figura 11</b> - Mapa de localização da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca .....	50
<b>Figura 12</b> - Primeiro carregamento de carvão que chegou de trem no Porto de Imbituba, de 700 toneladas, no vapor Senator, com destino a Buenos Aires. ....	51
<b>Figura 13</b> - Pequeno fragmento de butiazal em quintal no Bairro Vila Esperança (Imbituba/SC) .....	53
<b>Figura 14</b> - Mapa de remanescentes de <i>Butia catarinensis</i> no município de Imbituba, SC ....	56
<b>Figura 15</b> - Pequeno fragmento de butiazal em regeneração em área de roça abandonada no Bairro Ibiraquera (Imbituba/SC).....	57
<b>Figura 16</b> - Extração de frutos de <i>Butia catarinensis</i> nos Areais da Ribanceira (Imbituba/SC) .....	59
<b>Figura 17</b> - Despolpadeira de butiá da Associação Comunitária Rural de Imbituba (Acordi) 60	

<b>Figura 18</b> - Vista do centro de Imbituba a partir do Morro das Antenas em 1953.....	77
<b>Figura 19</b> - Engenho de farinha localizado ao lado de residência no Bairro Ibiraquera (Imbituba/SC) .....	78
<b>Figura 20</b> -Área cercada no entorno de butiazal nos Areais da Ribanceira (Imbituba/SC) ....	85
<b>Figura 21</b> - Imagens comparativas da área que compreende parte dos Areais da Ribanceira, a Praia D'água e a região do entorno do Porto de Imbituba (SC) em 1957 e 2023 .	88
<b>Figura 22</b> - Detalhe do mapeamento de butiazais nos Areais da Ribanceira (Imbituba/SC) ..	90
<b>Figura 23</b> - Imagens comparativas da Praia do Rosa (Imbituba/SC) em 1957 e 2023.....	91
<b>Figura 24</b> - Imagens comparativas do bairro Ibiraquera (Imbituba/SC) em 1957 e 2023.....	93
<b>Figura 25</b> - Pontos de supressão de butiazais apontados na oficina de mapeamento participativo realizada durante o IV Encontro da Rota dos Butiazais no município de Imbituba sobrepostos ao mapa de distribuição atual dos butiazais no município.....	101
<b>Figura 26</b> - Vista aérea de área de butiazal queimada no entorno da Paria D'água (2019); vista aérea de área de butiazal queimada nos Areais da Ribanceira (2019); queimada em butiazal no Morro do Mirim (2020).....	107
<b>Figura 27</b> - Abraço simbólico em área de butiazal queimado nos Areais da Ribanceira (2017) .....	108
<b>Figura 28</b> - Depósito irregular de lixo com focos de incêndio na principal via de acesso à Acordi (Imbituba/SC) sob Área de butiazal .....	109
<b>Figura 29</b> - Mapa de zoneamento do Plano de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba – Plano regulador e de uso do solo .....	111
<b>Figura 30</b> - Detalhe da área de fragmento de butiazal entre os Areais da Ribanceira e Praia D'água entrecortada pela Rodovia João Martins (Imbituba – SC) .....	114
<b>Figura 31</b> - Mapa de zoneamento do plano de manejo da área de Proteção Ambiental da Baleia Franca .....	116
<b>Figura 32</b> - Detalhe do zoneamento do plano de manejo da área de Proteção Ambiental da Baleia Franca no município de Imbituba (SC) .....	117
<b>Figura 33</b> - Área proposta para tombamento do Conjunto Paisagístico e Arqueológico das Dunas da Ribanceira .....	118
<b>Figura 34</b> - Representação esquemática da região dos Areais da Ribanceira de Imbituba, Santa Catarina, com destaque para os principais recursos vegetais nas diferentes paisagens da área (arte: Hatsi C. Rio Apa).....	121

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Referencial teórico: conceitos e principais autores.....	23
<b>Quadro 2</b> - Listagem dos informantes entrevistados e identificação em relação à sexo (M – masculino / F – feminino), idade, ocupação, origem, relação com os butiazais e forma de relação .....	31
<b>Quadro 3</b> - Categorias de análise e conteúdos relacionados .....	33
<b>Quadro 4</b> - Descrição dos inícios dos períodos de ocupação do município de Imbituba que geraram as atividades econômicas atuais .....	76
<b>Quadro 5</b> - Dispositivos legais de proteção ao Butia catarinensis nos municípios de Imbituba e Laguna, SC.....	98
<b>Quadro 6</b> - Descrição dos pontos de supressão de butiazais levantados na oficina de mapeamento participativo dos butiazais de Imbituba durante o IV Seminário da Rota dos Butiazais – 2017 .....	102
<b>Quadro 7</b> - Diligências de fiscalização da Secretaria de Meio Ambiente de Imbituba envolvendo a espécie Butia catarinensis no período de 2015 a 2022.....	105
<b>Quadro 8</b> - Usos compatíveis por região, mediante projeto especial, nas Zonas de Proteção Ambiental do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Município de Imbituba (PDDSI) .....	112

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Acordi	Associação Comunitária Rural de Imbituba
APABF	Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca
APP	Área de Preservação Permanente
Aspesci	Associação de Pesca da Ibiraquera
CCI	Conselho Comunitário da Ibiraquera
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CMPC	Conselho Municipal de Política Cultural
Codisc	Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina
Conama	Conselho Nacional do Meio Ambiente
Consema/SC	Conselho Estadual de Meio Ambiente de Santa Catarina
Embrapa	Empresa de Pesquisa Agropecuária
ESG	<i>Environmental, Social and Governance</i>
Flama	Fundação Lagunense de Meio Ambiente
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICC	Indústria Carboquímica Catarinense
ICISA	Indústria Cerâmica de Imbituba - Sociedade Anônima
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IFSC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
IMA	Instituto do Meio Ambiente
Iphae	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MAPA	Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MIMQCB	Movimento Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco
MMA	Ministério do Meio Ambiente
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PDDII	Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Imbituba
PDDSI	Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba



PGPM-Bio	Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade
PMA	Plano da Mata Atlântica
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNPCPS	Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
Resex	Reserva Extrativista
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente
Sudepe	Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UC	Unidade de Conservação
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ZI	Zona Industrial
ZPA	Zonas de Proteção Ambiental
ZPE	Zona de Processamento de Exportação
ZPU	Zona de Parque Urbano
ZR	Zona Rururbana
ZRIE	Zona de Relevante Interesse Ecológico
ZRUP	Zona Residencial Uni e Plurifamiliar
ZUD	Zona de Uso Divergente
ZUE	Zona de Uso Especial
ZURE	Zona de Uso Restrito

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>19</b>
Objetivos .....	27
Metodologia .....	28
Local de estudo: o município de Imbituba .....	28
Questões metodológicas .....	29
Estrutura da tese .....	35
 <b>Capítulo 1: Formação socioespacial e aspectos da ecologia histórica dos butiazais no município de Imbituba (SC).....</b>	<b>37</b>
1.1. Da pré-história à ocupação de base açoriana .....	40
1.2. O convívio com outras forças produtivas.....	48
1.3. Butiazais no contexto atual: aspectos culturais, econômicos e de conservação da biodiversidade .....	58
1.4. Entre passado, presente e futuro: considerações a partir da formação socioespacial e da ecologia histórica .....	63
 <b>Capítulo 2: Butiazais como zona de convergências e divergências de territorialidades no município de Imbituba.....</b>	<b>66</b>
2.1. Território, territorialidades e modos de vida.....	66
2.2. Territorialidades envolvidas na conservação e uso de palmeiras no Brasil .....	71
2.3. Multiterritorialidade no município de Imbituba .....	75
2.4. Implicações da multiterritorialidade sobre a conservação e uso dos butiazais .....	83
2.5. Considerações sobre multiterritorialidade, modos de vida e conflitos relacionados à presença dos butiazais em Imbituba.....	94
 <b>Capítulo 3 - Ameaças, proteção legal e a inserção dos butiazais em instrumentos de planejamento do município de Imbituba (SC).....</b>	<b>97</b>
3.1. Principais ameaças aos butiazais no município de Imbituba .....	100
3.2. Os butiazais nos instrumentos de planejamento territorial que incidem sobre o município de Imbituba .....	109
3.3. Desafios à conservação e uso dos butiazais em Imbituba .....	118
 <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>124</b>
 <b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>131</b>

<b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....</b>	<b>144</b>
--	------------

<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA .....</b>	<b>146</b>
---	------------

## INTRODUÇÃO

O Brasil é reconhecido mundialmente por ser detentor de megabiodiversidade. Dos seis biomas definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dois são considerados *hotspots* de biodiversidade: Mata Atlântica e Cerrado, ou seja, regiões biogeográficas com alto grau de endemismo e que possuem menos de 30% de sua cobertura original (MYERS *et al.*, 2000). De forma análoga à biodiversidade, o Brasil também abriga grande diversidade cultural, expressa no grande número de povos e comunidades tradicionais que habitam todo o território nacional, definidos pelo Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007 como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Em territórios marcadamente heterogêneos na atualidade, como em cidades litorâneas que sofreram rápido processo de urbanização, as marcas da forte relação entre esses grupos e a biodiversidade local está presente na configuração da paisagem e em traços de seus modos de vida ressignificados em uma nova dinâmica territorial. O termo sociobiodiversidade surge nesse contexto como articulador entre a diversidade biológica e a diversidade cultural, dando visibilidade ao reconhecimento do papel da sociodiversidade na produção e conservação da biodiversidade e considerando-as indissociáveis na compreensão dos territórios e na formulação de políticas públicas (RAMOS *et al.*, 2017).

De acordo com Ramos *et al.* (2017), as discussões sobre a sociobiodiversidade são fruto do socioambientalismo, considerado um movimento social e acadêmico que repercute na esfera jurídica inserindo povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, que historicamente fazem uso de recursos da biodiversidade e possuem saberes construídos sobre sua produção e manejo, nas discussões sobre conservação ambiental.

Em 2009 foi lançado o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPCPS), resultado de um esforço envolvendo o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O documento define produtos da sociobiodiversidade como:

Bens e serviços (produtos finais, matérias primas ou benefícios) gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse

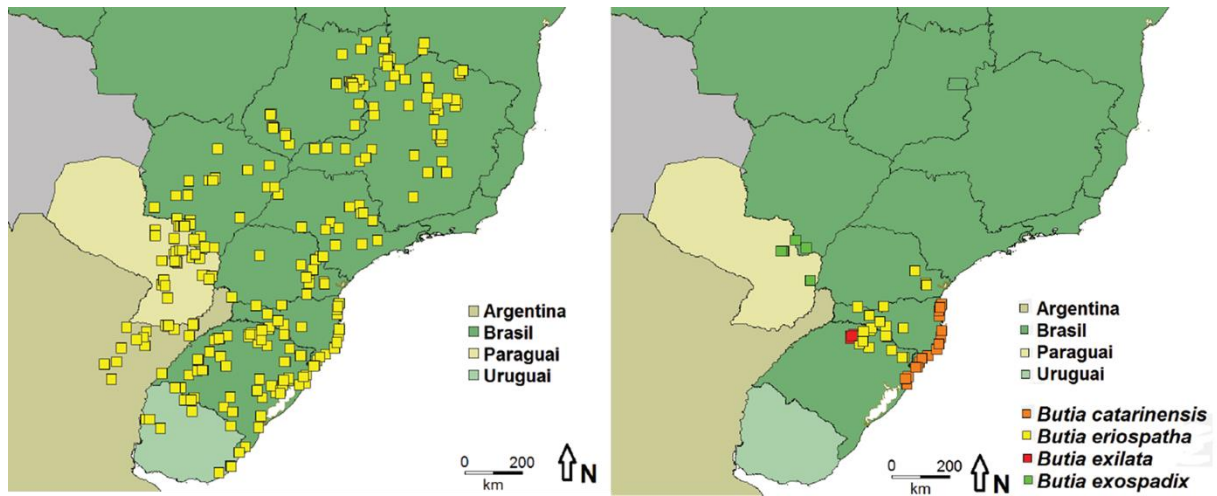
dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem (MMA; MDA; MDS, 2009).

Desde 2016 o governo federal reconhece produtos da sociobiodiversidade para fins de comercialização *in natura* ou de seus produtos derivados, inserindo-os no âmbito das operações realizadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), pela Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) e pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. A portaria interministerial nº 10, de 21 de julho de 2021 do MMA e do Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) incluiu 94 espécies nativas de potencial alimentício na lista de produtos da sociobiodiversidade reconhecidos (MAPA; MMA, 2021), entre os quais encontra-se o *Butia catarinensis* Noblick e Lorenzi, objeto de estudo desta tese.

Ainda que esforços para a promoção e fortalecimento de cadeias de produtos da sociobiodiversidade sejam instrumentos importantes, é essencial que o conceito não seja reduzido apenas à lógica de mercado, uma vez que é resultante de um diálogo “multicultural-ambiental” que leva em conta “a compreensão da complexidade ambiental, considerando-se a diversidade de modos de vida, a diversidade de elementos da natureza a diversidade de saberes” (CAVALHEIRO; ARAÚJO, 2015, p.136).

Butiazais são ecossistemas onde há predomínio de palmeiras do gênero *Butia*. Ainda que não sejam reconhecidos oficialmente como ecossistemas diferenciados, possuem importância ecológica e econômica que justificam a necessidade de instrumentos específicos de proteção (SOZINSKI JR *et al.*, 2019). Os butiazais estão distribuídos na América do Sul entre o Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai (Fig. 1), sendo que no litoral de Santa Catarina e litoral norte do Rio Grande do Sul são formados pela espécie *Butia catarinensis* (ESLABÃO *et al.*, 2016), considerada endêmica e ameaçada de extinção.

**Figura 1** - Distribuição geográfica do gênero *Butia* (Arecaceae) na América do Sul e da espécie *Butia catarinensis*.



Apesar dos registros da presença de indivíduos de *B. catarinensis* em todo o litoral de Santa Catarina, os butiazais mais expressivos localizam-se no litoral centro-sul, entre os municípios de Imbituba e Laguna (Fig. 2). Tendo em vista a ocupação da zona costeira no Brasil que, de acordo com Lins-de-Barros e Hoyos (2021) abriga atualmente cerca de 24% da população residente do país, o avanço sobre os ecossistemas locais torna-se preocupante tanto pela supressão da biodiversidade e de importantes serviços ecossistêmicos, quanto pelo impacto direto sobre a disponibilidade de recursos para a manutenção dos modos de vida de povos e comunidades tradicionais, além da desterritorialização de pessoas e da perda de seus direitos territoriais. A análise das transformações do espaço e das estruturas sociais é essencial para a compreensão da distribuição de produtos da sociobiodiversidade e seu papel no cenário atual.

**Figura 2** - Butiazal localizado nos Areeais da Ribanceira (Imbituba/SC)



**Fonte:** Imagem aérea obtida com uso de drone por J. H. Quoss (2021).

O município de Imbituba é marcado pela heterogeneidade de atividades econômicas, realizadas por grupos distintos e reflexo das formas de ocupação. Caracterizado inicialmente pela prática da agricultura de subsistência e produção de farinha de mandioca para comércio, tornou-se um importante elo na economia carbonífera de Santa Catarina, abrigando o principal ponto de escoamento do carvão extraído do sul do Estado, com a construção do Porto e da ferrovia de acesso no final do século XIX, o que deu início à implantação de indústrias na zona central da cidade. Mais recentemente, a partir da década de 1960, a chegada do turismo a partir das melhorias na rodovia BR-101 e abertura de vias de acesso, trouxe mais uma atividade econômica, gerando novas transformações na dinâmica territorial. A coexistência destas atividades tem impacto direto sobre as formas de ocupação e de relação com o território e, consequentemente, também na presença e distribuição dos butiazais.

Esta tese parte da pergunta inicial: quais fatores da formação econômica e social interferiram na definição da distribuição dos butiazais na paisagem atual no município de

Imbituba (SC) e quais potenciais, ameaças e conflitos para sua manutenção no território e garantia de acesso como produto da sociobiodiversidade? Para responder à questão buscou-se compreender o papel dos butiazais na formação socioespacial do município e sua importância para as distintas territorialidades que conviveram e manejaram o *Butia catarinensis* como recurso ao longo do tempo, bem como sua inserção nos instrumentos de planejamento territorial da região. Parte-se da hipótese mais ampla de que é necessário considerar a formação socioespacial e as relações dos grupos sociais com os ecossistemas, seus interesses e conflitos, para a inserção da conservação da sociobiodiversidade nos instrumentos de planejamento territorial.

Como referencial teórico, a tese parte dos conceitos e principais autores descritos na Quadro 1.

**Quadro 1** - Referencial teórico: conceitos e principais autores

<b>Conceito</b>	<b>Principais Autores</b>
Formação socioespacial	Milton Santos
Ecologia Histórica	William Balée Carole Crumley Erin Beller
Território e territorialidade	Milton Santos Rogério Haesbaert Andrea Zhourri Paul Little Alfredo Wagner B. Almeida
Modos de vida	Fikret Berkes Sabin Karki Cristiana Seixas Amy Quandt Carl Folke
Conflitos Ambientais	Andrea Zhourri Henri Acselradi

Fonte: elaborado pela autora (2023)

A dinâmica territorial pode ser considerada como um processo marcado pela ocupação e formas de uso da terra que interfere sobre a configuração dos elementos da paisagem e relações sociais que se estabelecem na formação do próprio território. De acordo com Gehlen e Riella (2004, p. 21), tal processo se constitui em um “patrimônio sociocultural” que “aos poucos, sedimenta uma memória coletiva rearticulando os saberes e as relações com o meio



natural e com o patrimônio material e simbólico e desencadeando processos de construção de cidadania”.

Para a compreensão da dinâmica territorial, parte-se do pressuposto que as interações entre a sociedade e a natureza vão moldando o espaço ao longo do tempo. A configuração de uma fração do espaço, em um dado momento, é fruto da história que o antecede, assim como é palco de seu desenvolvimento futuro. De acordo com Santos (2004, p.173) “o espaço portanto é um testemunho, ele testemunha um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada”. As transformações pelas quais passam os territórios se expressam na paisagem, e segundo o mesmo autor “a paisagem é um conjunto de formas que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza” (SANTOS, 2017, p. 103). Como retrato de um momento específico, a paisagem carrega em si marcas de sua história. Mesmo a presença de áreas consideradas como espaço natural, ou natureza “conservada”, é resultado de processos históricos, seja por interferência direta em sua estrutura, por fatores condicionantes, como dificuldade de acesso, pelos modelos de ocupação e formas de uso da terra ou, mais recentemente, pela legislação ambiental e por interferência dos instrumentos de planejamento territorial, como os planos diretores municipais e os planos de manejo de unidades de conservação, entre outros.

A ecologia histórica, descrita por Balée (2006) como um programa de pesquisa interdisciplinar que busca compreender as relações entre a formação dos ambientes locais e as sociedades humanas, além dos efeitos dessas relações, contribuindo para o exame dos fatores e processos que influenciaram a configuração e a presença de espaços naturais em meio a paisagens rurais, urbanas ou na transição entre ambas. De acordo com o autor, a ecologia histórica foca no resultado das interações cíclicas entre seres humanos e ambiente, e não apenas na síntese destas relações em momentos pontuais, tendo como foco central de análise a paisagem.

Beller *et al.* (2017) enfatizam que a ecologia histórica, ao analisar a paisagem, traz informações sobre transformações e continuidades na extensão e distribuição dos ecossistemas, considerando a complexidade de conceitos que partem da visão reducionista de que ecossistemas se transformam ao longo do tempo, e que seres humanos são causadores de distúrbios, para uma visão que congrega a continuidade histórica e a memória ecológica, considerando, por exemplo, que padrões ecológicos na paisagem são reflexo das interações entre formas de uso da terra e processos biológicos intrínsecos ao seu funcionamento.

Os butiazais foram utilizados como fonte de recursos para diversas finalidades ao longo do tempo, sendo as formas de uso e manejo adequadas às necessidades de cada momento. Atualmente, o *B. catarinensis*, assim como outras espécies de *Butia* em outras localidades, é utilizado para consumo do fruto *in natura*, na produção de sucos, licores, geleias, sorvetes, bolos e bombons, em trabalhos artesanais e na ornamentação de jardins e quintais (Fig. 3), tendo registros de uso no passado para cobertura de telhados, obtenção de fibra para fabricação de colchões e objetos de estofaria e produção de chapéus (ROSA, CASTELLANI; REIS, 1998; BÜTTOW *et al.*, 2009; KUMAGAI; HANAZAKI, 2013a; KUMAGAI; HANAZAKI 2013b, FOGAÇA, 2017; PERUCCHI; SANTOS; COELHO-DE-SOUZA, 2018).

**Figura 3** - Utilização atual do *Butia catarinensis*: em sentido horário: artesanato local com palha de butiá, chapéu de palha de butiá, butiazeiro como ornamentação em quintal, produtos alimentícios à base de frutos de butiá.



Fonte: Fotografias de Elisa Serena Gandolfo (2022).

Kumagai (2011), Kumagai e Hanazaki (2013a), Fogaça (2017) e Lindner (2019) realizaram pesquisas sobre a estrutura e dinâmica populacional de *B. catarinensis* nos Areais da Ribanceira, relacionando com as formas de uso da terra e manejo realizados pela população local de agricultores e extrativistas. Os resultados das pesquisas demonstram que, ainda que haja variações na estrutura e dinâmica populacional de áreas mais ou menos adensadas, a atividade de extração de frutos não exerceu pressão sobre o crescimento populacional da

espécie, e que as variações entre as áreas com maior e menor adensamento não são explicadas somente por características ambientais, sendo possivelmente resultado do manejo atual e passado realizado no local.

Do ponto de vista ecológico, os butiazais são ecossistemas importantes pois, além de abrigar grande biodiversidade, fornecem alimento através dos frutos para diversas espécies da fauna, entre répteis, aves e mamíferos, os quais fazem o papel de dispersores e atuam na renovação dos ecossistemas, e através das flores, fornecendo néctar a uma ampla gama de insetos que atuam em sua polinização (BARBIERI *et al*, 2015). Tais relações também foram apontadas por Kumagai e Hanazaki (2013a) em levantamento etnoecológico sobre o *B. catarinense* através de entrevistas com agricultores e extrativistas nos Arais da Ribanceira (Imbituba).

Em relação à presença dos butiazais no território e sua importância econômica para os extrativistas, Werner-Martins e Freitas (2023) analisaram os fatores envolvidos na governança dos butiazais como sistemas socioecológicos. Os autores demonstraram que as ações para proteção dos butiazais ainda são desintegradas e que, por mais que a extração do butiá seja a principal fonte de renda para boa parte das famílias envolvidas com as atividades de extrativismo, a maior parte dos extrativistas que participaram como informantes na pesquisa não estava envolvida em iniciativas de conservação da espécie, reforçando o aspecto de marginalização e invisibilização desta atividade. Apesar da presença dos butiazais ser uma característica marcante do território, com importância ecológica e econômica já identificada ao longo da história, foi a partir de 2014, quando a espécie foi inserida na lista de espécies ameaçadas de extinção do estado de Santa Catarina, classificada pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente de Santa Catarina (CONSEMA/SC) como “em perigo”, o que significa que as evidências demonstram que enfrenta risco de extinção na natureza muito elevado (RESOLUÇÃO CONSEMA/SC Nº 51, de 5 de dezembro de 2014), que as discussões sobre sua conservação passaram a ganhar espaço, sendo necessária a criação de dispositivos diferenciados por ser uma espécie legalmente protegida.

A presente tese se justifica por inserir a dimensão histórica nas discussões sobre a conservação dos butiazais, considerando-os parte integrante da dinâmica territorial, em íntima relação com os modos de vida dos grupos sociais que se estabeleceram na região ao longo do tempo e configurando-se como importante produto da sociobiodiversidade. A escolha do tema se deu a partir de pesquisas anteriores envolvendo a relação entre espécies utilizadas da flora local e as comunidades tradicionais em ambientes costeiros sofrendo intenso processo de urbanização (GANDOLFO; HANAZAKI, 2011; GANDOLFO; HANAZAKI, 2014) e

pesquisas no território que demonstraram a importância do butiá como traço da identidade local e importante recurso da área de estudo (GANDOLFO, 2014; GANDOLFO; FERNANDES; MAIA, 2017).

## **Objetivos**

### **Objetivo geral**

Analisar os fatores que influenciaram na distribuição dos butiazais no município de Imbituba, bem como sua importância histórica e atual como produto da sociobiodiversidade e sua inserção em instrumentos de planejamento territorial.

### **Objetivos específicos**

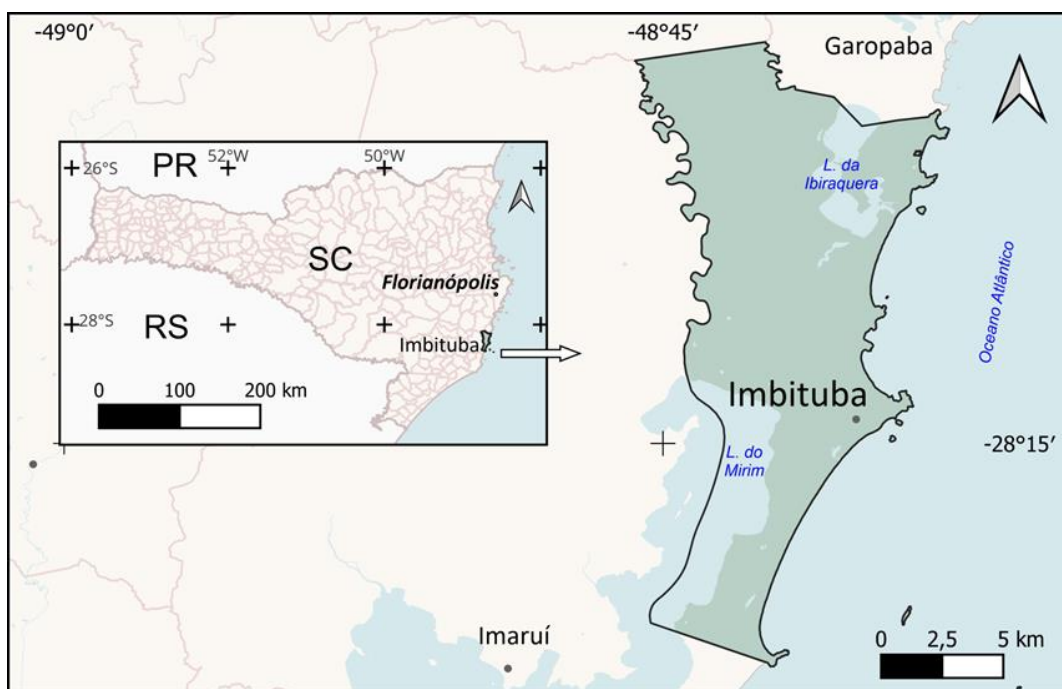
1. Identificar as relações estabelecidas com os butiazais ao longo da história do município de Imbituba.
2. Relacionar as transformações ocorridas na área de distribuição dos butiazais à dinâmica territorial do município.
3. Relacionar a presença dos butiazais, como produto da sociobiodiversidade, às territorialidades que compõem o município.
4. Analisar os principais fatores de degradação dos ecossistemas de butiazal no município.
5. Analisar os dispositivos de proteção legal dos butiazais e sua inserção nos instrumentos de planejamento territorial.

## Metodologia

### Local de estudo: o município de Imbituba

O município de Imbituba se localiza no litoral centro-sul de Santa Catarina (Figura 4), a 96 km de distância da capital, Florianópolis. A área total do município é de 181,577 km<sup>2</sup>, com população de 52.581 pessoas, de acordo com os dados do Censo de 2022, o que representou um aumento de 30,9 % em relação aos dados do Censo de 2010 (IBGE, 2023). Com origem na vila açoriana fundada em 1720 por imigrantes recém-chegados dos Açores, foi posteriormente elevada à freguesia de Laguna em 1811 e distrito de Laguna em 1911. Passou à condição de município em 1958 com o nome Henrique Lage e, finalmente, Imbituba em 1959 (Costa, 2016).

**Figura 4** - Mapa de localização do município de Imbituba / SC / Brasil



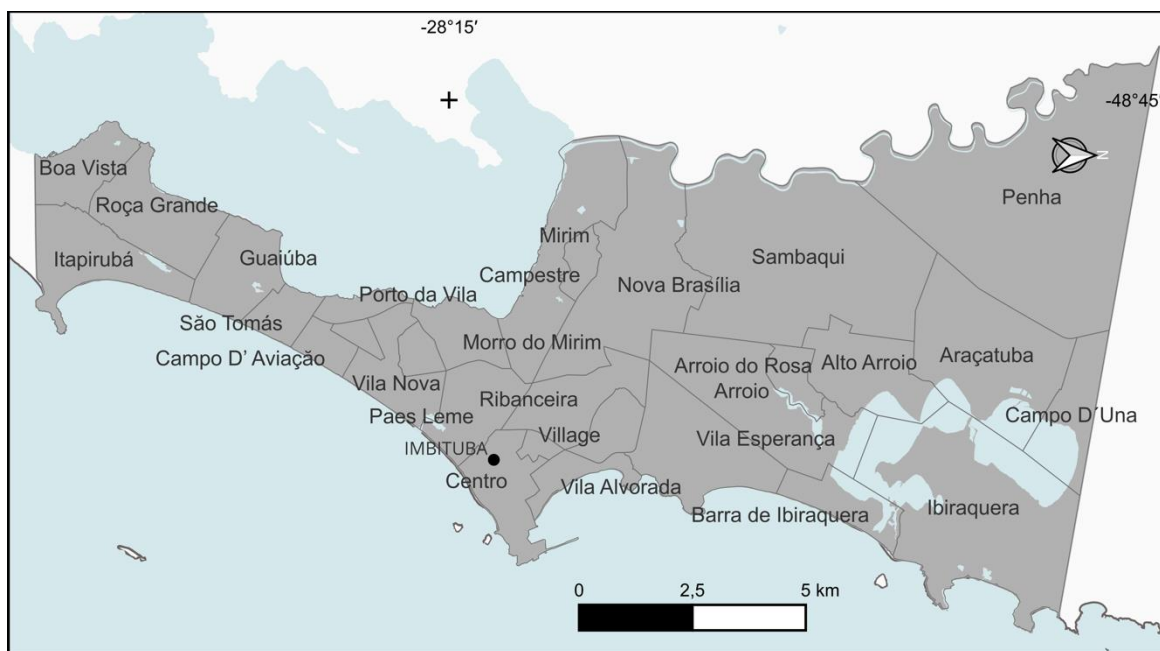
Fonte: Mapa elaborado por J. H. Quoos (2023)

O município possui vestígios arqueológicos de ocupação por povos sambaquieiros e Guarani, sendo a presença destes últimos relatada até a ocupação do território pelos colonizadores europeus. No período colonial a área foi ocupada por vicentistas e açorianos, que passaram a desenvolver atividades de agricultura e pesca, voltados principalmente para a subsistência. No final do século XIX a área passou a integrar o complexo carbonífero catarinense, com a implantação do Porto de Imbituba e da Ferrovia Maria Thereza Cristina, para escoamento do carvão extraído do sul do estado de Santa Catarina, dando início ao

processo de implantação de indústrias na região (NEU, 2003; GOULARTI FILHO, 2010). A partir da década de 1960, com as melhorias realizadas nas vias de acesso à região, algumas localidades do município passaram a ter interesse turístico, implantando-se a partir de então uma nova atividade econômica. Atualmente coexistem no município as atividades de agricultura, pesca, atividades portuárias e industriais, além do setor de comércio e serviços.

Com a maior parte de sua área ocupada pela planície arenosa, resultado de transgressões e regressões marinhas (LUIZ, 2016), o município possui grandes áreas originalmente cobertas por vegetação de restinga, habitat natural do *B. catarinensis* e onde se formam os butiazaís, atualmente bastante fragmentados. As maiores extensões de butiazal hoje se encontram no Bairro Sambaqui e nos Areais da Ribanceira, área que compreende os bairros da Ribanceira, Village, Vila Alvorada e Vila Esperança (Figura 5).

**Figura 5** - Mapa de localização dos bairros do município de Imbituba



Fonte: Prefeitura municipal de Imbituba (SC)

### Questões metodológicas

A metodologia da pesquisa teve caráter qualitativo, sob uma abordagem dialética. De acordo com Minayo (2002), a pesquisa qualitativa busca se aprofundar na relação entre os sujeitos e a realidade concreta através da compreensão de processos e fenômenos expressos sob um universo de variáveis que levam em consideração a construção de significados sobre o

objeto de pesquisa. Já a abordagem dialética “se propõe a abarcar o sistema de relações que constrói, o modo de conhecimento exterior ao sujeito, mas também as representações sociais que traduzem o mundo dos significados” (MINAYO, 2002, p. 24).

Para a identificação das relações estabelecidas com os butiazais ao longo da história do município de Imbituba, relacionar as transformações ocorridas na área de distribuição dos butiazais à dinâmica territorial do município e compreender a relação entre a presença dos butiazais, como produto da sociobiodiversidade, e as territorialidades que compõem o município foram levantados dados históricos e realizadas entrevistas com representantes da comunidade local e com instituições diretamente ligadas ao tema da conservação e uso dos butiazais.

A obtenção de dados históricos e atuais para a descrição da formação socioespacial do município de Imbituba foi realizada, primeiramente, através de levantamento bibliográfico e documental, e complementada posteriormente com dados de observações em campo e entrevistas. As entrevistas tiveram como objetivo compreender as relações e formas de uso e manejo dos butiazais realizados pela comunidade local, relacionando com aspectos de seus modos de vida no passado e no presente, bem como a maneira com que o poder público municipal e as instituições que desenvolvem projetos sobre os temas de conservação e uso de butiazais estão atuando.

Foram realizadas 21 entrevistas semiestruturadas no período de maio a dezembro de 2023. A seleção de informantes se deu pelo método de escolha de informantes-chave, reconhecidos como indivíduos que têm amplo contato com o tema pesquisado (TONGCO, 2007; ALBUQUERQUE; LUCENA; LINS-NETO, 2008; BISOL, 2012). Os critérios para a escolha dos informantes foram baseados, principalmente, no contato direto destes com o uso, manejo e conservação de butiazais. Os(as) informantes foram classificados(as) em quatro grupos: vivência com os butiazais (passado), vivência com os butiazais (presente), projetos institucionais e poder público (Quadro 2). A princípio, o critério de idade não foi pré-estabelecido. Porém, devido ao caráter da historicidade presente na pesquisa, os informantes presentes no território há mais de 50 anos vivenciaram as transformações recentes e representam os principais relatos sobre os impactos dessas transformações nos modos de vida e relações com os butiazais. Ainda assim, foi incluída uma informante de 39 anos, não-nativa, que desenvolve e comercializa trabalhos artesanais com a fibra do butiá (Entrevistada 7) e uma informante de 42 anos, da comunidade local, envolvida diretamente nas discussões e articulações interinstitucionais sobre a conservação dos butiazais no município (Entrevistada 4).



**Quadro 2** - Listagem dos informantes entrevistados e identificação em relação à sexo (M – masculino / F – feminino), idade, ocupação, origem, relação com os butiazais e forma de relação

Informante	Sexo	Idade	Ocupação	Origem	Relação com os butiazais	Forma de relação
Entrevistada 1	F	55	Serviços gerais em pousada Líder comunitária	Comunidade local	Vivência com os butiazais (passado)	Consumo de frutos
Entrevistada 2	F	65	Dona de casa Agricultora Aposentada	Comunidade local	Vivência com os butiazais (passado)	Consumo de frutos Extrativismo de folhas
Entrevistada 3	F	52	Agrônoma Líder comunitária	Comunidade local	Vivência com os butiazais (presente)	Extrativismo e beneficiamento de frutos
Entrevistada 4	F	42	Bibliotecária	Comunidade local	Vivência com os butiazais (presente)	Artesanato
Entrevistado 5	M	63	Técnico agrícola Empresário do ramo de bebidas	Comunidade local	Vivência com os butiazais (presente)	Transplante de mudas
Entrevistado 6	M	84	Madeireiro Agricultor	Comunidade local	Vivência com os butiazais (passado)	Extrativismo de folhas
Entrevistada 7	F	39	Dona de pousada Artesã	Imigrante	Vivência com os butiazais (presente)	Artesanato
Entrevistado 8	M	95	Agricultor Pescador	Comunidade local	Vivência com os butiazais (passado)	Extrativismo de folhas
Entrevistado 9	M	56	Agricultor Paisagista	Comunidade local	Vivência com os butiazais (presente)	Extrator e beneficiador de frutos
Entrevistada 10	F	59	Artesã	Comunidade local	Vivência com os butiazais (presente)	Artesanato
Entrevistada 11	F	82	Artesã	Comunidade local	Vivência com os butiazais (passado e presente)	Artesanato
Entrevistado 12	M	74	Agricultor	Comunidade local	Vivência com os butiazais (presente)	Extrator e beneficiador de frutos
Entrevistada 13	F	61	Dona de casa Aposentada	Comunidade local	Vivência com os butiazais (presente)	Extratora e beneficiadora de frutos



Entrevistada 14	F	88	Professora Aposentada	Comunidade local	Vivência com os butiazais (passado)	Extrativismo de folhas
Entrevistado 15	M	51	Agricultor Pescador Marinheiro, operador de máquina	Comunidade local	Vivência com os butiazais (presente)	Extrator e beneficiador de frutos
Entrevistada 16	F	51	Artesã	Comunidade local -	Vivência com os butiazais (presente)	Artesanato
Entrevistado 17	M	75	Agricultor Comerciante	Comunidade local	Vivência com os butiazais (passado)	Extrativismo de folhas
Secretaria de Meio Ambiente de Imbituba				Poder Público	Poder público	Gerenciamento e fiscalização
Projeto Costa Butiá				Empresa privada	Projeto institucional	Projeto de educação ambiental financiado pelo Porto de Imbituba
Empresa de produção de fertilizantes				Empresa privada	Projeto institucional	Projeto empresarial
Rota dos Butiazais Embrapa				Empresa pública	Projeto institucional	Pesquisa e extensão

Fonte: Elaborada pela autora através dos dados das entrevistas.

Por se tratar de pesquisa envolvendo seres humanos, o projeto foi submetido e aprovado pelo Conselho de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado de Santa Catarina, sob o parecer 5.705.530/2022. As entrevistas foram condicionadas à aceitação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sendo os(as) entrevistados(as) informados(as) previamente sobre os objetivos da mesma. De acordo com o TCLE, as identidades dos(as) entrevistados(as) foram mantidas em sigilo, sendo os(as) mesmos(as) identificados(as) ao longo da tese pelo número da entrevista.

A análise dos dados das entrevistas foi realizada através do método de análise de conteúdo, o qual busca sistematizar as informações obtidas através de conteúdos verbais ou não-verbais na investigação dos fenômenos relativos ao objeto de estudo, de forma a aprofundar questões objetivas e subjetivas que promovam a compreensão das significações e das relações estabelecidas entre sujeito e objeto (CAVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014; SOUZA; SANTOS, 2020; BATISTA; OLIVEIRA; CAMARGO, 2021). Bardin (2011) define a estrutura

metodológica da análise de conteúdo em três fases: 1) pré-análise; 2) exploração do material, categorização ou codificação; 3) tratamento dos resultados, inferências e interpretação. Tendo como referência a estrutura proposta, as entrevistas foram gravadas e transcritas e os dados foram sistematizados de acordo com as seguintes categorias: modos de vida, transformações no território, formas de uso e manejo dos butiazais e conflitos. Ainda foram considerados os dados obtidos através das observações de campo, realizadas durante todo o período de realização das entrevistas, as quais foram registradas em caderno de campo e permitiram uma ampliação da visão dos fenômenos descritos na área de estudo. Para cada categoria, foram elencados conteúdos das entrevistas (Quadro 3), os quais foram apresentados ao longo da tese.

**Quadro 3** - Categorias de análise e conteúdos relacionados

<b>Categoria</b>	<b>Conteúdos</b>
Modos de vida	Atividades econômicas Identidade Cultural Lembranças do passado
Transformações no território	Formas de uso e ocupação do solo Mudanças na paisagem
Formas de uso e manejo dos butiazais	Tipos de uso Partes utilizadas Técnicas de colheita
Conflitos	Áreas em disputa Concepções sobre conservação dos butiazais

Fonte: elaborada pela autora

Para a identificação dos principais fatores de degradação dos ecossistemas de butiazal no município foram utilizados, além de dados das entrevistas, dados obtidos através de oficina participativa de mapeamento dos butiazais, dados de diligências da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) de Imbituba, e dados obtidos através da observação em campo.

A espacialização dos elementos que compõem o território é essencial para o planejamento. Como meio de representação da realidade, os mapas servem como base para a ação política e, conseqüentemente, são utilizados como instrumentos de poder que legitimam a tomada de decisões sobre o território mapeado (ACSCELRAD & COLI, 2008). A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), via Projeto Rota dos Butiazais, publicou em 2023 o mapeamento dos butiazais presentes no município de Imbituba como forma de subsídio

para a conservação *in situ* de *B. catarinensis* (COSTA *et al.*, 2023). Como fotografia de um momento, o mapa retrata a situação de fragmentação dos butiazais no território, fruto da dinâmica de ocupação. Novamente, devido ao caráter de dinâmica e historicidade aqui proposto, e pela ausência de mapeamentos anteriores, foi realizada uma oficina participativa de mapeamento dos butiazais presentes e já suprimidos em um passado recente. A oficina aconteceu durante o IV Seminário da Rota dos Butiazais, realizado na Associação Comunitária Rural de Imbituba (Acordi) em fevereiro de 2016 (Figura 6). Para a oficina foram elaborados quatro mapas da região a partir de mosaico de cartas topográficas do IBGE na escala 1:50.000, sobre os quais os participantes, divididos em quatro grupos, apontaram a localização - por fotointerpretação - dos butiazais existentes e dos suprimidos, registrando o período aproximado e o motivo de supressão. A oficina teve participação de 42 pessoas.

**Figura 6** - Oficina de mapeamento participativo de butiazais realizada durante o IV Seminário da Rota dos Butiazais



Fonte: Fotografias de Aline Fernandes (2016).

Os dados apontados na oficina foram digitalizados em um mapa digital por meio do *software Google Earth*, produzindo um arquivo no formato KML com a localização dos pontos de butiazais presentes e já suprimidos. Com o advento da produção de uma cartografia de

localização dos butiazais pela Empresa de Pesquisa em Agropecuária (Embrapa), publicado em 2022 (COSTA *et al.*, 2022) foi possível então cruzar o mapeamento da oficina de 2016 com o da localização atual. Dessa forma, foi possível perceber que a indicação da localização atual obtida na oficina estava contemplada no mapeamento realizado pela Embrapa, permitindo que com o cruzamento dos dados se aproveitasse essa informação do novo mapa e se utilizasse somente os dados obtidos em 2016 sobre os butiazais suprimidos. Metodologicamente, os dados foram convertidos para o formato *shapefile* e inseridos no *software* QGIS, para publicação do mapa final, apresentado no Capítulo 3.

De forma a complementar os dados sobre as ameaças aos butiazais, foram levantadas as diligências de fiscalização da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) de Imbituba, no período de 2015 a 2022.

Para a análise dos dispositivos de proteção legal dos butiazais e sua inserção nos instrumentos de planejamento territorial, foram levantados os principais dispositivos legais relacionados à conservação e uso tanto da espécie *Butia catarinensis*, quanto do ecossistema de restinga, e os instrumentos de planejamento que incidem sobre o município de Imbituba.

## **Estrutura da tese**

A tese está estruturada em três capítulos. No Capítulo 1 é realizada a descrição da formação socioespacial do município de Imbituba, situando as relações entre os grupos que ocuparam o território e os butiazais, chegando até a atualidade. Busca-se compreender como tais relações interferiram na distribuição dos butiazais, sob o referencial teórico da ecologia histórica e da formação socioespacial.

No Capítulo 2 discute-se os conceitos de território e territorialidade, inserindo no contexto de transformações do território as relações entre o uso e ocupação do mesmo e sua relação com os distintos modos de vida. A partir da discussão, são tecidas considerações sobre como as distintas territorialidades interagem no momento presente em um espaço marcado pela heterogeneidade, os conflitos existentes, e o reflexo destas interações nas formas de acesso, uso e conservação dos butiazais.

Já no Capítulo 3 são apresentados os resultados da oficina de mapeamento participativo dos butiazais, suas principais causas de supressão, bem como os instrumentos legais que atuam sobre a proteção dos butiazais atualmente. São ainda discutidos como os butiazais são considerados, ou não, nos instrumentos de planejamento territorial que incidem sobre o município.

Nas considerações finais são tecidas relações entre os temas abordados em cada capítulo, tanto do ponto de vista teórico quanto das inserções da análise da presença dos butiazais e dos sujeitos relacionados à sua conservação e uso, e sua relação com os instrumentos de planejamento territorial.

## **Capítulo 1: Formação socioespacial e aspectos da ecologia histórica dos butiazais no município de Imbituba (SC)<sup>1</sup>.**

O conceito de formação socioespacial, de acordo com Milton Santos (1977), considera de forma integrada as dimensões econômica, social, espacial e temporal. Ao discorrer sobre os conceitos de formação econômica e social, o autor enfatiza a indissociabilidade destas dimensões à dimensão do concreto, o qual é materializado no espaço, considerado pelo autor como “a matéria trabalhada por excelência” (SANTOS, 1977, p.92). Tal materialidade também se expressa no tempo, sendo a categoria de historicidade fundamental para a compreensão de cada momento distinto. Para Degrandi e Silveira (2011), a formação socioespacial vai além de um conceito, configurando-se como categoria teórico-analítica para a compreensão das dimensões do modo de produção, sociedade e espaço como totalidades complexas que se integram em uma nova totalidade.

Todo espaço se constitui primeiramente, na dimensão temporal, em natureza. O meio físico e biológico, constituindo os mais diversos ecossistemas, em algum tempo precedem a ocupação humana. No entanto, como afirmado por Santos (2014a, p. 98), “no processo de desenvolvimento humano, não há separação do homem e da natureza. A natureza socializa-se e o homem se naturaliza”. Nessa interação sociedade/natureza, muitas vezes as características específicas dos ecossistemas, aqui considerados como o conjunto de fatores físicos e biológicos e suas interações, são fatores que interferem na própria ocupação do espaço e nas atividades econômicas realizadas, por vezes como promotores e por vezes como obstáculos e empecilhos. Da mesma forma, a ocupação e as atividades econômicas transformam os ecossistemas e podem causar a inviabilidade de importantes serviços ecossistêmicos, além da perda de biodiversidade.

Ainda de acordo com Santos (1999), o território deve ser considerado sob a categoria “território usado”, o qual é considerado um território dinâmico, em mudança, em processo, constituindo um momento de relação entre passado e futuro imediato. Em relação à natureza, há uma transformação em seu papel como elemento do território:

Quando a natureza era inteiramente natural, teríamos, a rigor, uma diversificação da natureza em estado puro. [...]. A primeira presença do homem é um fator novo na diversificação da natureza, pois ela atribui às coisas um valor, acrescentando ao processo de mudança um dado social. Num primeiro momento, ainda não dotado de próteses que aumentem seu poder e sua mobilidade, o homem é criador, mas subordinado. Depois, as invenções técnicas vão aumentando o poder de intervenção e

---

<sup>1</sup> Parte do capítulo foi publicado sob o título “A dialética sociedade-natureza nas trans-formações da paisagem: conservação e uso dos butiazais no litoral de Santa Catarina, Brasil” na Revista da Casa de Geografia de Sobral (GANDOLFO; ANTUNES; GARCEZ, 2023)

a autonomia relativa do homem, ao mesmo tempo que vai ampliando a parte da “diversificação da natureza” socialmente construída. [...]. Primeiro, o “social” ficava nos interstícios; hoje é o “natural” que se aloja ou se refugia nos interstícios do social. (SANTOS, 2017, p. 131).

Para a compreensão dos fenômenos locais na configuração do território, incluindo a presença da biodiversidade, é preciso reconhecer suas relações com a totalidade, definida por Milton Santos (2017, p.116) como “a realidade em sua integridade”. De acordo com o autor, a totalidade segue o caráter da historicidade, estando sempre em movimento de transformação, no qual a totalidade de um dado momento se difere e ressignifica o que restou da totalidade do momento anterior. Cada lugar, como parte de uma totalidade mais ampla, não pode ser analisado como um universo de variáveis autocontido, mas como resultado da dinâmica interna em relação ao movimento global, às dinâmicas do Estado-nação e dos movimentos históricos a que este se submete. Ainda de acordo com Santos (2017), a dinâmica local está sujeita às horizontalidades, ou seja, às relações diretas entre pontos que se agregam de forma contínua, e às verticalidades, caracterizadas como um conjunto de pontos que, separados uns dos outros, formam um espaço de fluxos que garantem a interconexão global da sociedade e da economia.

Paralelamente, como referencial teórico complementar, a ecologia histórica se debruça sobre a compreensão da estrutura da paisagem levando em consideração as relações temporais e espaciais das sociedades humanas com o ambiente natural (BALÉE, 2006). Balée e Erickson (2006, p.2) consideram que o principal foco da ecologia histórica é a paisagem histórica, considerada uma “entidade física multidimensional que tem tanto características espaciais quanto temporais e que vem sendo modificada pela atividade humana de tal forma que as intenções e ações humanas podem ser inferidas, se não lidas, como cultura material a partir dela”.

Beller *et al.*, (2017) descrevem a ecologia histórica como um campo de pesquisa que atua na intersecção de conhecimentos das áreas de ecologia, história, antropologia e geografia, promovendo novas percepções sobre a dinâmica de sistemas complexos, de forma a integrar nas análises os fatores relacionados à atuação dos grupos humanos, mudanças nos padrões biofísicos e processos e as transformações nos ecossistemas (Figura 7).

**Figura 7** - Estrutura conceitual da Ecologia Histórica

Fonte: Beller *et al.* (2017)

Crumley (1994) aponta o caráter dialético da ecologia histórica na análise das relações entre ações mediadas pelos seres humanos, como práticas que se mantêm ou se modificam e tomadas de decisões, e ações naturais, as quais ficam impressas na paisagem. Para Marquadt (2019), a dialética na ecologia histórica vai além das dimensões espaciais e temporais, para uma dimensão multiescalar, onde a compreensão da formação social reflete diretamente sobre a formação da paisagem e vice-versa, em um sistema complexo e dinâmico.

Através da articulação entre formação socioespacial e ecologia histórica busca-se inserir nas discussões sobre a dinâmica territorial as relações entre as distintas formas de ocupação e uso do solo e a distribuição dos butiazais no município de Imbituba, levando em consideração as dimensões temporal, espacial e multiescalar.

A descrição da formação socioespacial do município, acrescida de aspectos da ecologia histórica com foco na distribuição dos butiazais, será exposta de forma não cronológica, seguindo a ordem dos acontecimentos relacionados a cada forma de ocupação, uma vez que tais formas seguem coexistindo no território até a atualidade.



### 1.1. Da pré-história à ocupação de base açoriana

Ao tratar da formação econômica de Santa Catarina, Goularti Filho (2007) afirma a importância de lembrar que as terras catarinenses foram ocupadas por povos originários antes da chegada dos imigrantes europeus, muitos dos quais foram exterminados pela “lógica da colonização branca” (GOULARTI FILHO, 2007, p. 71). O litoral sul do estado tem vestígios de ocupação humana que remontam a pelo menos 8.500 anos AP<sup>2</sup>, sendo os vestígios mais antigos representados pelos sambaquis, caracterizados como montes de conchas e restos de plantas e animais, além de ossos humanos.

Os sambaquieiros, como são chamados atualmente os grupos humanos que construíram os sambaquis, são descritos na literatura como pescadores-coletores (*fisher-gatherers*) que utilizavam principalmente recursos marinhos, com preferência por moluscos. Entretanto, Scheel-Ybert e Boyadjian (2020) apontam para evidências sobre o uso de plantas selvagens e domesticadas entre os sambaquieiros, demonstrando que tais grupos também praticavam a horticultura, e sugerem modificar o binômio para caracterização do sistema produtivo do grupo de pescadores-coletores para pescadores-horticultores (*fisher-gardeners*). A presença de frutos de palmeiras, os chamados “coquinhos”, é frequente nos resgates de material arqueológico dos sambaquis, porém a identificação das espécies ainda carece de precisão. Endocarpos de *Butia* sp. foram identificados em material do sítio arqueológico Jabuticabeira II, localizado no município de Jaguaruna em contexto funerário datado de  $2.800 \pm 80$  anos AP (SCHEEL-YBERT e BOAYADJIAN, 2020).

Posteriormente, a partir de cerca de 1.000 anos AP, grupos ceramistas das tradições Taquara/Itararé e Tupi-guarani passaram a habitar a região, sendo os registros relativos aos primeiros de sítios temporários, enquanto os registros sobre os Guarani são abundantes e demonstram que tais grupos ocupavam grandes porções da planície arenosa até o período pré-colonial (CAMPOS *et al.*, 2013). Milheira e Deblasis (2011) relatam que, através de registros históricos e arqueológicos, é possível constatar que o abandono dos territórios ocupados pelos Guarani se deu no limiar do período colonial, como resultado das investidas dos colonizadores na captura de indígenas para escravização e da disseminação de doenças contagiosas. No século XVII, a presença Guarani na região já era bastante escassa, embora tal fato seja contestado em região próxima, haja vista o interesse pela ocultação da presença desses povos (BARBOSA, ANTUNES e NUNES JÚNIOR, 2022).

---

<sup>2</sup> AP: Antes do presente. Marcação de tempo utilizada em áreas da ciência que tratam de tempos passados, como geologia, arqueologia e paleontologia, tendo como base o ano de 1950.

De acordo com Costa (2016), o município de Imbituba possui 26 sítios arqueológicos registrados no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan): 23 tipificados como sambaquis e três relacionados à tradição tupi-guarani. Quanto ao estado de conservação dos sítios arqueológicos de Imbituba, esse mesmo autor ressalta que se encontram bastante impactados por ações antrópicas e que carecem de caracterizações mais aprofundadas, o que representa uma lacuna nessa área de pesquisa.

Ao longo da segunda metade do século XVI e durante todo o século XVII, a região, ainda ocupada pelos indígenas Carijós<sup>3</sup>, foi passagem de navegadores espanhóis, de missões jesuíticas destinadas a catequizar os indígenas e de tentativas de ocupação por vicentistas oriundos do povoado de Laguna. Em carta jesuítica redigida pelo Padre Jerônimo Rodrigues sobre expedição realizada entre 1605 e 1607, além da constatação da presença reduzida de indígenas no território, encontra-se a seguinte descrição do ambiente natural e da oferta de alimento:

Em todas estas 50 léguas não (há) terra preta, nem vermelha, nem cá a vi, tudo são areais e de areia mui miuda. E ainda que há algumas serras e oiteiros, também são de areia, mas dá tudo o que lhe prantam. E como as árvores são pequenas e pau mole, facilmente fazem sua roça, a qual, acabante de a queimarem, logo prantam, sem fazerem coibara nem fazerem covas pera a mandiiba; mas com o cabo de cunha, com que derribaram a roça, fazem um buraquinho no chão e alí metem o pau da mandiiba; e muitas vezes sem lhe fazerem buraco. E pera uma índia meter um pau na terra dá sete e oito e mais pancadas com ele na terra; e, assim machucado e ferido, o mete. Tem o ano repartido em quatro partes, scilicet três meses comem milho, outros três favas e abóboras, outros três alguma mandioca, e os outros três comem farinha de uma certa palmeirinha, que é assaz de fome e miséria (LEITE, 1940, p. 230).

A descrição do ambiente, característico pelo solo arenoso, leva a inferir que a “palmeirinha” citada na passagem seja o *Butia catarinensis*, considerando-se sua baixa estatura e a frutificação durante os meses de verão, em revezamento com as demais culturas. A farinha mencionada pode ser produzida pelos frutos ou pela amêndoa (endocarpo) dos coquinhos, cujo consumo foi relatado pela maioria dos informantes comunitários durante a pesquisa (14 dos 17 entrevistados citaram o consumo do “coquinho”, principalmente como lembrança de infância). Em levantamento sobre as plantas do bioma Mata Atlântica no litoral sul de Santa Catarina utilizadas pelos Guarani, Pereira *et al.* (2016) reafirmam a utilização do butiá pelos indígenas, o qual recebe a denominação de *jata'i* na língua guarani.

---

<sup>3</sup> Segundo Barbosa, Antunes e Nunes Júnior (2022, p. 112-113), “diversos mapas históricos, geográficos ou etnográficos sinalizam a presença Guarani na região empregando uma multiplicidade de designações como Carijós, Cariós, Patos, Arachane etc.”.

De acordo com Neu (2003), foi em meados do século XVIII que a região passou a ser povoada por imigrantes europeus, mediante esforços da Coroa Portuguesa para ocupação do Brasil meridional com vistas a proteger o acesso à região platina. Nesse período, foram encaminhadas levas de casais de imigrantes provenientes dos arquipélagos da Madeira e dos Açores para diversos pontos do litoral catarinense, tendo a colonização de Laguna lançado as bases para a colonização de Imbituba. Em um primeiro momento, os açorianos recém-chegados foram divididos em três grupos, um deles ficando na vila de Laguna e os outros dois levados à Vila Nova e ao Mirim, localidades atualmente pertencentes ao município de Imbituba.

O acesso ao mar e às lagoas costeiras favoreceu a vocação para a pesca já trazida pelos imigrantes açorianos, que passaram a desenvolver atividades de agricultura e pesca principalmente voltadas à subsistência. Durante um período, o plantio de mandioca só adquiria importância econômica para a exportação quando ocorria o fracasso em safras de outras regiões; já a pesca, a partir da introdução da salga do peixe, passou a ser uma das atividades básicas da economia catarinense. Posteriormente, a produção de farinha de mandioca passou a ser a principal fonte de renda dos agricultores. Seu plantio era feito principalmente na planície, em solo arenoso – originalmente coberto por vegetação de restinga – e outras culturas, como feijão, amendoim, batata e abóbora, se espalhavam em menores porções sobre os embasamentos cristalinos, com solo argiloso e coberto por Floresta Ombrófila Densa. A ampliação das áreas de plantio, associada ao sistema de divisão das terras nas famílias geralmente numerosas, no qual cada filho que casava recebia uma porção do terreno, levou ao esgotamento do solo e à consequente queda na produtividade, induzindo a migração de parte dos açorianos para as cidades próximas em busca de complementação da renda familiar (NEU, 2003).

Relatos de viajantes do século XIX descrevem a presença dos butiazais na planície arenosa como uma formação diferenciada. August de Saint-Hilaire, naturalista francês que passou pela região em 1820, descreve o butiá como “o mais notável de todos os vegetais que se encontravam na planície arenosa” (SAINT-HILAIRE, 1978, p. 190). Tendo percorrido áreas entre os atuais municípios de Garopaba e Imbituba, enfatiza a presença de grande quantidade de butiás em campo arenoso, muito próximos uns dos outros e entremeados por arbustos e subarbustos. Robert Avé-Lallement, que em 1858 esteve em viagem pela mesma área, descreve que entre as roças de mandioca e outros plantios:

Chama - se Campo do Una a planície de Garopaba até Mirim, onde começa a Laguna, planície que me causou particular impressão. No princípio, é quase um pântano; uma ponte de madeira, a ponte do Linhares, passa aqui sobre o rio e treme para lá e para cá, como o solo próximo. O terreno eleva-se, porém, um pouco e transforma-se num deserto peculiar. Das areias soltas brotam mirtáceas, as já mencionadas vacínias,

melostomáceas e cactos e tôda vegetação de solo sêco brotando, às vêzes em grandes extensões, pelos campos de mandioca que, apesar da aparência sêca, tem grande fertilidade. Só um vegetal ficou indene com tôdas as culturas. Recordando-se a extensão da superfície - não devem ser menos de seis milhas quadradas - pode dizer-se que nela crescem milhões de palmeiras. Seria a mais maravilhosa das florestas, se essas palmeiras não fôssem a coisa mais infeliz do mundo. Chamam-lhe "butiá de vinagre". Tôdas são enviesadas e tortas; raramente uma delas se ergue e atinge a altura de uns dez pés; tôdas rastejam pela terra e depois levantam a cabeça apenas a alguns pés de altura. A parte inferior do tronco é delgada e lisa; a superior, ao contrário, intumescida, rugosa e negra, com poucas fôlhas e muitos parasitas, de modo que muitas vêzes não se sabe se o tronco cresceu para os fetos, as bromeliáceas, orquídeas ou clusiáceas. Os cachos de flores masculinas e femininas são separados. Os pequenos frutos imaturos são azedos como vinagre e encerram um caroço duro e negro. Durante horas cavaleguei entre êsses cretinos palmáceos de pernas tortas e cabeça grande e carregados de parasitas e já estavam os meus animais fatigadíssimos, quando terminou o palmeiral e chegamos, ao pôr-do-sol, ao lugarejo Mirim, onde há uma capela. (AVÉ-LALLEMENT, 1958, p. 33).

Ambos os viajantes descrevem a área em que se encontravam os butiazais localizada paralelamente à Lagoa de Ibiraquera, a oeste da mesma. De acordo com Saint-Hilaire (1978, p.162):

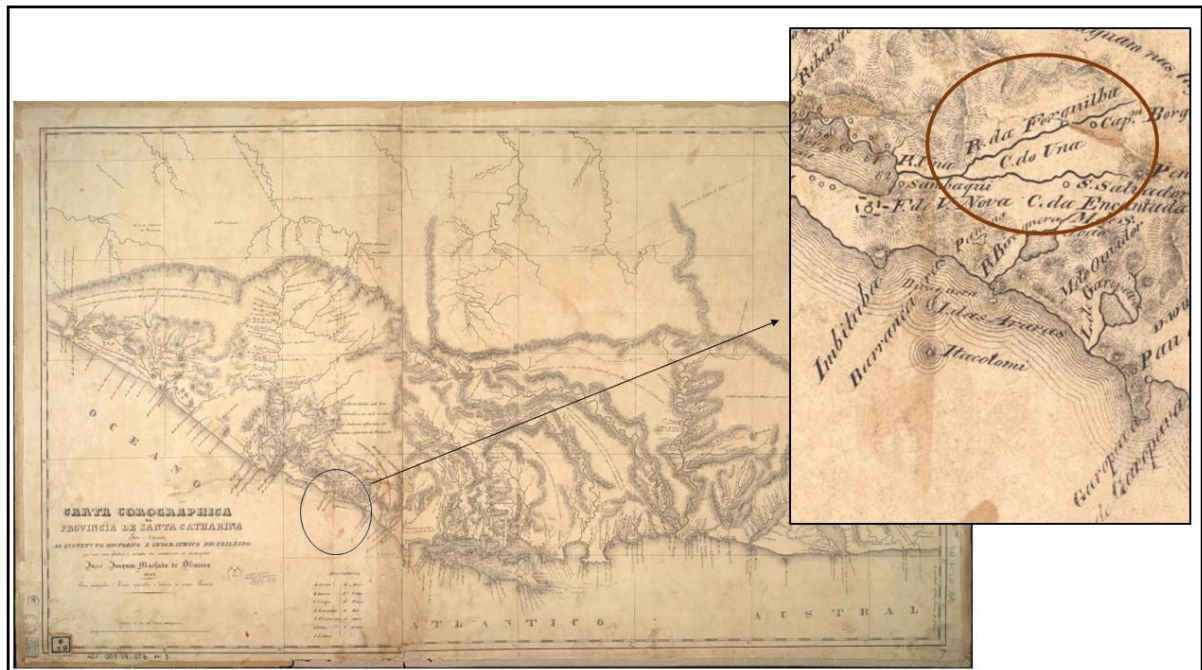
Caminhávamos então quase que paralelamente ao mar, mas afastados dele aproximadamente uma légua. Entre o caminho que seguíamos e o mar existia, segundo me disseram, uma série de lagoas, sendo que a primeira, denominada Lagoa Encantada, se comunica com a de Araçatuba e esta com a de Embiraquara, que por sua vez se comunica com o mar.

Já Avé-Lallement (1958, p.33-34), denominando a área como Campo do Una, traz a seguinte descrição:

No meio do Campo do Una há uma lagoa, a Lagoa de Garopaba, que muitas vêzes se vê ao atravessar o êrmo palmeiral, de modo que quase se descreve um arco a certa distância dela. No fundo do palmeiral se comprime também o lago interior da Laguna. Pode-se admitir com certeza que antes eram ligados. Sustenta êsse modo de ver não somente a formação do terreno como também a ocorrência da palmeira butiá de frutos azedos.

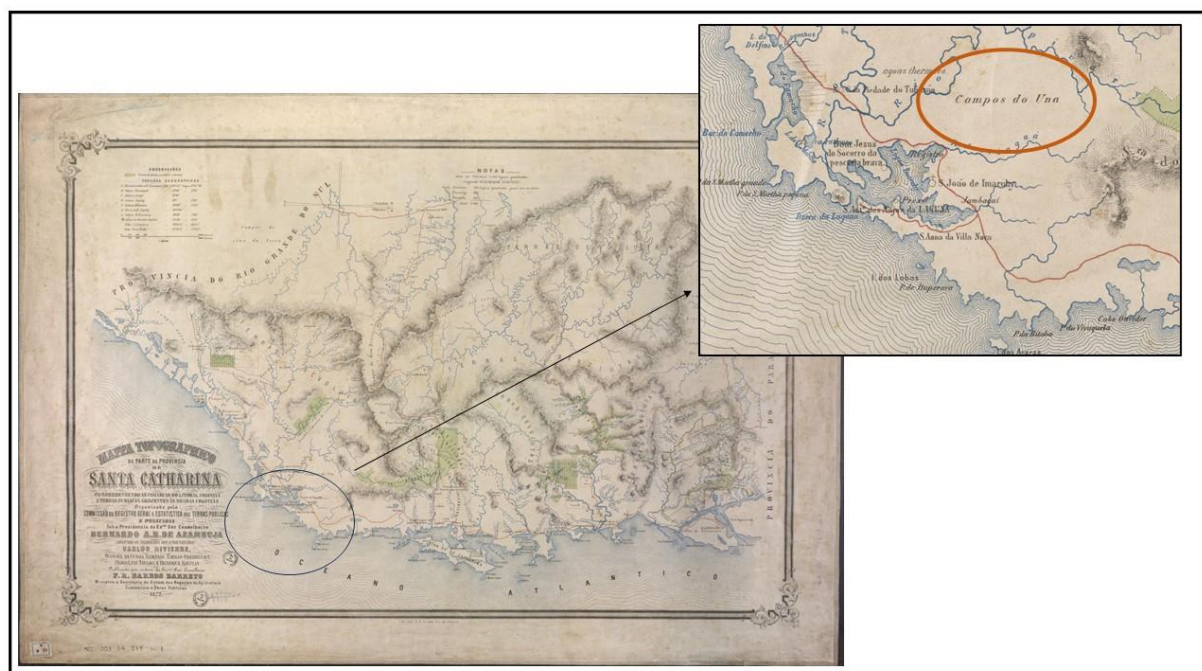
Em cartas topográficas do século XIX (Figuras 8 e 9), guardadas as restrições cartográficas da época, é possível notar que a área denominada Campo do Una ocupa uma região bem mais ampla do que o bairro hoje denominado Campo D'una, fazendo referência à planície do entorno do Rio Una. Tal região compreende toda a porção oeste do município, atualmente cortada pela BR-101.

**Figura 8** - Carta topográfica da Província de Santa Catarina produzida por José Joaquim Machado de Oliveira para o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro em 1842, com detalhe aproximado da região denominada Campo do Una.



Fonte: Oliveira (1842).

**Figura 9** - Carta topográfica de parte da Província de Santa Catarina organizada pelo Comissão de Registro Geral e Estatística das Terras Públicas e produzido pelos engenheiros Carlos Rivierre, Manuel da Cunha Sampaio, Emílio Odebrecht, Pedro Luiz Taulois e Henri que Kreplin em 1872, com detalhe aproximado da região denominada Campo do Una.



Fonte: BRASIL. Comissão do registro geral e estatística das terras públicas e possuídas. (1872)



Em análise da paisagem da região norte do município de Imbituba, no entorno da Lagoa de Ibiraquera, Freitas e Beltrame (2012) identificaram que até 1957 grande parte da cobertura vegetal nativa da área já havia desaparecido em decorrência do uso do solo para atividades agrícolas e pastagens, as quais declinaram posteriormente devido às mudanças provocadas pela construção da BR-101 e a chegada do turismo.

De acordo com entrevistados, durante a primeira metade do século XX, até a década de 1960, a palha de butiá – como é chamada a folha extraída da planta – tinha muito valor para os agricultores locais, uma vez que era vendida em fardos para a produção de estofados, sendo sua colheita a principal fonte de renda na entressafra de outras culturas. A palha era colhida em propriedades privadas com butiazais, numa atividade que envolvia toda a família, e por vezes os proprietários arrendavam áreas de butiazal para outras pessoas da comunidade. Na colheita se retiravam todas as folhas de cada indivíduo da espécie, que depois voltavam a crescer até a safra seguinte. As folhas eram organizadas em fardos e vendidas para atravessadores ou diretamente aos engenhos, também chamados “rodas de butiá” (Figura 10), onde eram desfibradas e com seus fios se produzia a “crina” de butiá, posteriormente “exportada” para outras localidades para a produção de estofados, utilizados tanto na fabricação de colchões e sofás como na indústria automobilística. De acordo com os entrevistados 6 e 17, todos os colchões do hospital de Imbituba, quando foi construído, foram confeccionados com palha doada pela comunidade.

**Figura 10** - Roda de butiá no Rio Grande do Sul



Fonte: <https://distritocriativo.wordpress.com/butia/>. Acesso em 23 de julho de 2023

Os principais locais de coleta de folhas para extração de palha, de acordo com os entrevistados 2, 6, 8, 14 e 17 localizavam-se nos Areais da Ribanceira e na Ibiraquera. Em ambos os locais, os proprietários de terras em área de butiazal contratavam pessoas para a realização da colheita ou arrendavam as terras para terceiros. O entrevistado 8 e a entrevistada 14 relataram que havia um proprietário de grande extensão de terra com butiazaais na Ibiraquera. Durante a época da colheita, a entrevistada 14, sobrinha deste proprietário, era contratada pelo tio, junto com as irmãs, para trabalhar na extração das folhas. O tio pagava um valor para o pai delas, que dividia entre todas as irmãs. A entrevistada descreveu a atividade da seguinte forma:

Cortavam carradas e carradas de butiá e a gente participava da tiração da palha. Era cortado, tirado a mão. Cortava e deixava estendida na roça e eles iam com carro de boi e traziam uma carrada amarrada até o quanto que os bois podiam trazer. Trazia para casa e botava dentro do galpão, que era o engenho deles. Quando ficava meio murcha, porque verde era muito dura para tirar na mão. Jogavam um monte de palha no meio do galpão e a gente sentava em um banquinho e debulhavam a palha. E fazíamos molhinhos até ficar em um tamanho bom e amarrava com duas folhinhas maiores e jogava no monte. No outro dia iam todos os molhinhos para o sol. Cada molhinho dava um kg mais ou menos. Quando ficava bem sequinho, recolhia para levar para o armazém, faziam fardos enormes, botavam no carro e levavam para o armazém. Uma carrada tinha umas 15 arrobas, vendiam por arroba.

Segundo os entrevistados 6 e 17, havia três rodas de palha no município. O entrevistado 6 foi proprietário de uma delas, localizada na Ribanceira, tendo comprado de outro proprietário em 1954 e tocado até 1964. De acordo com ele, havia uma firma em Laguna que exportava palha para outros estados, citando São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Já ele e o pai possuíam um caminhão e levavam a palha para outros municípios catarinenses, principalmente Florianópolis, Itajaí, Tijucas, Blumenau e Joinville. No retorno das viagens traziam telha francesa para comercializar. Sobre o funcionamento da roda de palha, o entrevistado descreve:

Funcionava assim, tinha o butiazeiro, todo ano fazia o corte, cada butiazeiro dava 4, 5 folhas. Cortava a folha, despencava tudo, fazia tudo em pacotinho, secava, virava tudo e fazia fardos de 10kg a 15 kg, amarrava e levava para a roda, uma roda bem grande, cheia de prego, de mais ou menos 10 cm, pregados em tabuinhas que ficavam pregados na roda, aí passava as folhas e ficava como cabelo, desfiava, misturava e fazia uma corda, de mais ou menos 6 metros. A corda tinha mais ou menos a grossura de uma mão, tinha um gancho que trocava, aí colocava tudo de novo e a corda ficava do tamanho de 12 metros, aí dobrava e ficava com 80 cm, 1 metro, aí prensava em uma caixa., ficava um fardo de mais ou menos 80 cm de comprimento, por 60 cm de largura e 80 de altura, o fardo pesava mais ou menos 80 kg. Carregava o caminhão e vendia, 5 fardos pra um, 6 pra outro... A roda tinha motor elétrico, mas tinha outras que era motor à óleo.

A colheita da palha de butiá era considerada uma importante atividade econômica no município, ocorrendo na entressafra da produção de farinha de mandioca. De acordo com o entrevistado 6 “tudo era lavoura e óleo [de baleia] e palha [de butiá]”. Já para o entrevistado 17 “Naquela época tinham as coisas mas não tinha para quem vender, já a palha tinha saída, então era uma importante fonte de renda, dava para comprar roupa, comida, era muito fácil vender a palha. Era a farinha de mandioca e a palha”, e o entrevistado 8 relatou que as principais atividades econômicas eram a agricultura, a pesca e a extração de palha.

Com o declínio do comércio de palha, resultado da substituição da matéria prima por espuma sintética na indústria de estofados, os butiazais perderam temporariamente importância econômica, e em alguns locais foram derrubados para ampliação do cultivo de mandioca. A entrevistada 2 e o entrevistado 8 relataram que os butiazais se mantiveram principalmente nas extremidades dos terrenos, servindo como demarcação e cerca viva. Ainda assim, o valor dado à palha de butiá nesse período histórico garantiu a permanência de butiazais entre as áreas de roça, os quais ainda hoje estão presentes em alguns locais.

Cabe ressaltar que a colheita da palha era realizada nos meses de frutificação do *B. catarinensis*, e, como descrito pelos entrevistados, na colheita eram retiradas todas as folhas, deixando apenas o broto (meristema apical), o que pode ter gerado interferência na quantidade e qualidade dos frutos e na regeneração dos butiazais no período.

Outra atividade econômica importante e que envolvia principalmente as mulheres, relatada pelas entrevistadas 2, 3, 10, 11 e 14, foi a confecção de chapéus com a palha de butiá. Como os agricultores ficavam muito expostos ao sol, o chapéu era um item essencial ao trabalho. A entrevistada 3 chegou a utilizar a expressão metafórica para enfatizar a importância da atividade: “Algumas mulheres se vestiram com a palha de butiá” – significando que obtiveram toda sua renda a partir da venda desse produto. A colheita da palha para confecção de chapéu era realizada nas mesmas áreas em que ocorria a colheita da palha para venda, e era realizada pelas mulheres. De acordo com o entrevistado 17, as mulheres que trabalhavam na extração de folhas, seja para venda da palha ou para a produção de chapéu, eram chamadas de “cortadeiras de palha”.

Todas as atividades relacionadas à confecção de chapéus eram realizadas por mulheres, desde a colheita das folhas, secagem, preparação da palha, trança e costura. Para isso, muitas vezes tinham que caminhar longas distâncias e retornar carregando as folhas colhidas. A entrevistada 10, moradora do município de Garopaba, colhia a palha nos Areais da Ribanceira, cerca de 15 km de distância de sua residência. A princípio se deslocavam até o local com o ônibus da empresa Santo Anjo, que saía pela manhã e retornava no final da tarde, mas depois



foi proibido transportar a palha no ônibus e passaram a usar o carro da prefeitura, que tinha caçamba, quando lhes era permitido. Ainda assim, por vezes tiveram que fazer todo o trajeto andando. A entrevistada 14, moradora do bairro de Ibiraquera, conta que mulheres vinham de Garopaba, do bairro Capão, onde se localiza a Praia da Ferrugem, andando pela praia para colher as folhas na região. Como a colheita de folhas para a confecção de chapéu era moderada, os proprietários de terra liberavam a colheita mediante pedido de permissão. A entrevistada 11, moradora do bairro de Nova Brasília também colhia as folhas para confecção de chapéu nos Areais da Ribanceira, pois considerava que as folhas de lá tinham mais qualidade, uma vez que tinham menos manchas e ficavam mais claras. Ia com a mãe e a irmã, amarravam um feixe bem grande e transportavam nas costas. De maneira geral, os chapéus eram vendidos para atravessadores que comercializavam nas “bodegas”, como eram chamadas as vendas locais.

Em relação aos frutos, seu uso no passado se restringia à alimentação eventual durante os percursos rotineiros, como entre a casa e a roça, por vezes colhidos para fabricação caseira de suco para o consumo familiar ou para curtir com aguardente. A cachaça com butiá, como é chamada popularmente, era um produto de troca, especialmente para a aquisição de pescados nos ranchos de pesca da região (OLIVEIRA, 2020). A entrevistada 11 relatou que os irmãos homens vendiam os frutos de butiá *in natura*, assim como outros frutos locais, como tucum e araçá, para os marinheiros no Porto de Imbituba, atividade que não era considerada adequada para as mulheres.

## 1.2. O convívio com outras forças produtivas

Em paralelo à agricultura e à pesca, o acesso ao mar rendeu ao município de Imbituba o desenvolvimento de outra atividade produtiva, no início bastante lucrativa e que significou uma nova forma de organização e divisão do trabalho: a caça da baleia-franca (*Eubalaena australis*). A atividade se expandiu em diversos pontos do litoral catarinense nas últimas décadas do século XVIII, do mesmo modo que vinha ocorrendo em outros estados brasileiros desde o início do século XVII, uma vez que a implantação de armações baleeiras foi outorgada como monopólio pelo governo da Coroa a particulares que investiram na construção de estruturas, na compra de mão de obra escrava e contratação de pessoal especializado. É importante frisar que a população afrodescendente, após a abolição da escravidão no Brasil, se mesclou à comunidade local, uma vez que a mesma é ignorada nos relatos sobre a ocupação da região, levando-os à invisibilidade. Em Garopaba, município vizinho que também foi sede de uma armação baleeira, existem duas comunidades quilombolas, a Comunidade Quilombola do

Morro do Fortunato e a Comunidade Quilombola da Aldeia. Ainda que em Imbituba não haja comunidade quilombola autodeclarada, entre os informantes desta pesquisa as entrevistadas 11 e 13 são negras.

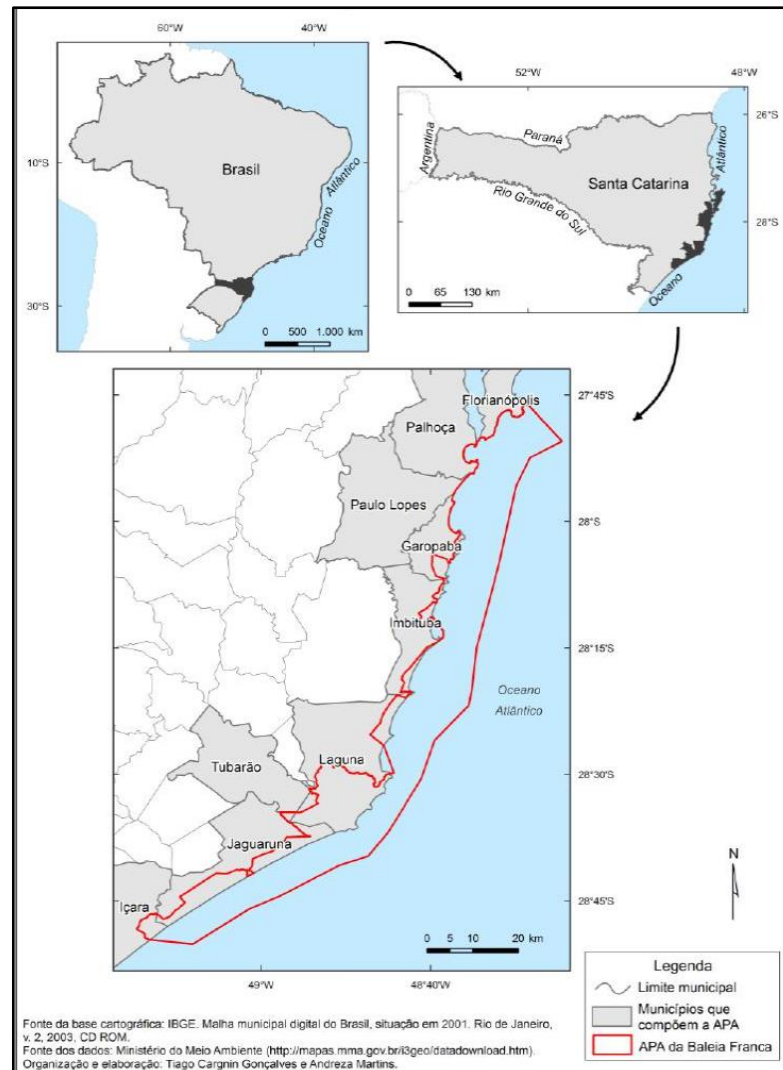
As armações de Imbituba e Garopaba, município vizinho ao norte, foram as últimas a serem instaladas no país, respectivamente em 1795 e 1796. O monopólio da caça à baleia foi abolido pelo Alvará Régio de 1801, que também decretou o fim do estanco do sal, mas a atividade perdurou em Imbituba até 1960. Porém, ainda no século XIX passara a ser cada vez menos lucrativa, em decorrência tanto da substituição do óleo de baleia por querosene como pelo escaasseamento dos animais, que deixaram de aparecer na costa catarinense (NEU, 2003). A baleia-franca passou a ser novamente avistada na região somente a partir da década de 1980, quando as populações do cetáceo começaram a aumentar gradativamente.

Atualmente protegida por lei, a baleia-franca passou a girar outra forma de economia, impulsionando o turismo de inverno, assunto que será discutido mais adiante. Desde o ano 2000 toda a faixa de mar adjacente ao município de Imbituba faz parte da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca<sup>4</sup> (Figura 11), Unidade de Conservação de Uso Sustentável Federal que tem como principal objetivo a conservação da espécie.

---

<sup>4</sup> A APA da Baleia Franca foi criada por Decreto Federal (de 14 de setembro de 2000) e possui área total de 154.867,40 hectares que se estende do sul do município de Florianópolis ao sul do município de Balneário Rincão. Essa unidade de conservação compreende predominantemente o ambiente marinho, mas também o terrestre – incluindo partes da área em estudo.

**Figura 11** - Mapa de localização da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca



Fonte: Martins e Dias (2017)

Imbituba também foi fortemente impactada pela produção carbonífera da região e seu sistema de transporte, que contou com o Porto de Imbituba como um importante modal. A descoberta do carvão no sul de Santa Catarina em meados do século XIX, principalmente na região de Criciúma e arredores, deu início a uma nova etapa do desenvolvimento econômico de toda a região envolvida no complexo carbonífero, da qual Imbituba passou a fazer parte a partir da construção da Ferrovia Tereza Cristina. A princípio financiada por capital inglês, a ferrovia tinha como objetivo escoar o carvão extraído por meio do transporte marítimo (GOULARTI FILHO, 2007).

A enseada que abrigava a armação baleeira em Imbituba apresentava características de um porto natural, onde navios ancoravam para se abastecer de carregamentos. Porém, por ser exposto aos ventos norte e nordeste, em condições climáticas desfavoráveis os navios não

conseguiram aportar para movimentação de cargas. Goularti Filho (2010) comenta que em 12 meses apenas, durante a construção da ferrovia, quatro navios trazendo materiais naufragaram na enseada de Imbituba. Já o porto de Laguna não dispunha de profundidade na entrada da barra para receber navios de grande calado. A chegada do empresário carioca Henrique Lage, da Companhia Lage & Irmãos, cujas empresas já haviam angariado vasta experiência no transporte de cargas, possibilitou as melhorias necessárias no Porto de Imbituba, que após o declínio das atividades portuárias de Laguna passou a ser o único porto carbonífero do país (NEU, 2003; GOULARTI FILHO, 2010). O primeiro carregamento de carvão no Porto de Imbituba foi realizado em 1886, levando cerca de 700 toneladas de carvão para Buenos Aires (Figura 12).

**Figura 12** - Primeiro carregamento de carvão que chegou de trem no Porto de Imbituba, de 700 toneladas, no vapor Senator, com destino a Buenos Aires.



Fonte: Porto de Imbituba. Disponível em: <https://portodeimbituba.com.br/historia/> . Acesso em 05 de julho de 2023.

As atividades do Porto de Imbituba oscilaram entre diversos momentos de expansão e declínio, seguindo as dinâmicas da economia nacional e internacional, tendo sua fase mais expressiva impulsionada pela estratégia do governo federal de substituição de importações frente à redução do parque industrial europeu no contexto da Primeira Guerra Mundial (NEU, 2003; GOULARTI FILHO, 2007)<sup>5</sup>. A rápida expansão das atividades relacionadas ao escoamento do carvão, que envolve outras operações de apoio e mão de obra especializada, fez

---

<sup>5</sup> Leis governamentais estimularam o consumo de carvão nacional, e a indústria carbonífera brasileira teve sua sobrevivência e expansão garantidas, com Santa Catarina ocupando lugar de destaque (ao lado do Rio Grande do Sul) por abrigar importantes reservas, especialmente no sul do estado. O carvão catarinense também é considerado o de melhor qualidade do país.

com que o território mudasse sua configuração, com estruturas urbanas específicas como “vilas operárias, casas para os administradores, olarias, ferrarias, oficinas, [...] e granja para o abastecimento de navios” (NEU, 2003, p. 69). A nova cidade foi construída principalmente sobre área de planície arenosa, na porção central do município, em área adjacente ao porto e cruzada pela ferrovia. Os entrevistados 6 e 8 disseram que fardos de crina de butiá eram exportados para outros estados a partir do Porto de Imbituba, mas tal informação carece de mais evidências. O que se pode afirmar é que a presença do porto trouxe uma nova dinâmica ao lugar, impulsionando a urbanização, o crescimento demográfico e a implantação de novas atividades econômicas.

Em paralelo às atividades portuárias de escoamento do carvão, entre 1917 e 1919 foi criada a primeira indústria cerâmica do estado de Santa Catarina, a Cerâmica Imbituba S.A. (ICISA), para suprir as necessidades do porto e da cidade em expansão. Por seu lado, a fabricação da cerâmica demandou grandes quantidades da matéria-prima da zona carbonífera e a indústria foi considerada a principal na cidade, com o emprego de mais de 1.000 trabalhadores no final da década de 1980. Porém, com a modernização da produção, o número de trabalhadores declinou consideravelmente na década de 1990 (NEU, 2003). A abertura dos mercados resultantes das políticas neoliberais do final do século XX, além de dificuldades internas, fizeram com que a ICISA decretasse falência em 2009 e toda a sua estrutura foi demolida em 2016.

Outro momento importante na urbanização da área central de Imbituba foi a instalação da Indústria Carboquímica Catarinense (ICC). Como contrapartida da criação do que seria futuramente um complexo industrial, foram implementadas obras de melhoria na infraestrutura da cidade e do porto, como abastecimento de água e energia, acesso asfáltico e abertura de agências bancárias. As obras da ICC tiveram início na década de 1970, impulsionadas pela necessidade de abastecer o mercado interno de enxofre, o qual seria extraído da pirita carbonosa recuperada no processo de beneficiamento do carvão, além de outros produtos. O local onde a indústria foi construída, em área contígua ao porto, abrigava alguns engenhos de farinha de mandioca e sua desapropriação produziu reflexo direto na diminuição da quantidade de exportação do produto, que havia tomado maiores dimensões ao longo do tempo. De acordo com os entrevistados 12 e 17, a área ocupada pela ICC também abrigava grande quantidade de butiás, podendo ser caracterizada como um butiazal. A presença de butiás ainda hoje é notável no entorno da indústria abandonada. O local para onde foram realocadas a maior parte das famílias, conhecido pelos moradores como Divinéia e denominado pelo município como Vila Esperança, também fazia parte da área de ocupação do grande butiazal dos Areais da

Ribanceira, sendo que ainda é possível ver os fragmentos desse ecossistema entre as casas e nos quintais (Figura 13).

**Figura 13** - Pequeno fragmento de butiazal em quintal no Bairro Vila Esperança (Imbituba/SC)



Fonte: Fotografia da autora (2022)

A ICC entrou em funcionamento em 1979, produzindo ácido sulfúrico e ácido fosfórico (MORAES, 2004). Assim que suas operações tiveram início, a cidade passou a sentir os efeitos do lançamento de óxido de ferro pelas chaminés, que não possuíam sistema de filtragem e pintavam de vermelho todo o entorno da empresa. Casas, ruas, veículos e até roupas no varal eram tingidas pelo que os habitantes chamavam de “maldição do pó vermelho” (MORAES, 2004). Os rejeitos da indústria, acumulando-se em seus pátios, também se tornaram mais um passivo ambiental na região central da cidade, entre os quais se destacavam principalmente o

gesso e o óxido de ferro. A indústria funcionou por uma década, mas com a queda dos preços do ácido fosfórico, cuja importação foi liberada pelo governo federal, foi liquidada em janeiro de 1994 (NEU, 2003).

O tripé que desenvolveu industrialmente Imbituba como centro urbano no século XX, porto-cerâmica-ICC, entrou em decadência na década de 1990 levando a cidade a passar por momentos de crise econômica, com o aumento do desemprego e a migração de parte de seus habitantes para outras localidades em busca de alternativas de emprego e renda. A fim de minimizar a crise, os governos estadual e federal, juntamente com a municipalidade, criaram o projeto da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) em função da proximidade entre o porto e a rodovia BR-101, então em processo de duplicação. A ZPE é uma área de livre comércio destinada à produção de bens para importação. O projeto foi criado em 1994, mas devido a uma série de dificuldades ainda não foi implementado. Em 2022 houve um processo licitatório do governo do estado para a construção de um condomínio industrial de 59.000 m<sup>2</sup>, com previsão de implantação a partir de 2023.

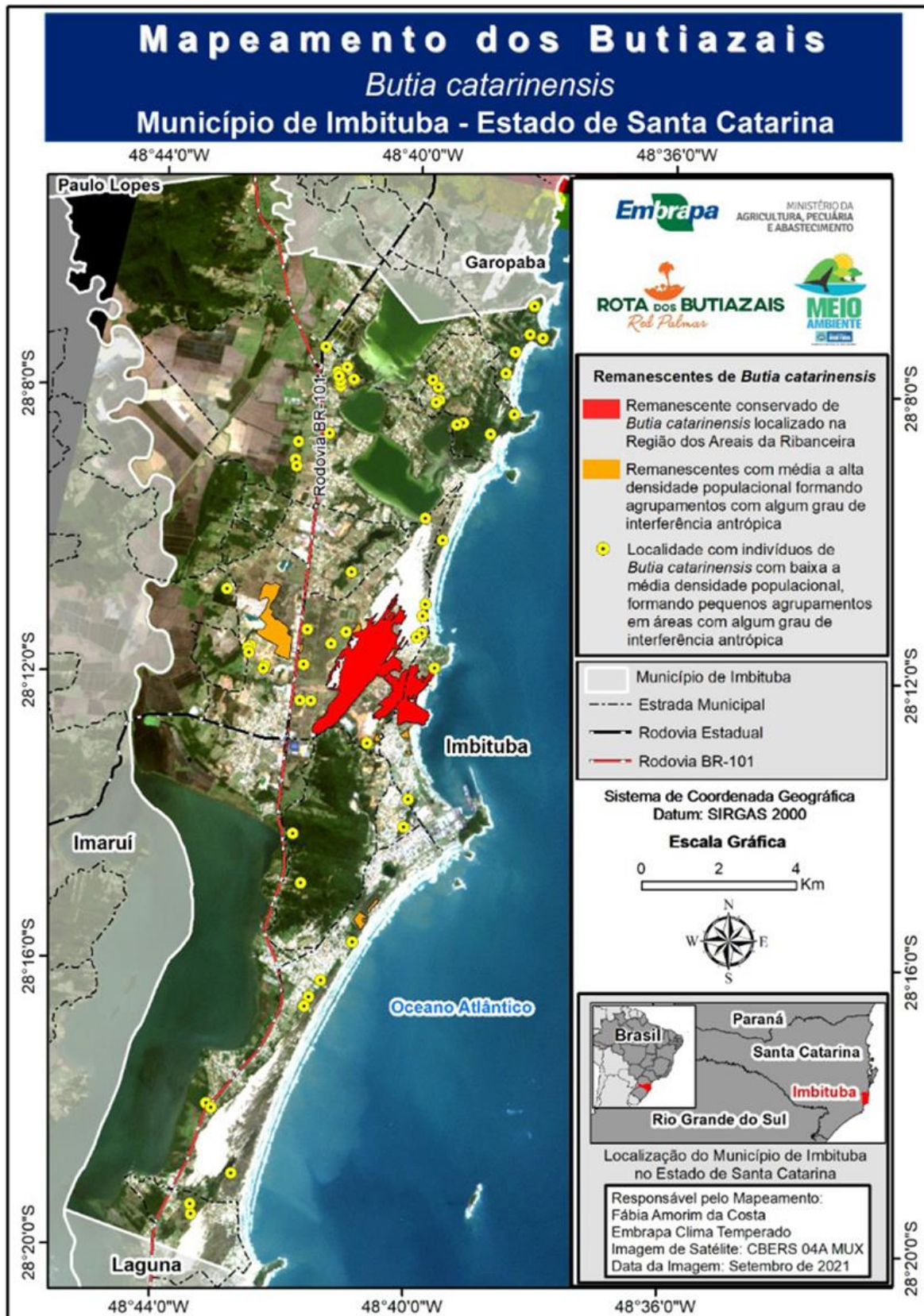
Após a crise do carvão, o porto ficou com boa parte de sua estrutura ociosa, precisando ser reestruturado para novas atividades. Atualmente realiza movimentação de granéis líquidos, granéis sólidos (incluindo grãos agrícolas), carga geral e contêineres. As últimas indústrias a se fixarem no município foram a Votorantim Cimentos, que entrou em operação em 2012 e além da moagem de cimento realizada na unidade é responsável por um terminal de escoamento do produto no porto; e a Sulgesso, empresa que utiliza os rejeitos acumulados da ICC na produção de fertilizantes. A Sulgesso foi responsável por um grande transplante de butiás, no qual 1.300 indivíduos da planta foram transferidos de sua área de operação para uma área adjacente, e atualmente mantém um programa de plantio de mudas da espécie que consta como ação do programa de ESG (do inglês: *Environmental, Social and Governance*) da referida empresa.

É importante destacar que as duas empresas mencionadas e a ZPE localizam-se no entorno da área onde se concentra o maior butiazal do município (Figura 14), principal local de coleta de frutos para os extrativistas, e isso significa que se trata de uma área em disputa. A comunidade de agricultores locais, representada pela Associação Comunitária Rural de Imbituba (Acordi), e o setor empresarial travam uma luta judicial desde o início dos anos 1970, quando o governo do estado, a partir do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Imbituba (PDDII), criou a Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina (Codisc) visando a desapropriação de terras consideradas de utilidade pública para implantação de complexo industrial, urbanização e sistema viário. À medida que as terras foram sendo desapropriadas, sem nenhuma consulta à comunidade local que delas fazia uso secular –

inclusive com títulos em cartório –, procedia-se a sua venda a empresas privadas, iniciando o processo de desterritorialização e privatização do território tradicionalmente ocupado (OLIVEIRA, 2020).



**Figura 14** - Mapa de remanescentes de *Butia catarinensis* no município de Imbituba, SC



Fonte: Costa *et al.* (2022).

A partir da década de 1970, concomitante à expansão industrial e portuária, o município de Imbituba passou a ser visitado por turistas devido às melhorias nas vias de acesso e à conclusão da pavimentação do trecho catarinense da BR-101, consolidando-se como destino turístico nas décadas subsequentes. As belezas naturais, as praias, as lagoas e a prática de esportes, em especial o surfe, atraem turistas de diversos locais do Brasil e do mundo. A Praia do Rosa, por exemplo, é considerada parte do Clube das 30 Baías Mais Belas do Mundo, chancelado pela Unesco. O número de pousadas, hotéis e casas de veraneio cresce a cada ano e altera a paisagem dos espaços até então ocupados por roças, pastos e vegetação nativa. De acordo com Freitas e Beltrame (2012), entre 1957 e 2008 a área utilizada para agricultura no entorno da Lagoa da Ibiraquera teve um decréscimo de cerca de 70% e as pastagens de 24%, enquanto as áreas urbanizadas, praticamente inexistentes até 1978, tiveram um crescimento de 18,2% no mesmo período, sofrendo um aumento significativo nos últimos anos, principalmente após a grande expansão imobiliária ocorrida durante e após a pandemia da Covid-19. A entrevistada 2 comentou sobre o retorno de pequenos fragmentos de butiazal em terrenos onde a agricultura foi abandonada (Figura 15), atualmente ameaçados pela especulação imobiliária.

**Figura 15** - Pequeno fragmento de butiazal em regeneração em área de roça abandonada no Bairro Ibiraquera (Imbituba/SC).



Fonte: Fotografia da autora (2023)

Embora seja uma atividade que atrai investimentos e gira a economia, o turismo também gera passivos sociais e ambientais. A sazonalidade é um dos desafios enfrentados pela atividade turística na região. Durante a temporada de verão são criados diversos postos de trabalho,

atraindo pessoas de outras regiões, mas no inverno a atividade diminui consideravelmente e as taxas de desemprego crescem proporcionalmente. Estratégias são criadas para tentar desenvolver o turismo de inverno, e a presença das baleias-franca entre os meses de junho e setembro é um atrativo que vem sendo explorado nesse sentido. Frente a esse cenário de expansão urbana, valorização da terra e crescimento do setor imobiliário, as atividades agrícolas, as roças e os butiazais vão cedendo espaço para obras de infraestrutura, novas vias, construções e empreendimentos. Hoje coexistem no município as atividades de agricultura e pesca, as atividades portuárias, a industrial, o turismo e o comércio de bens e serviços.

### **1.3. Butiazais no contexto atual: aspectos culturais, econômicos e de conservação da biodiversidade**

A presença dos remanescentes de butiazais vincula-se ao contexto histórico de ocupação do território, marcado por uma cultura de pescadores e agricultores, ainda que sua importância e seus usos tenham se transformado. A palha do butiá hoje é utilizada na produção de artesanato dirigido a projetos de valorização de saberes e fomento à economia local, como o Projeto Costa Butiá, subsidiado com recursos privados de compensação ambiental do Porto de Imbituba, e às ações do grupo de mulheres Flores da Restinga, da Acordi, associação criada na área dos Areais da Ribanceira para organização comunitária como resposta a tentativas de expropriação de suas terras tradicionalmente ocupadas, como será discutido mais adiante. Os frutos são extraídos para a produção de polpa (Figura 16), utilizada na fabricação de sucos, sorvetes, geleias, licores, entre outros produtos alimentícios, de onde provém a renda principal ou secundária de diversas famílias da região – a despeito de o extrativismo ser uma atividade informal e sem regulamentação específica (WERNER-MARTINS e FREITAS, 2023).



**Figura 16** - Extração de frutos de *Butia catarinensis* nos Areais da Ribanceira (Imbituba/SC)



Fonte: Kumagai e Hanazaki (2013 a)

Em pesquisa realizada em 2010, Kumagai e Hanazaki (2013a) identificaram que a principal forma de venda dos frutos de butiá pela comunidade da Acordi se dava na forma *in natura*. Atualmente, como relatado pela informante 3, a comercialização se dá principalmente em forma de polpa congelada, o que agregou valor ao produto. Tal inovação foi possível a partir de 2017, quando a associação adquiriu sua primeira despulpadeira, tendo adquirido mais uma em 2022 (Figura 17). As entrevistadas 3 e 13 e os entrevistados 12 e 15, associados da Acordi, utilizam as despulpadeiras para a produção de polpa. A falta de um mercado consolidado do produto é o principal fator limitante das vendas.

**Figura 17** - Despolpadeira de butiá da Associação Comunitária Rural de Imbituba (Acordi)



Fonte: Fotografia de Douglas Ladik Antunes (2023)

Novos produtos à base de butiá surgiram no mercado, como a cerveja produzida pelo entrevistado 9 e uma marca de kombucha, que recentemente recebeu a certificação de produto orgânico. Tal marca conseguiu a certificação para a kombucha de butiá por usar menos de 5% da fruta em sua composição, uma vez que não existe em Santa Catarina certificação para produtos do extrativismo, ainda que extraídos de áreas naturais, sem uso de fertilizantes ou agrotóxicos. No estado do Rio Grande do Sul, a Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA) instituiu em 2017 o processo de certificação de produtos agroflorestais e extrativista<sup>6</sup>, conferindo assim segurança jurídica para o produtor ou extrativista, o que será discutido com maior profundidade no Capítulo 3.

---

<sup>6</sup> Fonte: [https://sema.rs.gov.br/certificacao-ambiental-agroflorestal-e-extrativista#:~:text=O%20produtor%20ou%20extrativista%20deve,sol\)%20para%20requerer%20sua%20certificac%C3%A7%C3%A3o](https://sema.rs.gov.br/certificacao-ambiental-agroflorestal-e-extrativista#:~:text=O%20produtor%20ou%20extrativista%20deve,sol)%20para%20requerer%20sua%20certificac%C3%A7%C3%A3o). Acessado em 04 de julho de 2023.

A preocupação com a conservação dos butiazais tomou maiores proporções e tornou-se tema de discussões no município a partir de 2014, quando o *Butia catarinensis* passou a integrar a lista das espécies da flora ameaçadas de extinção do estado de Santa Catarina, vindo a ser protegido por legislação específica. O artigo 27 do Código Florestal (Lei 12.651, de 25 de maio de 2012) determina que sejam feitas ações compensatórias e mitigadoras para assegurar a conservação de espécies ameaçadas de extinção quando ocorre a supressão de vegetação para uso alternativo do solo. Ainda, a Lei de Crimes Ambientais (Lei 6.905, de 12 de fevereiro de 1998), em seu capítulo 5, seção II, “Dos crimes contra a flora”, art. 53, estabelece que os crimes possuem pena agravada nos casos em que forem cometidos contra espécies raras ou ameaçadas de extinção. Tais regulamentações fizeram com que o poder público municipal, na figura da SEMA, criasse também regulamentações específicas para o licenciamento de atividades em áreas de ocorrência de butiazais, como normas para o transplante de indivíduos e obrigação de plantio de novos indivíduos no caso de perdas irreparáveis.

A partir desse momento, novas ações coletivas e articulações institucionais entraram em cena, em especial o movimento SOS *Butia catarinensis*, criado por membros da comunidade local preocupados com a preservação da espécie, em especial no combate contra as queimadas ilegais em área de butiazal; o movimento *Slow Food*, que criou em seu campo de atuação a “Fortaleza do Butiá do Litoral Catarinense”, com o intuito de valorizar a espécie na cultura agroalimentar; e a Rota dos Butiazais, projeto da Embrapa Clima Temperado que tem o objetivo de conectar áreas de ocorrência de espécies de *Butia* no Brasil, Argentina e Uruguai para promoção de esforços de conservação e uso sustentável (BARBIERI, SOSINSKI e DA COSTA, 2017). A entrevistada 4 foi uma das principais articuladoras deste movimento interinstitucional. Em 2016, o Território Serramar<sup>7</sup>, do qual o município de Imbituba faz parte, passou a integrar a Rota dos Butiazais (PERUCCHI, SANTOS e COELHO-DE-SOUZA, 2018), e em 2017 ocorreu no município o IV Seminário da Rota dos Butiazais, junto ao Curso de Manejo e Conservação de Butiazais, promovido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Além da importância econômica, como recurso, e ecológica, como representante da biodiversidade endêmica e ameaçada de extinção, o butiá ainda possui grande importância na cultura material da comunidade local, caracterizando-se como produto da sociobiodiversidade. Sua presença é marcante em trabalhos realizados na comunidade dos Areais da Ribanceira,

---

<sup>7</sup> Segundo Perucchi *et al.* (2018, p. 69), “o Território Serramar compreende 34 municípios localizados no sudeste do estado de Santa Catarina, no bioma Mata Atlântica, que compreende um conjunto diversificado de tipos de ambientes, sendo a restinga um dos ecossistemas associados a este domínio”.

articulada de forma indissociável a outras atividades realizadas na região como o cultivo de mandioca, a extração de ervas medicinais e a pesca artesanal (MOMBELLI, 2013; KUMAGAI e HANAZAKI, 2013a; KUMAGAI e HANAZAKI, 2013b; OLIVEIRA, MARTINS e ANTUNES, 2020). Nas palavras da entrevistada 1, liderança comunitária de Ibiraquera, o butiá é considerado:

Uma árvore muito linda, muito importante, [com importância] paisagística, econômica, um símbolo da nossa comunidade na verdade, porque ela é totalmente endêmica, não tem em outros lugares por aí. Isso é nosso, é Catarina, é a nossa marca eu acho, um patrimônio catarinense com certeza, eu não tenho dúvida disso, não tem nada que se compare a ele, que nos identifique tanto.

Os ecossistemas de butiazal, tal qual se apresentam na atualidade, são resultados dos processos históricos até aqui descritos. A compreensão dos fatores que influenciam a composição e a manutenção dos ecossistemas é o tema central da ecologia histórica que, segundo Balée e Erickson (2006), contribui para uma análise integradora dos butiazais como sistemas socioecológicos (WERNER-MARTINS e FREITAS, 2023). O manejo realizado historicamente nas áreas de butiazais é um fato determinante na distribuição e composição dos butiazais. Além de terem sido protegidos por seu valor econômico na época da colheita de folhas para produção de crina vegetal, butiás eram mantidos entre as roças com função de corta-vento, como relatado pelo entrevistado 12, e como cerca-viva nas extremas das propriedades, conforme a entrevistada 2. Com o abandono das roças em alguns locais, os butiazais voltaram a se expandir nos terrenos desocupados, agora alvo de especulação imobiliária.

Considerar sua presença no processo de formação socioespacial do município, em meio às diversas forças que atuam na composição do território, é essencial para a análise das transformações na paisagem de acordo com sua forma e função. Como apontado por Santos (2014a, p. 69), “a localização das diversas forças produtivas (e de suas frações ou classes) muda a cada período histórico: cada lugar representa, a cada momento histórico, uma associação de atividades qualitativa e quantitativamente diferentes”. Ainda de acordo com Santos (2017, p.40):

Em cada um de seus momentos, o processo social envolve uma redistribuição de seus fatores. E essa redistribuição não é indiferente às condições preexistentes, isto é, às formas herdadas, provenientes de momentos anteriores. As formas naturais e o meio ambiente construído incluem-se entre essas formas herdadas.

As formas herdadas do passado, às quais Santos chamou de “rugosidades”, adquirem novos valores no presente. A própria necessidade de conservação do ecossistema, advinda do risco de extinção da espécie, pode ser considerada um valor emergente, característico do momento atual, assim como o valor econômico da coleta de frutos, atividade invisibilizada em

meio aos arranjos produtivos locais, como exposto por Werner-Martins e Freitas (2023). A consideração da espécie como parte da identidade da comunidade local também é fruto dos processos históricos e traz consigo um novo valor, o da planta como patrimônio natural do território.

#### **1.4. Entre passado, presente e futuro: considerações a partir da formação socioespacial e da ecologia histórica**

Comparando as extensas áreas de butiazal relatadas por viajantes em meados do século XIX com os dados sobre a expansão das atividades agrícolas na região, pode-se concluir que o primeiro fator de fragmentação de tais ecossistemas foi a agricultura. A importância econômica da extração de palha no século XIX garantiu a presença de áreas de butiazal em meio às roças, ainda que a prática da colheita tenha alterado características dos mesmos. O declínio da agricultura fez com que algumas destas áreas tenham se regenerado, uma vez que o solo se manteve disponível para sua restauração natural. Já a expansão urbana e industrial altera significativamente o uso do solo, e ameaça a possibilidade de resiliência dos ecossistemas.

No presente, o uso dos frutos, aliado à crescente prática de artesanato com as folhas, configura uma nova atividade econômica relacionada à espécie. Considerando a relação histórica da comunidade com os butiazaís nos diferentes períodos, e sua associação com a identidade local, o *B. catarinensis* surge como importante produto da sociobiodiversidade, devendo ser considerado como uma unidade no planejamento territorial, que congrega características ecológicas e culturais de grande relevância.

A perspectiva da ecologia histórica, que inclui a ação humana para a compreensão da estrutura e composição dos ecossistemas de butiazaís, junto com a compreensão da formação socioespacial do território, permite o estabelecimento de uma visão integrada das forças que atuaram nas mudanças da paisagem ao longo do tempo. Enquanto a descrição da formação socioespacial traz uma maior compreensão sobre a configuração do espaço através da atuação das forças produtivas, o enfoque da ecologia histórica na construção da paisagem, levando em consideração as ações antrópicas na formação dos ecossistemas, complementa a análise.

Tendo em vista os relatos sobre a dimensão da distribuição dos butiazaís no século XIX, pode-se inferir que os butiazaís presentes na atualidade são fragmentos de um ecossistema muito maior, e já utilizado anteriormente como recurso pelos povos indígenas que habitaram a região. Com o uso do solo para a prática agrícola e o uso direto dos butiazaís para coleta de



folhas, tais fragmentos tiveram alterações em sua forma e função, e apresentaram grande capacidade de regeneração, voltando a ocupar áreas em que a agricultura foi abandonada.

Os dados aqui levantados referentes à ecologia histórica buscam elucidar como as formas de uso do território interferiram na distribuição atual dos butiazais. Outras pesquisas com referencial teórico na ecologia histórica enfocam as relações entre formas de manejo e padrões ecológicos de ecossistemas, como riqueza de espécies, abundância e composição. Sühs, Giel e Peroni (2018) analisaram a diversidade de paisagens em áreas de ocorrência da espécie *Araucaria angustifolia* no Parque Nacional de São Joaquim e sua relação com práticas de manejo realizadas culturalmente por agricultores familiares e demonstraram que, apesar da regeneração natural da espécie levar a uma riqueza e abundância maior de espécies em seu sub-bosque, o abandono das práticas de manejo reduzem a diversidade de paisagem por excluir as paisagens culturais, e colocam em risco a sobrevivência de outras espécies ameaçadas e a regeneração da própria araucária, pela competição com outras espécies de árvores que desfavorecem sua germinação e crescimento. Em relação ao *Butia catarinensis*, Fogaça (2017) analisou áreas com diferentes graus de adensamento nos Areais da Ribanceira e demonstrou, através de projeções de modelos de crescimento populacional em 600 anos, que as densidades encontradas nos locais mais adensados não seriam alcançadas somente pelas características ambientais, sendo devidas, portanto, ao manejo realizado tanto pela comunidade local de agricultores quanto possivelmente pelos Guarani que ocuparam a região anteriormente.

Os butiazais e as práticas relacionadas ao ecossistema não podem ser considerados de forma isolada, uma vez que fazem parte de um sistema indissociável, relacionando-se com o modo de vida das famílias que tradicionalmente ocupam o território e resistem em meio às pressões exercidas por um modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico e alheio às práticas tradicionais construídas localmente. A partir da análise da formação socioespacial do município de Imbituba, é possível afirmar que as atividades portuárias, o crescimento urbano e as atividades industriais configuram-se como potenciais ameaças aos ecossistemas de butiazais e, conseqüentemente, às atividades econômicas relacionadas ao extrativismo de frutos e folhas, além de ameaçar o uso do território tradicionalmente ocupado pela comunidade local e seus modos de vida, como será discutido no Capítulo 2.

A análise da formação socioespacial, relacionando com os aspectos da ecologia histórica, demonstra como as forças produtivas, em cada momento histórico, interferem na formação da paisagem. Tal interferência não ocorre da mesma forma, tanto na dimensão temporal quanto na dimensão espacial, pelas ações dos diferentes sujeitos que ocupam o território.

Ainda que ações como o planejamento de corredores ecológicos e de áreas de proteção municipais sejam fundamentais, como sugerido por Werner-Martins e Freitas (2023), é necessário considerar as práticas historicamente construídas pela relação das comunidades locais com os butiazais, e inserir na pauta a necessidade de criação de instrumentos de proteção que integrem a conservação e o uso sustentável de tais ambientes, com participação efetiva das comunidades diretamente atingidas, principalmente os agricultores e extrativistas, muitas vezes invisibilizados nas discussões sobre planejamento territorial.

## **Capítulo 2: Butiazais como zona de convergências e divergências de territorialidades no município de Imbituba**

### **2.1. Território, territorialidades e modos de vida**

A perda de biodiversidade é uma das facetas da crise ambiental, marcadamente um dos grandes desafios da contemporaneidade. A crise ambiental não existe por si só, mas é reflexo de uma crise societária, cujos riscos globais se apresentam como um limite no real (LEFF, 2002). Para Forester e Machlis (1996), a perda de biodiversidade é, ao mesmo tempo, uma questão ecológica e um problema construído socialmente. Entretanto, as formas de relacionamento entre grupos sociais e natureza não é homogênea, e se expressam, em maior ou menor grau, no planejamento territorial, em seus conflitos de interesses e contradições. As territorialidades, delineadas nos processos de formação socioespacial, interagem de formas distintas com os territórios. Este capítulo apresenta uma discussão sobre os conceitos de território e territorialidade, relacionando-os com o tema da conservação e uso da biodiversidade, com ênfase nos aspectos relacionados aos butiazais no município de Imbituba.

Discutir os conceitos de território e territorialidade implica uma distinção clara de como tais conceitos serão abordados dentro do universo de análise proposto na pesquisa. Diversos autores apontam o caráter polissêmico atribuído ao que se compreende como território e territorialidade, como conceitos que transpõem as barreiras disciplinares (SAQUET, 2013; GOTTMAN, 2012; ALMEIDA, 2012; HAESBAERT, 2010; LITTLE, 2018).

De acordo com Souza (2009), o território é definido principalmente pelas relações de poder, sendo a dimensão política sua principal categoria de análise. Entretanto, as relações de poder não podem desconsiderar as dimensões da economia ou da cultura, uma vez que são essenciais na definição dos processos de gênese e nas dinâmicas de transformação dos territórios. Souza (2009) enfatiza ainda a importância do aspecto material para a análise do território, compreendido como “projeção espacial das relações de poder” (SOUZA, 2009, p.64). Porém, ainda que seja inconcebível a compreensão do território sem sua inserção no “substrato espacial material” (SOUZA, 2009, p.66), tampouco pode ser reduzida a este, uma vez que, como dimensão do espaço social, mediada pelas relações de poder, é por si só intangível. Sobre as relações de poder que atuam na definição dos territórios, o autor diferencia processos de territorialização *heterônomos*, onde o poder é exercido de forma coercitiva, com o estabelecimento de uma assimetria estrutural entre grupos sociais, forma mais comum do aparelho do Estado, e processos de territorialização *autônomos*, cujo poder emana da

coletividade. Evidentemente cada processo de territorialização resulta em formas diferenciadas de territorialidade que, por sua vez, refletirão em formas diferenciadas de relação com o meio natural.

Gottman (2012) considera o território como fruto da repartição e da organização do espaço geográfico, sendo um conceito ao mesmo tempo político e geográfico. Ao analisar o território principalmente como jurisdição do Estado Nação, Gottman (2012, p.523) afirma que “os componentes naturais de qualquer território dado foram delimitados pela ação humana e são usados por um certo número de pessoas por razões específicas, sendo tais usos e intenções determinados por e pertencentes a um processo político”. Assim como a relação espaço/política é considerada nessa concepção de território, a relação tempo/política também se expressa através das transformações do poder político ao longo da história, expressando-se no espaço concreto através das configurações territoriais que, apesar de limitadas, podem ser modificadas, expandidas, encolhidas ou subdivididas.

Passando de uma análise do território com base na atuação do Estado Nação para uma abordagem relacional-processual, levando em consideração o reconhecimento de outros níveis de poder, conflitos, formas de apropriação e dominação do espaço, Saquet (2013) ressalta o movimento histórico e multiescalar da dinâmica territorial. Em sua análise, Saquet (2013) considera fundamentais para a compreensão do território as dimensões sociais da economia, política, cultura e natureza, compreendendo essa última dimensão como "as relações do homem vivendo em sociedade com sua natureza exterior" (Saquet, 2013, p.19). Neste contexto, as territorialidades se apresentam como mediadoras na efetivação dos processos de territorialização através das relações sociedade-natureza, sendo que:

A territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas, seja no espaço do trabalho, do lazer, da igreja, da família, da escola etc., resultado e determinante do processo de produção de cada território, de cada lugar; é múltipla, e por isso, os territórios também o são, revelando a complexidade social e, ao mesmo tempo, as relações de dominação de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço geográfico, outros indivíduos, objetos, relações (SAQUET, 2013, p.129).

Dessa forma, as territorialidades antecedem o território e são sujeitos dos processos de territorialização, superando concepções reducionistas de território sem sujeitos sociais e vice-versa, sob uma visão ampla e dinâmica onde:

O território significa natureza e sociedade; economia, política e cultura; ideia e matéria; identidades e representações; apropriação, dominação e controle; des-continuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações de poder; diversidade e unidade. Isso significa a existência de interações no e do processo de territorialização, que envolvem e são envolvidas por

processos sociais semelhantes e diferentes, nos mesmos ou em distintos momentos e lugares, centrada na conjugação, paradoxal, de des-continuidades, de diferenças e de traços comuns. Cada combinação específica de cada relação espaço-tempo é produto, acompanha e condiciona os fenômenos e processos territoriais (SAQUET, 2013, p.24).

Ainda de acordo com Saquet (2013), a abordagem territorial tem a potencialidade de contribuir na elaboração de novas propostas de desenvolvimento com centralidade nas territorialidades e reconhecendo os sujeitos sociais, suas necessidades e interesses, de forma a transformar a *praxis* cotidiana nas relações dos sujeitos entre si e com a natureza exterior, em busca da autonomia.

Haesbaert (2010) discute a territorialização a partir dos conceitos de territórios-zona e territórios-rede, sendo o primeiro característico das sociedades modernas clássicas, restrito a um espaço uniescalar, como representado pela divisão física em Estados nação, contrastando com o que define como uma territorialidade contemporânea, através de territórios-rede, sendo a territorialização construída no e pelo movimento, de forma multidimensional e multiescalar. Considerando que a territorialização é inerente à condição humana, Haesbaert (2010) relaciona os processos de desterritorialização e reterritorialização no mundo contemporâneo como propulsores da coexistência de múltiplas territorialidades. Dessa forma, a hibridização cultural observada na expansão dos núcleos urbanos, em um primeiro momento concebida como desterritorializadora, pode ser observada, por outro lado, como geradora de novas formas de territorialidade.

Zhouri (2010), ainda que concorde com a tese de Haesbaert que a desterritorialização não é um momento final, mas pode ser geradora de reterritorializações, pontua que a desterritorialização causada por conflitos ambientais afeta diretamente as territorialidades que são expropriadas das condições para a reprodução de seu modo de vida e cuja reterritorialização torna-se um processo forçado, impondo uma “transformação social profunda” (ZHOURI, 2010, p.25). Acsehrad (2004, p.18) define os conflitos ambientais como a “expressão de tensões no processo de reprodução dos modelos de desenvolvimento”, considerando o meio ambiente como local de contestação material e simbólica, cuja legitimação envolve a disputa de poder envolvendo grupos sociais cuja apropriação, uso e significação do território são diferenciadas.

Haja vista que são as territorialidades que dão origem aos territórios, Little (2018) chama atenção para a importância da abordagem histórica a cada contexto específico de territorialização, sendo esta compreendida como produto de processos sociais e políticos. A territorialidade é definida por Little (2018, p.253) como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” ou “*homeland*””, sendo parte integral de

todos os grupos humanos e, portanto, dotada de múltiplas expressões, as quais produzem uma diversidade muito ampla de tipos de território.

Almeida (2008) trata dos processos de territorialização com enfoque nas “terras tradicionalmente ocupadas”, ou nas disputas territoriais protagonizadas por povos e comunidades tradicionais, tendo o significado de “tradicional” deslocado de uma visão estática e determinista de relação histórica com fatores naturais de territórios fixados no tempo para uma construção política de identidades coletivas que buscam assegurar o acesso estável aos recursos básicos para a garantia de sua reprodução social. A esses processos de territorialização, Almeida (2008) associa o conceito de “territorialidades específicas”, a partir das quais grupos sociais se autoafirmam de acordo com identidades étnicas. Dentro das territorialidades específicas encontram-se grupos cuja identidade se relaciona com sua gênese, como grupos indígenas e quilombolas, e grupos que se organizam em torno do uso de recursos, como terras de uso comum, no caso dos faxinalenses e comunidades de fundo de pasto, ou na extração de produtos da biodiversidade, como os seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, pescadores artesanais e diversos outros grupos extrativistas.

Milton Santos aponta como principal categoria de análise o espaço geográfico, ou território usado, definindo-o como a totalidade verdadeira, resultado da junção entre configuração territorial, paisagem e sociedade (SANTOS, 2014). Nessa concepção, a configuração territorial é definida como a soma do território e dos objetos existentes sobre ele, sejam estes naturais ou artificiais. Para Santos (2005, p. 255) “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social”. Como metodologia de análise, Santos (1985, p.6) enumera como elementos do espaço geográfico “os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infraestruturas”, os quais podem ser intercambiáveis e redutíveis uns aos outros devido à complexidade das dinâmicas sociais. O meio ecológico e as infraestruturas são elementos que se complementam, tornando-se inseparáveis. Dessa forma, meio ecológico não pode ser confundido com *natureza primeira*, ou *natureza natural*, uma vez que, em interação com a sociedade, passa a ser *meio modificado*, transformando-se gradativamente em *meio técnico*.

As diferentes territorialidades se expressam nos territórios a partir de suas identidades e referenciais distintos. De acordo com Santos (2005, p.259), “as grandes contradições do nosso tempo passam pelo uso do território”, sendo que:

Há um conflito que se agrava entre um espaço local, espaço vivido por todos os vizinhos, e um espaço global, habitado por um processo racionalizador e um conteúdo ideológico

de origem distante e que chegam a cada lugar com os objetos e as normas estabelecidos para servi-los (SANTOS, 2005, p.259).

Considerando a natureza, ou meio ecológico, como elemento do território, as decisões sobre as formas de conservação e uso da biodiversidade está condicionada às relações de poder que incidem sobre sua configuração. Se considerarmos a coexistência de múltiplas territorialidades, podemos ter a sobreposição de diferentes formas de relação com o meio ecológico em um mesmo local. O reconhecimento das territorialidades específicas no estabelecimento de dispositivos de conservação ambiental é imprescindível para não cair no equívoco de “reduzir a questão ambiental a uma ação sem sujeito” (ALMEIDA, 2008, p.122).

O termo “modo de vida”, do inglês “*livelihood*”, se refere às capacidades, bens, recursos e atividades necessárias para a manutenção das formas de vida específicas de cada comunidade, considerando ainda as relações mediadas por processos de planejamento e controle dos territórios, como instituições e governo, em um contexto dinâmico que exige respostas adaptativas (MARSCHKE; BERKES, 2006; ALISSON; ELLIS, 2001; KARKI, 2021). De acordo com Karki (2021), as abordagens centradas nos modos de vida são multidisciplinares e podem proporcionar embasamento para programas de desenvolvimento local de caráter responsivo e participativo.

Diversas pesquisas em áreas costeiras apontam que o enfoque nos modos de vida das comunidades locais, sob uma perspectiva dinâmica, auxilia na compreensão das respostas adaptativas de tais comunidades às transformações do território, em um processo de coevolução que envolve o conhecimento construído localmente sobre o ambiente (ALISSON; ELLIS, 2001; FOLKE; CUNDILL; QUEIROZ, 2005; MARSCHKE; BERKES, 2006; PRADO; SEIXAS; BERKES, 2015; QUANDT, 2018; EPSTEIN *et al.*, 2022; MARCH; FAILLER, 2022). Tais estudos abordam a capacidade de resiliência, tanto socioeconômica quanto na relação com os recursos naturais e ecossistemas, das comunidades locais frente aos desafios impostos, e descrevem a diversificação de atividades como a principal estratégia adotada, com a inserção de novas atividades econômicas, como por exemplo atividades turísticas. Porém, Cinner e Bodin (2010) e Epstein *et al.* (2022) discutem os impactos da diversificação de atividades na própria manutenção dos modos de vida, e a possibilidade de geração de novos impactos, como a dependência gerada pelo mercado sob um modelo econômico hegemônico e outras formas de pressão sobre os recursos.

Cabe ainda destacar que não apenas os valores econômicos, mas valores intangíveis são considerados de fundamental importância para a manutenção e análise da viabilidade de adaptações dos modos de vida das comunidades locais, tais como valores culturais e espirituais

e sua relação com o território, contribuindo para o senso de pertencimento e identidade local (FOLKE; CUNDILL; QUEIROZ, 2005).

Considera-se aqui que as diferentes formas de relação com o território definem distintas territorialidades, as quais se expressam nos modos de vida e suas respectivas transformações ao longo do tempo e, conseqüentemente, nas formas de uso e nas relações com a biodiversidade.

## **2.2. Territorialidades envolvidas na conservação e uso de palmeiras no Brasil**

Entre as famílias botânicas de plantas utilizadas, as palmeiras (Família Arecaceae) se destacam pela pluralidade de usos, com espécies distribuídas por todo o Brasil, sendo utilizadas de variadas formas por comunidades locais. As palmeiras são consideradas essenciais para suprir diversas necessidades dos povos que dependem dos recursos da floresta, mas também são amplamente utilizadas por outros grupos extrativistas e até mesmo na agricultura, como as monoculturas de palmas cultivadas em regiões neotropicais (BALLICK, 1984).

Em pesquisa realizada com quilombolas da comunidade Kalunga Engenho II em Goiás, Martins, Filgueiras e Albuquerque (2014) identificaram formas de uso para todas as 16 espécies de palmeira encontradas na região. As principais formas de uso levantadas foram para alimentação, artesanato e construção, sendo estas citadas para todas as 16 espécies. Da mesma forma, Nascimento (2010) realizou levantamento de espécies de palmeiras na área que engloba doze aldeias no território indígena Krahô, no Estado do Tocantins, resultando em 17 espécies identificadas. Novamente todas as 17 espécies foram apontadas pelos indígenas como úteis, sendo relatadas como formas de utilização: alimentação e bebidas, construção, medicinal, ritual, artesanato e utensílios domésticos. Balick (1988) levantou também 17 espécies de palmeiras utilizadas por indígenas das etnias Apynaié e Guajajara, em 3 terras indígenas localizadas nos estados de Maranhão e Goiás. As formas de uso relatadas foram alimento, combustível, abrigo, fibras, material de construção, remédios e práticas de curandeirismo. Estes estudos, pelo grande número de espécies utilizadas e pela variabilidade de usos, demonstram a importância das palmeiras para comunidades cuja relação com a biodiversidade como recurso é essencial para sua reprodução social.

Campos e Ehringhaus (2003) compararam o conhecimento e utilização de palmeiras entre comunidades indígenas Yawanawa e Kaxinawa, seringueiros e ribeirinhos no estado do Acre. Os resultados demonstraram que os usos relatados por cada comunidade diferem, mostrando preferências de usos diferentes para certas espécies, e também espécies diferentes escolhidas para suprirem necessidades semelhantes, o que indica que as escolhas são baseadas



em padrões históricos e culturais de cada comunidade. Representantes das comunidades tradicionais indígenas demonstraram maior conhecimento e formas de utilização de palmeiras em relação aos grupos não-indígenas, indicando como o conhecimento sobre a biodiversidade local é construído ao longo do tempo, uma vez que os grupos não indígenas se estabeleceram na região há menos de um século. Ainda assim, os autores ressaltaram o caráter dinâmico da cultura, destacando que, além da acumulação de conhecimento ao longo do tempo, parte do conhecimento indígena foi construído a partir de trocas com outros grupos amazônicos e vice-versa.

Além da importância do uso genérico de palmeiras, especialmente para subsistência, algumas espécies se destacam por possuírem valor econômico, como o buriti (*Mauritia flexuosa* L.f.), açaí (*Euterpe oleracea* Mart.), palmito (*Euterpe edulis* Mart.) babaçu (*Attalea speciosa* Mart. ex Spreng), carnaúba (*Copernicia prunifera* (Mill.) H.E. Moore), diversas espécies de butiá (*Butia* spp), entre outras. Na maioria dos casos, a obtenção das partes utilizadas destas plantas é realizada por extrativismo diretamente de suas áreas naturais de ocorrência, ainda que tais áreas possam ser resultado de manejo da paisagem, sendo o que chamamos de “natural” resultado da formação de florestas antropogênicas, como sugerido por Rull e Montoya (2014) para comunidades vegetais com prevalência de *M. flexuosa*.

*Mauritia flexuosa*, conhecida popularmente como buriti ou miriti, é uma palmeira de grande importância econômica para extrativistas da Amazônia e do Cerrado. Ocorre principalmente em áreas alagadas, chamadas veredas, que são protegidas como Área de Preservação Permanente pelo Código Florestal, Lei 12.651 de 25 de maio de 2012 (BRASIL, 2012). As partes da planta de interesse econômico são os frutos, utilizados na alimentação, e as folhas, utilizadas para artesanato. Em estudo realizado no município de Abaetetuba, no estado do Pará, Santos e Coelho-Ferreira (2012) relataram o uso de frutos e folhas de *M. flexuosa* por ribeirinhos e quilombolas, tanto para comercialização quanto para confecção de utensílios importantes para uso doméstico e realização de outras atividades econômicas, como o matapi, utilizado para pescar camarão, o tipiti, pra espremer mandioca e a peneira, para coar açaí, o próprio buriti e mandioca. Em outra pesquisa no mesmo município enfocando a extração de frutos por ribeirinhos da ilha de Sirituba, Barros *et al* (2021) afirmam que o aumento do mercado consumidor para os frutos de buriti e a pressão pelo plantio de açaí devido às demandas do mercado não alteraram as práticas de manejo da planta, contribuindo para sua conservação no local. Por outro lado, Vieira *et al* (2019) realizaram uma pesquisa sobre percepção em relação aos buritizais em 3 comunidades na região dos Lençóis Maranhenses, no estado do Maranhão, desta vez enfocando o uso de folhas para o artesanato, sendo que em duas destas

comunidades foi evidenciado que a pressão pela coleta de folhas estava causando impactos sobre as populações da espécie, principalmente pela coleta de folhas imaturas. Ressalta-se no estudo que a coleta nesses locais não se dá apenas pela comunidade local, atraindo coletores de outras localidades.

Outra palmeira que merece destaque pela sua pluralidade de usos e pelo histórico de luta de mulheres dos estados do Tocantins, Pará, Maranhão e Piauí pelo reconhecimento da importância das atividades de extração e beneficiamento de frutos, e pela conservação e acesso ao recurso, é *Attalea speciosa*, o babaçu. O Movimento Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco (MIMQCB) surgiu articulado a outros movimentos camponeses na década de 1980, principalmente pela privação de acesso aos babaçuais devido ao cercamento de propriedades, ou cobranças por seu acesso pelos fazendeiros, e a consequente perda da principal fonte de renda de diversas famílias de extrativistas, que consideram o babaçu como recurso comum (PIZZIO e CECCHIN, 2005). De acordo com Montenegro e Rodrigues (2020, p.149):

Ser quebradeira de coco babaçu não é apenas uma identidade produtiva que se refere a uma atividade de subsistência, mas sim, muito mais amplo, tendo relação com a produção da vida e seus múltiplos aspectos, nesse sentido, ser, estar e ter, são verbos que andam juntos na compreensão do ser quebradeira.

Na luta pelo livre acesso aos babaçuais, as mulheres do MIMQCB buscam a criação de dispositivos legais para a garantia dos direitos das comunidades extrativistas, tanto para o acesso quanto para a conservação dos mesmos. Projetos de lei nos níveis Federal e Estadual encontram uma série de dificuldades para aprovação, sendo a tramitação das leis de livre acesso aos babaçuais em âmbito municipal a principal estratégia adotada pelo movimento com resultados favoráveis, assim como o estabelecimento de Reservas Extrativistas (Resex) do Babaçu (Siriaishi-Neto, 2017). Considerando a dinâmica do MIMQCB na construção de espaços de mobilização social e política em torno de uma identidade comum, Montenegro e Rodrigues (2020) discorrem sobre a construção do território e da territorialidade do grupo em torno de uma nova forma de relação com o espaço.

Além da importância econômica do babaçu na venda do azeite, amêndoa e carvão, que representa uma importante fonte de renda para as comunidades extrativistas, diversos outros produtos são obtidos da planta, suprimindo uma série de necessidades do cotidiano das famílias, como a própria utilização do carvão para geração de energia em fornos domésticos, o uso das folhas e fibra para produção de utensílios e artesanatos, a utilização do estipe e das folhas na construção, a utilização do palmito, bagaço e farelo como ração animal, na produção de sabão

e até mesmo como medicinal (CHARLES E SILVA *et al.*, 2017). O babaçu também possui importância relevante em comunidades tradicionais fora da cadeia comercial, como descrito por Gonzáles-Perez *et al.* (2012) para os Mebêngôkre-Kayapó da Terra Indígena Las Casas, no estado do Pará, onde os principais usos relatados foram da amêndoa com finalidade de extração de óleo para usos rituais, misturado a sementes de Urucum (*Bixa orellana* L.) para produção de uma pasta vermelha utilizada para pintura corporal, e uso cosmético, para passar no cabelo.

Na Mata Atlântica, o palmito juçara (*Euterpe edulis*) é uma importante fonte de recurso, porém, uma vez que a extração do palmito acarreta a morte do indivíduo, somada à perda de habitat, a espécie está classificada atualmente na Lista Vermelha da Flora Ameaçada de Extinção - Portaria MMA nº 443, de 17 de dezembro de 2014 (MMA, 2014) com *status* de vulnerável, tornando-a imune ao corte. A exploração legal do palmito só é possível mediante aprovação de plano de manejo, o qual segue diretrizes estaduais.

Diversos registros demonstram a importância da espécie para comunidades tradicionais e agricultores familiares. Oliveira Júnior, Neves e Junqueira (2010) realizaram uma pesquisa com comunidades caiçaras no entorno da Estação Ecológica Jureia-Itatins, no município de Iguape, estado de São Paulo. De acordo com os autores, a extração de palmito e de caxeta (*Tabebuia cassinoides* (Lam.) DC), junto com o cultivo de roças e a pesca artesanal, eram as principais atividades das comunidades locais antes do estabelecimento da Estação Ecológica, sendo que a proibição do extrativismo levou à realização clandestina da atividade, prejudicando as populações das espécies, uma vez que passou a ser realizada de forma apressada, com menos consciência e seletividade. Comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, também no estado de São Paulo, possuem histórico de conhecimento e uso de *E. edulis*, sendo notável o cultivo da espécie em quintais (BARROSO; REIS; HANAZAKI, 2010). Em tais comunidades, a exploração dos frutos para produção de polpa, impulsionada pelo mercado do açaí amazônico, é vista como uma oportunidade para uma exploração que não acarrete o corte dos indivíduos, diminuindo dessa forma o impacto nas populações. O cultivo da espécie em jardins também foi descrito para uma comunidade de imigrantes alemães no interior do estado de Santa Catarina, sendo considerada como um importante recurso, cujos usos foram se transformando ao longo do tempo, como fonte de alimento ocasional, para extração de frutos ou utilização do palmito, sendo encontrado em diferentes unidades de paisagem (MILANESI; PERONI; REIS, 2013).

Na região sul do Brasil destaca-se o uso de palmeiras do gênero *Butia*. Pereira *et al.* (2016), em levantamento sobre a ecologia histórica Guarani no litoral sul de Santa Catarina identifica, a partir da literatura, o uso de espécies de butiá para artesanato e alimentação. Em pesquisa realizada junto a treze aldeias Mbya Guarany no Território Rural Litoral, no litoral do

Rio Grande do Sul, Printes e Coelho-de-Souza (2021) identificaram o uso de *B. catarinensis* pelos indígenas na região através do consumo dos frutos da elaboração de feitiços e artesanato com as folhas, destacando que atualmente a confecção de cestos com as folhas do butiá é bastante escassa, sendo relatada somente como lembrança dos mais velhos.

Büttow *et al.* (2009) e Campos Junior e Printes (2020) relatam atividades de extração e usos de frutos e folhas de espécies de *Butia* no Rio Grande do Sul, especialmente da espécie *Butia odorata* Becc. As comunidades envolvidas nas atividades são identificadas como agricultores familiares, artesãos e extrativistas, sem definição de identidades culturais específicas. No município de Imbituba, estado de Santa Catarina, Kumagai e Hanazaki (2013) identificaram 18 diferentes tipos de uso de *Butia catarinensis* e diferentes práticas de coleta de fruto por agricultores tradicionais da Associação Comunitária Rural de Imbituba (Acordi), grupo que pratica agricultura e extrativismo, principalmente de frutos de butiá, secularmente em regime de uso comum das terras, as quais atualmente são objeto de disputa territorial em razão dos planos de desenvolvimento do município com intuito de ampliação da hinterlândia direta do Porto de Imbituba e posteriormente vendidas à iniciativa privada (OLVEIRA *et al.*, 2021).

### **2.3. Multiterritorialidade no município de Imbituba**

Para Haesbaert (2007), não existe território sem territorialidade, sendo esta compreendida tanto na dimensão simbólica, a partir da construção das noções de identidade e pertencimento, quanto na dimensão material-concreta, ou funcional, como fonte de recursos e local de “controle físico de processos” (p.25). Ao contrário, é possível a existência de territorialidade sem território, compreendido como espaço físico definido, sob o ponto de vista de um mundo globalizado, em fluxo contínuo de mobilidade de pessoas, produtos e processos. Desta forma, o autor destaca que o conceito de multiterritorialidade pode ser aplicado sob o ponto de vista de múltiplos territórios ou da multiplicidade de processos de territorialização em territórios híbridos, forma como o conceito é aqui aplicado.

O município de Imbituba, como descrito no capítulo 1, passou por distintos momentos de ocupação que se refletem em modos de vida diferenciados, tanto no que se refere às bases econômicas quanto às relações entre as pessoas e destas com o território. A comunidade local, aqui considerada como aquela que já estava presente quando as bases da economia eram a agricultura e a pesca, acompanhou as transformações do território e se inseriu nas novas atividades econômicas que surgiram, mas ainda assim não abandonou as práticas anteriores.

Atualmente se sobrepõem no território as atividades oriundas dos diferentes períodos de ocupação, como descrito na Quadro 4.

**Quadro 4** - Descrição dos inícios dos períodos de ocupação do município de Imbituba que geraram as atividades econômicas atuais

<b>Período de início</b>	<b>Atividades</b>	<b>Características</b>
Século XVII	Agricultura e pesca	Agricultura e pesca de subsistência. Agricultura e pesca comercial, principalmente produção de farinha de mandioca. Baixa densidade populacional
Final do século XIX	Porto Indústrias	Geração de novos empregos, caracterizados pela relação capital/trabalho. Urbanização da área central do município. Pressão sobre áreas até então ocupadas pela comunidade local. Aumento populacional devido à imigração de pessoas de outros municípios e estados.
A partir de 1960	Turismo	Ocupação da orla. Geração de novos empregos, caracterizados pela relação capital/trabalho. Pressão sobre áreas até então ocupadas pela comunidade local. Aumento populacional devido à imigração de pessoas de outros municípios e estados. Aumento populacional sazonal. Valorização das terras em áreas de interesse.

Fonte: elaborado pela autora (2023)

As entrevistas realizadas com representantes da comunidade local que vivenciaram as transformações do território trazem importantes aspectos dos modos de vida e de suas adaptações às novas realidades impostas ao longo dos períodos de mudança. Ainda que as atividades portuárias tenham se iniciado no início do século XX, a urbanização se restringia ao centro da cidade (Figura 18), tendo as atividades relacionadas à agricultura e pesca se mantido no restante do município.

**Figura 18** - Vista do centro de Imbituba a partir do Morro das Antenas em 1953



Fonte: <https://reliquiasdeimbituba.wordpress.com/> . Acesso em 31 de julho de 2023.

De acordo com as entrevistadas 1, 2, 3, 11 e 14 e os entrevistados 6, 8, 12 e 17, nas áreas distantes do centro as residências eram muito esparsas, entremeadas por áreas de roça, pastagens e campos de dunas. Os deslocamentos eram realizados principalmente a pé, sendo os carros de boi utilizados para transporte de cargas maiores, como lenha e materiais de construção e na colheita da mandioca para produção de farinha. Praticamente todas as famílias possuíam engenhos de farinha, localizados ao lado das residências (Figura 19), sendo a atividade, desde o cultivo até a produção, realizada de forma coletiva. Em levantamento realizado pela Rede Catarinense de Engenhos de Farinha, foi levantado que atualmente ainda existem 21 engenhos de farinha em Imbituba, sendo que 16 seguem produzindo farinha (DIONÍSIO *et al.*, 2019). Em pesquisas realizadas nos areais da Ribanceira, local onde o cultivo de mandioca ainda é representativo, foram levantadas 30 variedades de mandioca e 15 de aipins, o que reflete o histórico das práticas de cultivo e manejo da espécie, além de aspectos sociais relacionados às interações e redes de trocas entre os agricultores (HANAZAKI *et al.*, 2012). Outras culturas agrícolas da época relatadas pelos entrevistados eram milho, feijão, amendoim, melancia, abóbora e batata, cultivadas principalmente para subsistência das famílias e alimentação dos animais de criação. De acordo com a entrevistada 1, estas lavouras ficavam mais próximas às residências, enquanto as roças de mandioca, produzida em maior escala devido ao valor comercial, ficavam mais distantes.

**Figura 19** - Engenho de farinha localizado ao lado de residência no Bairro Ibiraquera (Imbituba/SC)



Fonte: Fotografia de Maria Aparecida Ferreira (2023)

Ainda em relação à subsistência, no entorno das casas eram plantadas árvores frutíferas e hortaliças. Em levantamento realizado em 12 quintais do bairro Ibiraquera, Beretta (2012) identificou 213 espécies de plantas superiores conhecidas e usadas pelas famílias, sendo 75 espécies para fins alimentícios, 68 para fins medicinais, 38 com funções agroflorestais, como sombreamento e proteção contra o vento, 33 ornamentais, 30 como lenha, 28 como madeiras, 22 para manufaturas e 10 para o forrageio animal. De acordo com as entrevistadas 1, 2 e 14, parte da riqueza dos quintais foi introduzida após a chegada dos “de fora”, quando tiveram acesso a plantas vindas de outras localidades.

A principal fonte de proteína animal era o pescado. As entrevistadas 11, 13 e 14 e os entrevistados 8 e 15 relataram que o peixe era dividido na praia para aqueles que auxiliavam na pesca, ou trocados por outros produtos. Segundo a entrevistada 1, também havia caça de pequenos animais, principalmente lebre e aracuã. A pequena criação animal, composta por bovinos, galináceos e perus, era abatida para alimentação somente em datas festivas. Além da pesca no mar, a entrevistada 2 relatou que as famílias também pescavam nas lagoas, de onde retiravam peixe, camarão e siri, além de retirarem marisco nos costões.

Em relação à pesca na Lagoa de Ibiraquera, Seixas e Berkes (2005) apontam oscilações na disponibilidade de estoques pesqueiros e ao esforço de pesca ao longo do tempo, dividindo em 3 períodos distintos. De acordo com os autores, até a década de 1960, a pesca era uma atividade exclusiva da comunidade local, sendo os petrechos fabricados artesanalmente, com uso de malha produzida com a fibra de tucum, uma pequena palmeira encontrada na região.

Entre 1970 e 1981, com a introdução do nylon para fabricação das redes, da abertura de vias de acesso para a região e da chegada de turistas, surgiu um novo mercado para venda do pescado e a lagoa passou a ser explorada por pescadores vindos de outras regiões, o que levou ao quase colapso dos estoques, sendo que no final da década de 1970 a pesca se restringia a dois meses após o fechamento da barra que liga a lagoa ao mar, quando todo o estoque de peixes e camarões eram capturados. De 1981 a 1994, a Colônia de pescadores, em um esforço conjunto com a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe) e outras agências estaduais relacionadas à pesca, conseguiu criar novas regras para o controle da atividade na lagoa, destacando-se como a principal a proibição do uso de redes e a delimitação do tamanho mínimo de malha para as tarrafas de 2,5 cm para a pesca de camarões e de 5,0 cm para pesca de peixes. Já no período de 1994 a 2000, as regras foram flexibilizadas e os cargos de fiscais extintos, o que causou o retorno dos problemas citados anteriormente, somados a novas questões como o uso de embarcações a motor dentro da lagoa, a poluição gerada pela ocupação desordenada das margens, o aumento do número de pescadores e as aberturas da barra sem critérios. Somando aos períodos descritos pelos autores, a partir do ano 2000, com a implantação da APA da Baleia Franca e do fortalecimento comunitário, a fiscalização voltou a acontecer, as embarcações motorizadas foram proibidas dentro da lagoa e foi criado um protocolo para abertura e fechamento da barra, buscando garantir o protagonismo dos pescadores da comunidade local.

Durante as longas caminhadas para deslocamento, seja para o trabalho na roça ou para acesso a outras localidades, as entrevistadas 1, 2 e 14 e os entrevistados 8 e 12 relataram que se alimentavam dos frutos de butiá durante a época de frutificação. Rocket *et al.* (2021) descreveram a presença das vitaminas B1, B2, B5 e B7 nos frutos de *B. catarinensis*, enquanto Cruz *et al.* (2017) identificaram características antioxidantes e antibacterianas nos extratos dos mesmos, o que demonstra sua importância nutricional e sua contribuição para a segurança alimentar da comunidade. A entrevistada 14 contou que no retorno da escola, como as crianças costumavam ir descalças, improvisavam sandálias com a folha do butiá para caminhar na areia quente. Outro utensílio relatado pelas entrevistadas 1 e 14 produzido com as folhas de butiá era o abanador, que servia como leque para uso pessoal e como abanador de fogo, utilizado para acender e manter a chama do fogão à lenha.

Como dito anteriormente, a principal atividade econômica era a produção de farinha de mandioca, sendo que o pagamento só era realizado na época da safra, que ocorria durante os meses de inverno. Durante o restante do ano, compravam fiado os produtos necessários nas vendinhas, sendo o pagamento realizado somente quando obtinham o dinheiro da safra do ano seguinte. O entrevistado 6, morador de área mais próxima ao centro da cidade, era filho do dono



de uma venda e descreveu que os principais produtos vendidos eram querosene, sabão, charque, que vinha de Lauro Müller, camarão descascado e salgado da Lagoa do Mirim, peixe, salame e carne de porco escalada. A entrevistada 12 relatou que vendia butiá, milho verde e laranja no centro da cidade para obter dinheiro para comprar os cadernos da escola nas vendinhas do bairro Mirim. As entrevistadas 3, 10 e 11 relataram que a venda de chapéu de butiá era a principal fonte de renda das mulheres, que utilizavam o dinheiro para comprar itens domésticos, tecidos e roupas. Sendo a safra da farinha de mandioca característica dos meses de inverno, a extração e venda da palha de butiá era considerada uma importante fonte de renda extra nos meses de verão.

Em relação às percepções sobre a qualidade de vida no passado, alguns informantes lembram do período como uma época de dificuldades. Para a entrevistada 11, “antes era um *miserê* danado”, referindo-se ao excesso de trabalho e à baixa remuneração. A entrevistada 2 lembra que antes não tinham dinheiro nem para comprar remédio, e que as poucas roupas que possuíam eram todas costuradas e remendadas. Outros informantes relataram boas lembranças sobre o período, principalmente relacionadas à vida comunitária. O informante 17 lembra que antes tinha mais gente na rua, se via crianças brincando nas ruas e nos campos, pois não tinha perigo, e que a comunidade se encontrava nos mutirões e nos bailes. De acordo com ele “hoje vai em uma casa, tem um cachorro, vai em outra casa, tem um cachorro, não se vê mais crianças brincando, antes era mais alegre”. A entrevistada 12 declarou que, apesar do trabalho, todos viviam juntos e chegavam em casa cansados, não dava tempo para “ficar pensando em besteira”. Por outro lado, o trabalho infantil era uma realidade muito presente, como declarou a entrevistada 11, ao lembrar que ela e os irmãos trabalhavam a semana inteira e só podiam brincar aos domingos.

É consenso entre todos os informantes que, apesar das dificuldades, todos tinham moradia e não passavam fome, ainda que as construções não fossem consideradas as mais adequadas e a alimentação fosse pouco variada. A entrevistada 2 mencionou que os irmãos mais velhos moravam em casas de barro, construídas através da técnica do pau-a-pique, só posteriormente tendo conseguido construir casas de madeira, consideradas mais confortáveis. O entrevistado 15 relatou que a base da alimentação era farinha, peixe e café, lembrando que só conheceu a maçã aos 8 anos de idade, e que a família não possuía talheres, sendo as refeições servidas em um alguidar de barro, onde todos pegavam sua parte com as mãos.

As entrevistadas 1, 2 e 11 relataram ainda aspectos relacionados ao grande consumo de bebidas alcoólicas pelos homens, o que gerava problemas nas famílias e casos de violência doméstica. A “cachaça de butiá”, bebida à base de frutos de butiá curtidos na aguardente, já era

uma bebida alcoólica muito apreciada no local, sendo considerada uma moeda de troca. A entrevistada 3 conta que era muito comum o escambo de cachaça de butiá em troca de peixe, lembrando que encontraram no forro da casa do padrinho do irmão, após seu falecimento, mais de 500 litros da bebida, o que foi considerado na época um “tesouro de butiá”.

Para ilustrar as diferenças entre a área central, no entorno do porto, e as outras áreas do município, foi implantada em 1917 uma usina termelétrica para abastecimento do centro da cidade e das atividades industriais<sup>8</sup>, enquanto a energia elétrica só chegou ao bairro de Ibiraquera em agosto de 1980 (entrevistada 1). O desenvolvimento da área central, impulsionado pela inserção do município no complexo carbonífero através da construção do porto e da ferrovia para o escoamento do carvão mineral, trouxe um novo modelo de desenvolvimento para a região e, conseqüentemente, uma nova relação com o território. Novas territorialidades surgiram a partir de então, mesclando-se àquela que já estava presente até o momento.

Podemos aplicar aqui o conceito de territorialidade específica, como descrito por Almeida (2008), à comunidade local que desenvolveu seu modo de vida em íntimo contato com o território, dependendo de seus recursos para sobrevivência e reprodução social. Tal territorialidade específica se baseia na relação com os recursos naturais, em um mosaico que compreende a agricultura, a pesca (lagoa e mar) e o extrativismo, associando-se assim aos butiazais. Com a chegada de um novo modelo econômico, surgiram novos modos de vida baseados em uma “proposta de desenvolvimento exógena” (COSTA, 2016, p.58). Em contraponto ao conceito de territorialidades específicas, Barbosa (2012) sugere a existência de “territorialidades hegemônicas”, cuja gênese surge do desenvolvimento hegemônico capitalista. Não obstante, as diferentes formas de uso do território e as territorialidades incidindo no mesmo espaço não possuem limites definidos e se mesclam na dinâmica territorial.

Com a implantação das novas atividades econômicas no município, trabalhadores que até então praticavam exclusivamente a agricultura e a pesca, passaram a se inserir em outras modalidades de trabalho e a obter outras fontes de renda através do trabalho assalariado. O entrevistado 15 mencionou que os pais, que eram agricultores, passaram a trabalhar na ICC e o pai se aposentou trabalhando no Porto. O entrevistado 12, que se declarou agricultor por toda a vida, também trabalhou na cerâmica. A entrevistada 11 trabalhou como doméstica na casa de funcionários da Companhia Docas de Imbituba, o que lhe conferia o direito de acessar a horta da companhia, onde podia colher morangos, abóbora, melancia, alface, couve e repolho para

---

<sup>8</sup> Fonte: Prefeitura de Imbituba: <https://imbituba.sc.gov.br/noticia-440978/> . Acesso em 03 de agosto de 2023.

consumo da família. A entrevistada 13 relatou que o pai trabalhava embarcado em navios que saíam do Porto, assim como o entrevistado 15, que foi operador de máquinas dos navios e realizou diversas viagens embarcado, comentando que fez rotas para países como a Namíbia, Madagascar e Cingapura. Na comunidade da Ibiraquera, novos empregos surgiram a partir de 1970, com a chegada do turismo e construção das primeiras pousadas da região da Praia do Rosa. A entrevistada 2 conta que passou a trabalhar nas pousadas e casas dos proprietários, primeiro na limpeza e depois na cozinha, já a entrevistada 1 ainda trabalha em serviços gerais em uma pousada.

A chegada do turismo no bairro da Ibiraquera trouxe não apenas novas fontes de renda, mas também novos valores para a comunidade. De acordo com a entrevistada 1 “as meninas queriam imitar as que vinham de fora, nas roupas, nas formas de se vestir, e até no jeito de falar, *“falavam gaúchas”*. Tudo era diferente, era bonito, era chique. Se não imitasse, parecia que estava fora do padrão”. Ainda de acordo com a informante, nesse momento surgiu na comunidade os sentimentos de inferioridade e da competição. As famílias passaram a desejar os bens de consumo dos *“de fora”*, e trocaram terrenos por produtos que até então não tinham acesso, como carros, geladeiras e televisores. Outro problema relatado pela entrevistada foi a chegada das drogas, questão que trouxe muitos conflitos, principalmente para os jovens. Apesar de reconhecer alguns dos benefícios trazidos por essa nova realidade, e de afirmar que muitos dos que chegaram em busca de qualidade de vida agregaram nas lutas da comunidade, principalmente em relação à preservação ambiental, mencionou que nesse momento “nós (a comunidade local) fomos invadidos na nossa forma de saber, na nossa forma de viver, na nossa forma de ser”.

As novas territorialidades e, conseqüentemente, novos modos de vida que surgiram no município, se implantaram em momentos distintos e de forma diferenciada. No centro da cidade se implantaram atividades portuárias e industriais, sob um discurso de modernidade, no final do século XIX e início do século XX. Imbituba era então considerada um modelo de desenvolvimento econômico, seguindo a tendência recém-iniciada no país, caracterizado pela chamada “industrialização tardia”, em referência ao atraso de sua chegada quando comparada à industrialização na Europa, iniciada um século antes. Tal discurso é retratado em um pequeno documentário de William Gericke sobre as empresas de Henrique Lage<sup>9</sup>, na década de 1950.

Já na porção norte do município, as transformações no modo de vida só ocorreram a partir da década de 1970, com a chegada do turismo e dos novos valores trazidos pelos

---

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jM3cL7krvnl> . Acesso em 07 de agosto de 2023.

imigrantes vindos dos centros urbanos já consolidados no país, principalmente de Porto Alegre (RS). Apesar da existência de atividade turística no centro de Imbituba, tendo seu primeiro hotel construído entre 1915 e 1920 por Henrique Lage, com arquitetura colonial inglesa, o perfil dos primeiros turistas que chegaram na Praia do Rosa era diferenciado, atraídos pela busca de aventura e contato com a natureza. Não havia hospedagens e os turistas costumavam se abrigar em barracas ou nos ranchos de pesca, se misturando com a comunidade local. Posteriormente começaram a adquirir terras, construindo casas e pousadas, ao mesmo tempo em que ocorria o declínio das atividades agrícolas e a migração de jovens da comunidade local em busca de estudo e novas oportunidades de trabalho.

Com a inserção da comunidade local nas novas atividades econômicas que foram surgindo, junto com transformações relacionadas a aspectos sociais e culturais, os modos de vida foram também se transformando, ainda que alguns traços sejam mantidos até a atualidade. As territorialidades específicas se mesclam às novas territorialidades, e nas famílias que antes tinham seu modo de vida caracterizado por sua relação com as atividades voltadas exclusivamente para a agricultura e pesca, hoje são compostas por pessoas que seguem nestas atividades, empresários, prestadores de serviço e outras profissões características do meio urbano. Sendo assim, a multiterritorialidade passa a ser característica da região, gerando novas dinâmicas sociais e pontos de tensão e conflito no uso do território.

#### **2.4. Implicações da multiterritorialidade sobre a conservação e uso dos butiazais**

As diferentes territorialidades refletem os contextos específicos de territorialização, sendo necessário o uso de uma abordagem histórica para sua compreensão, como discutido por Little (2018). Sendo assim, as formas de territorialização estabelecem distintas formas de uso e relação com o território. Enquanto a comunidade local utilizava o território como fonte de recursos para garantia de sua sobrevivência, as novas territorialidades e seus modos de vida associados trazem outros valores no uso do mesmo, levando a uma nova dinâmica territorial.

A questão ambiental tomou maiores dimensões a partir da década de 1980, sendo incorporada atualmente no discurso do setor econômico. Com a legislação ambiental mais rígida e a pressão da mídia e dos consumidores, as empresas passaram a adotar práticas de responsabilidade socioambiental em suas atividades, ainda que muitas vezes de forma contraditória aos impactos produzidos por elas mesmas. A conservação dos butiazais no município de Imbituba se insere nessa perspectiva, explicitando os conflitos de interesses entre as diferentes formas de relação com o tema.

Ainda antes da inserção do *B. catarinensis* na lista de espécies ameaçadas de extinção do estado de Santa Catarina, ocorrida em 2014, que conferiu proteção especial à espécie, a comunidade dos Areais da Ribanceira, através da Acordi, já manifestava preocupação com a conservação dos butiazais e expressava sua importância para manutenção de seus modos de vida, como descrito por Kumagai e Hanazaki (2013a; 2013b) e Hanazaki *et al.* (2012). Porém, foi a partir de 2016 que o assunto da conservação dos butiazais tomou maiores proporções e passou a ser discutido em Imbituba, tendo sido a entrevistada 4 apontada em outras entrevistas como a principal articuladora do movimento no município (Entrevistadas 1 e 3, SEMA, Rota dos Butiazais). Nativa de Imbituba, foi fazer curso superior em outro município de Santa Catarina e, ao retornar, se envolveu em um curso de empreendedorismo local e passou a buscar um tema para o desenvolvimento de produtos com a identidade local. Passou a frequentar a Acordi e encontrou no *B. catarinensis* uma forma de discutir questões locais, como as formas de desenvolvimento do município e a valorização dos ecossistemas e da comunidade local. Então iniciou um processo de pesquisas, buscando informações e divulgando através das redes sociais. A partir desse movimento conheceu o Projeto Rota dos Butiazais e, junto com um representante do Movimento *Slow Food* que também estava envolvido com o tema, articulou um seminário da Rota dos Butiazais, realizado na Acordi em 2017, com apoio do ICMBio a partir da APA da Baleia Franca, evento que trouxe maior visibilidade para a questão dos butiazais e foi considerado um marco para a disseminação do tema na região.

Em paralelo, ocorria no mesmo período uma discussão no âmbito da SEMA para criação de uma Instrução Normativa para o transplante de indivíduos de *B. catarinensis*, impulsionada por um grande transplante em área de butiazal realizado por uma indústria de fertilizantes em área contígua à área em disputa com a comunidade da Acordi. No processo foram transplantadas mais de 1.500 mudas, de acordo com a própria empresa e com o entrevistado 5, responsável pelo transplante. Nesse momento, os indivíduos pequenos, ainda sem condições de serem transplantados, foram inseridos em um viveiro construído pela empresa. A área para a qual os indivíduos foram transplantados faz parte do local onde ocorre o extrativismo de frutos pela comunidade local, denominada Boqueirão, e que a empresa reconhece como sua propriedade e tem planos de transformar em uma área de preservação própria, com controle de acesso. Em 2023 a área foi cercada, mas, de acordo com o entrevistado 9, os extrativistas seguem acessando o local, ainda que abordados pelos vigilantes da empresa (Figura 20). Apropriando-se do discurso da conservação do *B. catarinensis*, a empresa criou um programa

de produção de mudas, comprando uma estufa para quebra de dormência das sementes e ampliando sua produção e inserindo a atividade em sua estratégia de ESG<sup>10</sup>.

**Figura 20** -Área cercada no entorno de butiazal nos Areais da Ribanceira (Imbituba/SC)



Fonte: Fotografia de Douglas Ladik Antunes (2023).

Além da coleta e beneficiamento dos frutos de butiá, o artesanato com a palha de butiá também passou a ser tema de projetos, novamente protagonizado pela Acordi. Cursos de artesanato com a palha foram desenvolvidos na comunidade a partir do grupo de mulheres da associação, denominado Flores da Restinga. Em 2017 o Porto de Imbituba lançou um edital de licitação para contratação de empresa para realização de projetos de educação ambiental como parte de suas obrigações de compensação ambiental. A empresa vencedora da licitação, com sede em Balneário Camburiú (SC), iniciou suas atividades buscando por tema para projeto que tivesse relação com a identidade local, escolhendo para tal o artesanato com a palha de butiá,

---

<sup>10</sup> <https://www.sulgesso.com/empresa-de-imbituba-investe-em-tecnologia-e-equipamentos-para-salvar-o-butiade-extincao/> . Acesso em 14 de agosto de 2023.

criando a partir de 2018 o projeto Costa Butiá. O projeto teve como objetivo resgatar o saber fazer da trança e produção do chapéu de palha de butiá, envolvendo mulheres que ainda obtinham memória de todo o processo de fabricação. A entrevistada 11 foi identificada como a única representante da comunidade de Imbituba que ainda guardava tal conhecimento e tinha condições para passar adiante. A partir de então foram organizadas diversas oficinas para difundir a técnica do trançado e a criação de novos produtos. O projeto recebeu em 2022 o Selo do Prêmio Sebrae Top 100 de Artesanato Brasileiro, concedido às 100 unidades produtoras de artesanato mais importantes do país e rendeu ao Porto de Imbituba em 2023 o Prêmio Nacional Portos e Navios de Responsabilidade Socioambiental.

A entrevistada 7, não-nativa e moradora do bairro Ibiraquera, foi participante das primeiras oficinas do Projeto Costa Butiá, tendo se desligado posteriormente do mesmo e passado a desenvolver seus próprios produtos. Tendo desenvolvido uma forma diferenciada para elaboração da trança e do chapéu, com camada dupla de palha, passou a questionar a pouca valorização do produto artesanal e a agregar valor aos seus produtos. A entrevistada 3 manifestou uma visão crítica sobre a utilização do projeto pelo Porto como forma de compensação ambiental, uma vez que entende que o Porto deveria se ocupar de temas voltados a seus impactos diretos, como a situação dos ranchos de pesca da Praia do Porto, afetados diretamente pela área de influência do mesmo.

É importante ressaltar que, diferente de outras áreas do município, os Areais da Ribanceira ainda detêm extensões consideráveis de área de restinga e áreas destinadas à prática da agricultura, resultado não apenas da legislação ambiental que protege a restinga como APP pelo Código Florestal e como remanescente da Mata Atlântica pela Lei da Mata Atlântica, uma vez que vem sendo ocupada pela expansão imobiliária em outras áreas, mas pela luta da Acordi por suas terras originalmente ocupadas, como descrito anteriormente.

Na figura 21, é possível observar as transformações da área central do município entre os anos de 1957 e 2023. Constata-se na imagem de 1957 que a maior parte da área era ocupada pela agricultura, entremeada por áreas de restinga na planície, sobre o solo arenoso, e floresta ombrófila densa como cobertura dos maciços. Na imagem de 2023, constata-se como o crescimento urbano passou a ocupar essas áreas, junto com as atividades industriais aliadas à expansão portuária. Tais atividades tendem a se intensificar, uma vez que um novo porto particular já está licenciado para instalação ao lado do porto já existente, e a empresa responsável pela instalação está em processo de reintegração de posse da área, ocupada por

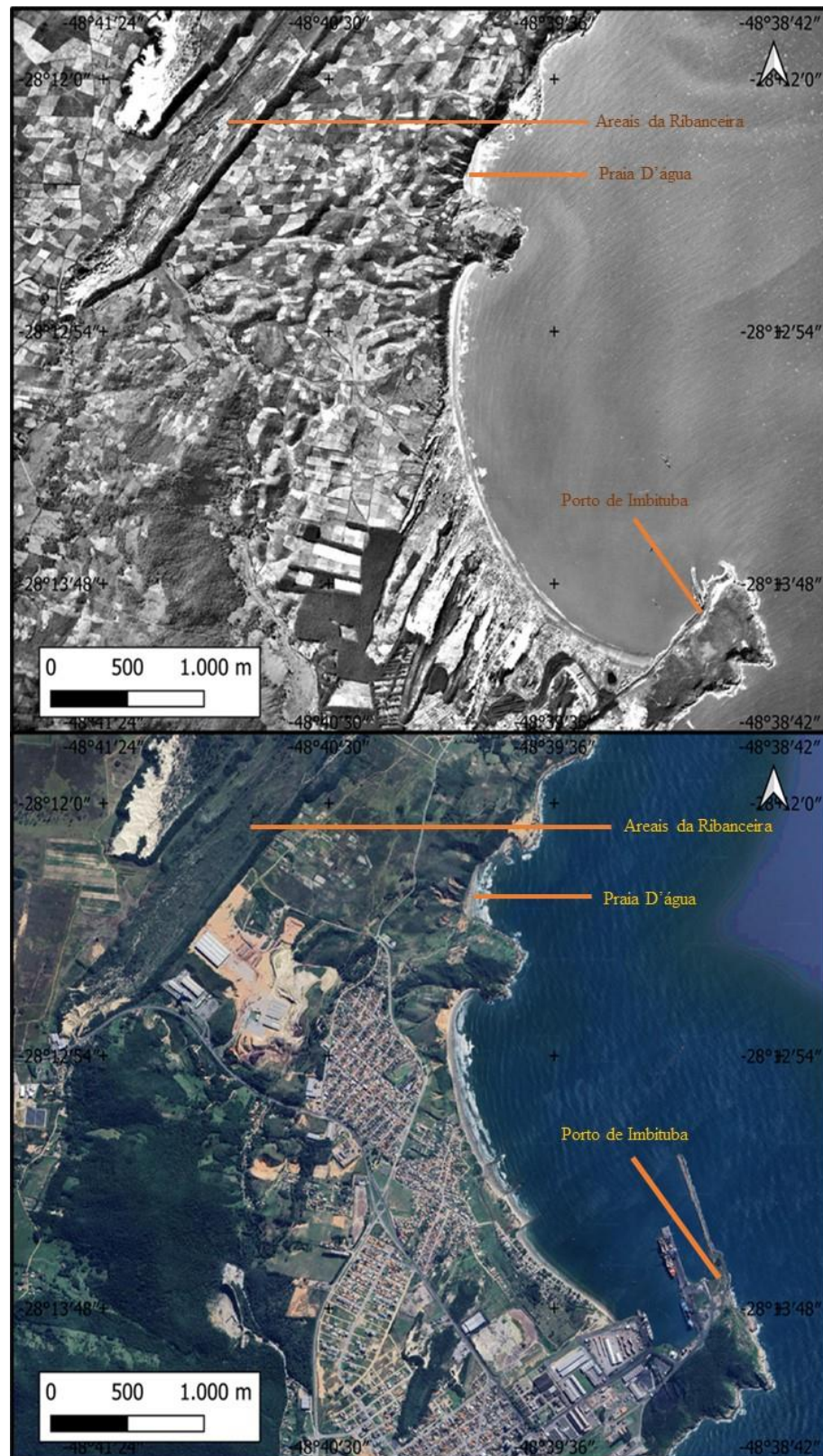
cerca de 200 famílias<sup>11</sup>, configurando-se como mais um processo de expropriação de terras tradicionalmente ocupadas.

---

<sup>11</sup> Notícia disponível em: [12ft | Santa Catarina terá um novo porto no litoral sul - NSC Total](#) . Acesso em 08 de setembro de 2023.



**Figura 21** - Imagens comparativas da área que compreende parte dos Areais da Ribanceira, a Praia D'água e a região do entorno do Porto de Imbituba (SC) em 1957 e 2023

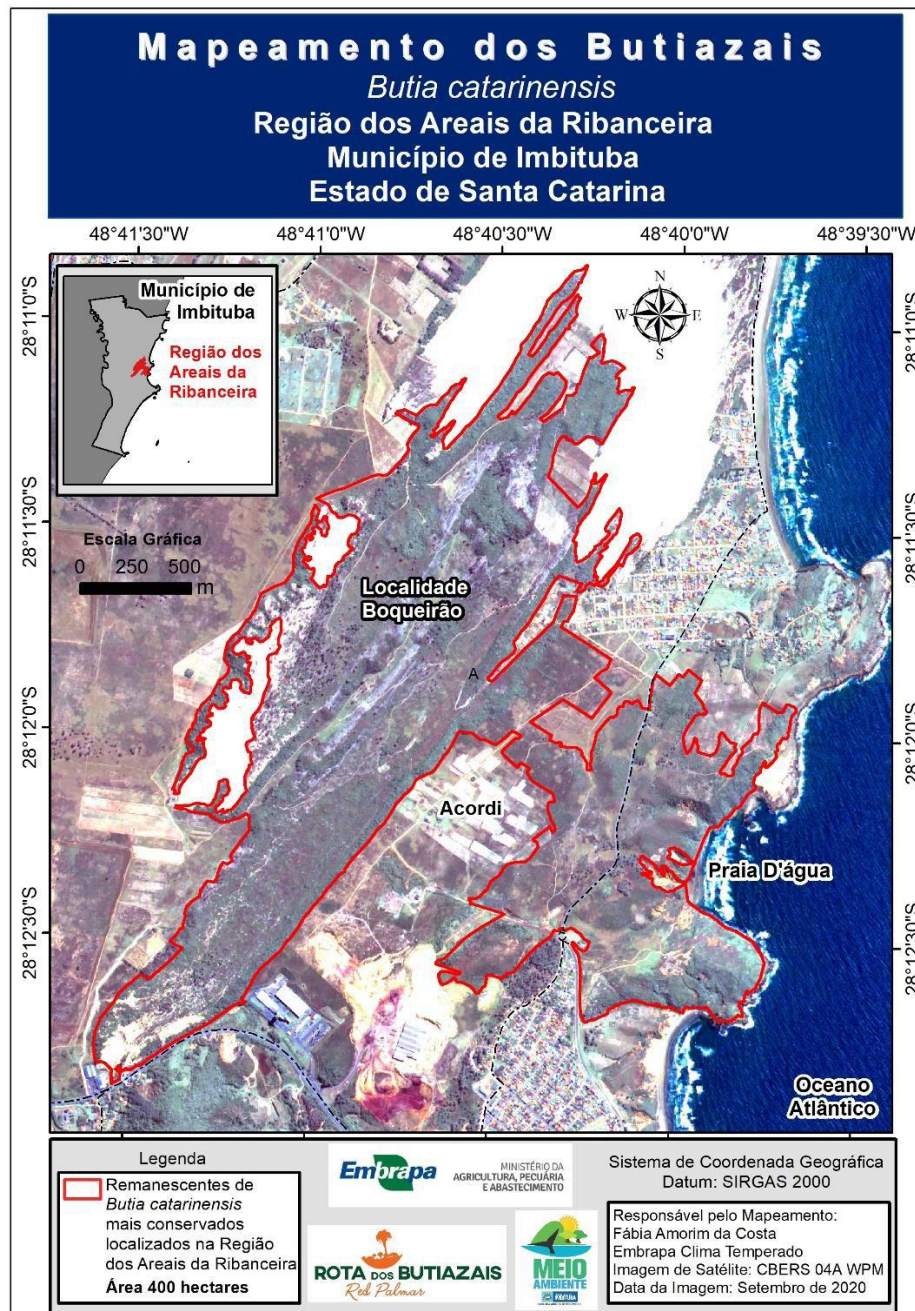


Fonte: Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina. Fotografias Aéreas de 1957.  
Imagem de Satélite Google Earth 2023.

Associada às atividades portuárias e industriais, outra questão levantada é o aumento do tráfego de veículos de carga, que acarreta a necessidade de abertura de novas vias de acesso, ameaçando a área ocupada pela comunidade local para prática da agricultura e os butiazais. No canto esquerdo superior das imagens é possível visualizar o cordão de dunas fixas preservado historicamente pelos agricultores, entre os quais se encontra o maior fragmento de butiazal de todo o município, as áreas de roça da Acordi e o impacto das atividades industriais. A Figura 22, como parte do mapeamento dos butiazais do município realizado por Costa *et al.* (2022), exhibe o detalhe da distribuição do butiazal nesta área. De acordo com os autores, a área possui 400 hectares, correspondendo a 2,2% do território do município.



**Figura 22** - Detalhe do mapeamento de butiazais nos Areais da Ribanceira (Imbituba/SC)

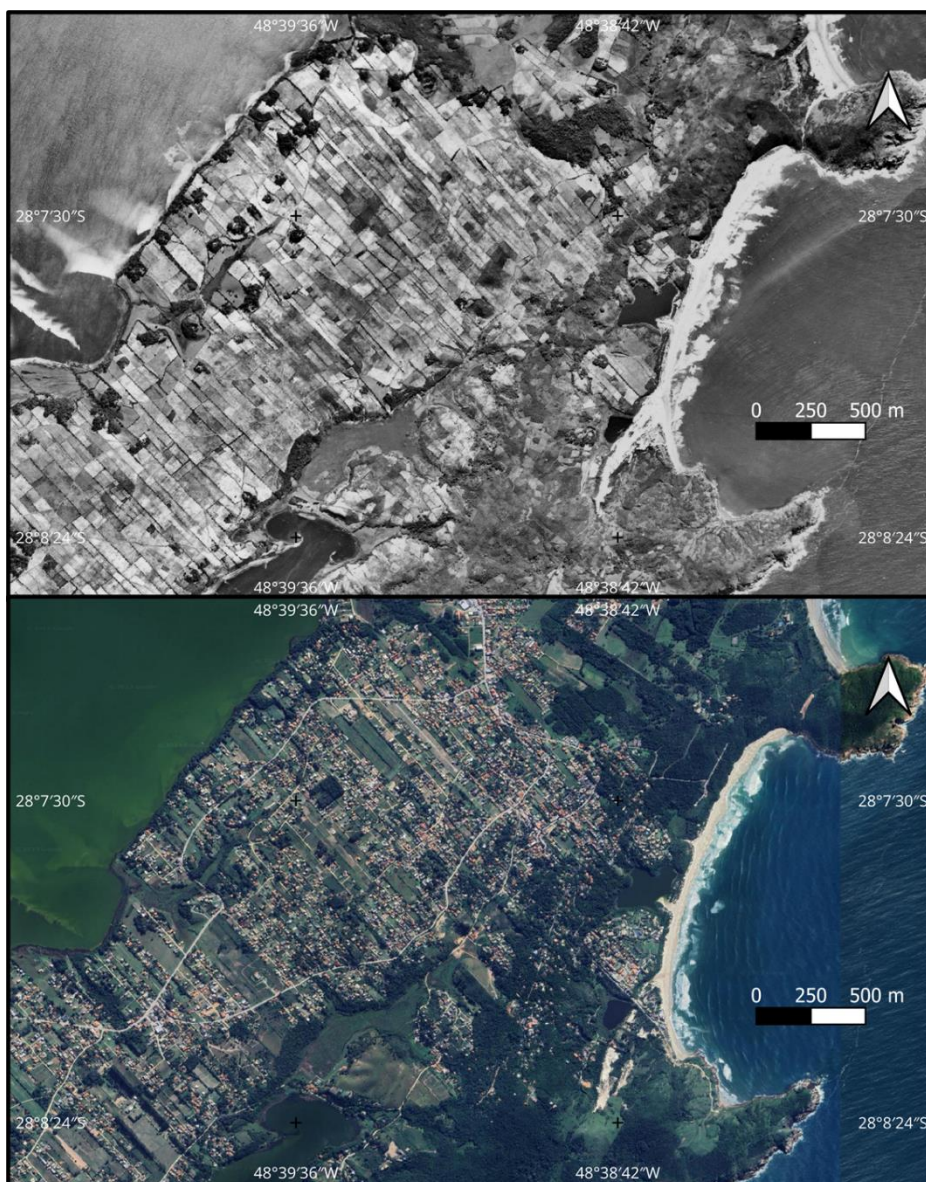


Fonte: Costa *et al.* (2022)

Por outro lado, no Bairro Ibiraquera, a chegada do turismo trouxe outra forma de desenvolvimento. Ainda que o discurso dos empresários do ramo hoteleiro defenda que, com o abandono da agricultura, a vegetação tenha voltado a se regenerar, tais áreas de regeneração se restringem aos morros e ao entorno das praias (Figura 23), e seguem em risco pela implantação de novos condomínios e loteamentos em processo de legalização. Além disso, como a agricultura era realizada através da técnica de coivara, em que havia rotatividade de uso das

terras, formavam um mosaico com áreas em diferentes estágios de regeneração. Já a construção de residências e vias de acesso transformam a paisagem de uma forma que impossibilita a resiliência dos ecossistemas. A entrevistada 1 enfatizou ainda que o crescimento populacional na região trouxe outros problemas, citando a poluição das lagoas, uma vez que não tem saneamento básico municipal implantado na região e que o sistema de fossas não suporta o aumento de carga durante a temporada.

**Figura 23** - Imagens comparativas da Praia do Rosa (Imbituba/SC) em 1957 e 2023



Fonte: Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina. Fotografias Aéreas de 1957.  
Imagem de Satélite Google Earth 2023.

A rápida transformação do espaço no bairro Ibiraquera, onde o declínio da agricultura coincidiu com o crescimento urbano gerado pelo mercado turístico na região, trouxe um novo

valor para as terras (Figura 24). A atividade agrícola foi sendo pressionada pelo mercado imobiliário, e os proprietários de terras passaram a lotear e vender parte de suas propriedades, as quais foram se tornando cada vez mais providas de valor econômico. A entrevistada 2 declarou que a família vendeu boa parte de suas terras para pagar os estudos dos filhos que foram para a universidade em outros municípios. Atualmente ainda existem na região pequenos espaços destinados à agricultura e, como exposto anteriormente, áreas em que a agricultura foi abandonada e a vegetação nativa voltou a se regenerar, abrigando pequenos fragmentos de butiazal em recomposição. Outros terrenos são mantidos limpos, a fim de evitar problemas devido à legislação ambiental em futuras construções. Butiás isolados ou em pequenos agrupamentos ainda são vistos em quintais, mas com o tamanho dos lotes cada vez mais reduzidos, consequentemente os quintais vão se tornando cada vez menores ou até mesmo inexistentes. A ausência de parques ou praças no bairro, torna ainda mais complicada a manutenção de áreas verdes em meio à malha urbana que vai se consolidando, sendo aquelas existentes no momento, possíveis alvos da expansão imobiliária.



**Figura 24** - Imagens comparativas do bairro Ibiraquera (Imbituba/SC) em 1957 e 2023



Fonte: Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina. Fotografias Aéreas de 1957.  
Imagem de Satélite Google Earth 2023.

## **2.5. Considerações sobre multiterritorialidade, modos de vida e conflitos relacionados à presença dos butiazais em Imbituba**

Como exposto até aqui, é possível concluir que a sobreposição de diferentes territorialidades, causando a multiterritorialidade observada na região, é geradora de conflitos tanto em relação aos modos de vida quanto à conservação dos ecossistemas locais. Enquanto nos Areais da Ribanceira o maior fragmento de butiazal ainda é mantido pela luta da comunidade local, representada pela Acordi, o Conselho Comunitário da Ibiraquera (CCI) e a Associação de Pesca da Ibiraquera (Aspesci) detém um histórico de lutas pela manutenção da conservação da biodiversidade envolvendo batalhas judiciais para a preservação das margens da Lagoa da Ibiraquera, das áreas de banhado e de áreas verdes da região, locais onde se encontram pequenos fragmentos de butiazal, além de questões envolvendo a manutenção da pesca na lagoa, porém a comunidade local é pressionada pelo crescimento urbano, sendo que a transformação do território coloca em risco as bases para a manutenção de seu modo de vida.

Considerando o meio ecológico como elemento do espaço, como observado por Santos (1985), a presença da biodiversidade deve ser considerada na configuração territorial. Porém, as concepções sobre manejo e conservação de espécies e ecossistemas refletem características identitárias dos grupos sociais em uma relação dialética, em que a própria identidade se forma a partir de valores construídos pelos modos de vida e suas técnicas específicas e estão envolvidas na dinâmica de seus processos de territorialização. O discurso ambiental, amplamente difundido na sociedade, torna-se apropriado para defesa de interesses particulares, que podem ser relacionados à defesa de territorialidades específicas ou aos interesses do poder hegemônico, causador da desterritorialização, impulsionando conflitos. Dessa forma, considerar de forma integrada os modos de vida, aplicados as territorialidades que dão forma e função aos territórios, é essencial para a compreensão das dinâmicas existentes e para uma análise que leve em consideração a gênese dos fenômenos observados.

As adaptações às transformações decorrentes de cada período também se expressam nas formas de uso dos butiazais. O recente valor dado à extração dos frutos é resultado de um novo mercado, ainda em desenvolvimento, de inserção da espécie em produtos alimentícios. A produção de polpa congelada agrega valor ao produto, e permite que seja explorado por períodos mais longos, para além de sua época de frutificação. Já em relação à palha, a colheita da mesma para fabricação da crina vegetal entrou em declínio devido à substituição por matéria prima sintética, perdendo assim o seu valor. A produção de chapéus ainda se manteve, mas também perdeu valor econômico com a chegada de fibras sintéticas e da importação do produto

já manufaturado. O artesanato voltou a ganhar valor recentemente com os novos projetos de valorização e criação de novos produtos. Tanto a coleta de frutos e produção de polpa, quanto as novas iniciativas relacionadas ao artesanato, ressignificaram a importância dos butiazais para a comunidade local.

No caso dos butiazais, como produto da sociobiodiversidade, o livre acesso deve ser considerado garantia fundamental de direito da comunidade local. A presença de áreas cercadas nos Areais da Ribanceira é indício das tentativas de apropriação das áreas de uso comum da comunidade (Figura 17), assim como as sucessivas queimadas que ocorrem na região, apontada pelas entrevistadas 3 e 4 e pelos entrevistados 12 e 15 como tentativas de descaracterização da área para o avanço da ocupação.

Nesse sentido, considerando a importância material e simbólica dos butiazais para a comunidade local, sua conservação e uso adentram o campo dos conflitos ambientais territoriais, definidos por Zhouri e Laschefski (2010, p.23) como aqueles que “marcam situações em que existe sobreposição de reivindicações de diversos segmentos sociais, portadores de identidades e lógicas culturais diferenciadas, sobre um mesmo recorte espacial”. A apropriação do discurso ambiental pela lógica hegemônica do sistema urbano-industrial-capitalista pode ser observada tanto na transformação do espaço advinda da expansão do turismo, quanto na expropriação de terras da comunidade local dos Areais da Ribanceira pelas indústrias que reivindicam a posse das mesmas.

Enquanto nos Areais da Ribanceira o conflito é colocado de forma explícita, na luta da comunidade local, representada pela Acordi, pelas terras tradicionalmente ocupadas e a expropriação das mesmas pelo setor industrial, a expansão urbana no bairro Ibiraquera advinda da exploração turística configura-se como um conflito difuso, em que a comunidade local perde seu espaço ao longo do tempo, sendo as transformações no modo de vida percebidas após a transformação do espaço.

Assis e Zhouri (2011) demonstram, a partir da análise de peças publicitárias dos setores petroquímicos e elétricos, como a apropriação do discurso ambiental produz significações simbólicas que legitimam a exploração do território ao mesmo tempo em que invisibilizam (ou ocultam) as populações afetadas. O mesmo fenômeno pode ser observado no discurso do setor turístico, que valoriza áreas verdes de importância paisagística para a manutenção de suas atividades, ao mesmo tempo em que desconsidera a importância ecológica de outras formações, menos atrativas sob o seu ponto de vista, e desconsidera o modo de vida da comunidade local. Da mesma forma, vê-se no setor industrial, sob o discurso de “sustentabilidade”, investimentos sendo realizados na elaboração de programas de responsabilidade ambiental e utilizados como



marketing empresarial, e a própria proteção dos butiazais sendo utilizada como forma de expropriação do território tradicional, sob o argumento da conservação. De acordo com Zhouri, Laschefski e Pereira (2014, p.18):

O conflito eclode quando o sentido e a utilização de um espaço ambiental por um determinado grupo ocorrem em detrimento dos significados e usos que outros segmentos sociais possam fazer do território, para, com isso, assegurar a reprodução do seu modo de vida.

Ainda de acordo com Zhouri e Laschefski (2010), os conflitos ambientais têm início ainda no planejamento da ocupação do território, refletindo as distintas visões sobre a ocupação do espaço e geralmente gerenciado a partir da lógica dominante. Para pensar o planejamento territorial, de modo a garantir os recursos necessários à manutenção das atividades econômicas, sociais e culturais dos diferentes sujeitos que coabitam o território e a conservação da biodiversidade, é necessário compreender a dinâmica de formação e as características identitárias das diversas territorialidades, evitando dessa forma que os conflitos de interesses causados pelo estabelecimento de grupos hegemônicos não acarrete a perda de direitos de acesso a recursos considerados de uso comum.

### Capítulo 3 - Ameaças, proteção legal e a inserção dos butiazais em instrumentos de planejamento do município de Ibituba (SC)

Devido à importância da biodiversidade, tanto ecológica, na manutenção do equilíbrio dos ecossistemas, quanto econômica e social, como recurso, as discussões sobre o tema avançaram e diversos mecanismos de proteção internacionais e nas esferas federal, estadual e municipal foram criados nas últimas décadas. A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), em vigor desde 1993, é considerada a principal referência internacional, tendo sido aprovada no Brasil através do Decreto Legislativo nº 2, de 1994, ratificada através do Decreto Federal nº 2.519 de 16 de março de 1998 e regulamentada pela lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015 (BRASIL, 1994; BRASIL, 1998; BRASIL, 2015). De acordo com a convenção, a biodiversidade possui valores ecológico, genético, social, econômico, científico, educacional, cultural, recreativo e estético, além de seu próprio valor intrínseco. A CDB assenta-se sobre o tripé: conservação, uso da biodiversidade e repartição justa e equitativa de benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, no artigo 225, traz como garantia o direito ao meio ambiente equilibrado, considerado como bem de uso comum, incumbindo ao poder público no parágrafo primeiro do referido artigo, inciso VII, a obrigação de garantir a proteção da fauna e da flora, sendo vedadas as práticas que coloquem em risco sua função ecológica ou que provoquem a extinção de espécies (BRASIL, 1988). Diversos dispositivos de proteção à fauna e à flora no Brasil são anteriores à Constituição Federal, tendo sido criado a partir de decreto o Serviço Florestal Brasileiro em 1921, e o primeiro Código Florestal em 1934, o qual trazia já trazia uma visão abrangente da proteção não somente às florestas, mas a todo tipo de vegetação nativa, como descrito por Araújo (2011). Ainda assim, as taxas de desmatamento seguem avançando, gerando fragmentação de ecossistemas e perda de biodiversidade, o que revela valores do modelo de desenvolvimento baseado no crescimento urbano industrial e, no caso do Brasil, na exportação de *commodities*.

Ao mesmo tempo em que o modelo econômico capitalista hegemônico gera degradação ambiental, também é causa de desigualdades sociais. Para povos e comunidades tradicionais, cujas territorialidades estão intimamente ligadas ao meio natural em que se desenvolvem, a expropriação de suas terras e do acesso aos recursos naturais interferem diretamente sobre a manutenção de seus modos de vida. A partir dos anos 1980 o conhecimento tradicional sobre a biodiversidade e as formas de manejo dos povos e comunidades tradicionais passaram a ser valorizados como estratégicos para a conservação (CASTRO, 1988). De acordo com a autora

(1988, p.11), “é impossível proteger a diversidade biológica sem proteger, concomitantemente, a sociodiversidade que a produz e conserva”.

Particularmente em relação aos butiazais, Werner-Martins e Freitas (2023) elencam os dispositivos legais que incidem sobre a proteção da espécie nos municípios de Imbituba e Laguna (Quadro 5). O ecossistema de restinga, onde se desenvolvem os butiazais, é protegido pelo Código Florestal, considerado como Área de Preservação Permanente (APP) (BRASIL, 2012). A Lei da Mata Atlântica considera a restinga como ecossistema associado e, em seu artigo 11 torna vedados o corte e a supressão da vegetação primária e em estágio médio e avançado de regeneração quando abrigam espécies endêmicas e ameaçadas de extinção (BRASIL, 2006). Cabe ressaltar que a Resolução nº 261 de 30 de junho de 1999 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) considera a presença do *B. catarinensis* como indicativo de vegetação de restinga arbustiva primária ou em estágio avançado de regeneração em Santa Catarina (Conama, 1999). Considerando o estágio de regeneração e a definição da espécie como ameaçada de extinção, os butiazais deveriam ser integralmente protegidos.

**Quadro 5** - Dispositivos legais de proteção ao *Butia catarinensis* nos municípios de Imbituba e Laguna, SC

Dispositivo	Texto Legal	Escopo
Lei nº 6.938/198	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências	Federal
Lei nº 9.605/1998	Lei dos crimes ambientais - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.	Federal
Lei nº 11.428/2006	Lei da Mata Atlântica - Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. Define a vegetação de restinga como parte das formações de floresta nativa e ecossistemas associados que compõem o Bioma Mata Atlântica.	Federal
Decreto Federal nº. 6.660/2008	Regulamenta dispositivos da Lei no 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.	Federal
Lei nº 12.651/2012	Novo Código Florestal - Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.	Federal
Lei nº. 3.924/1961	Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Considerados os Sambaquis como monumentos arqueológicos e pré-históricos.	Federal
Lei nº 9.985/2000	Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.	Federal

Decreto Federal de 09/14/2000	Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, no Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.	Federal
Portaria do ICMBio No. 751/2018	Aprova o Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Sistemas Lacustres e Lagunares do Sul do Brasil – PAN Lagoas do Sul, contemplando 29 táxons da fauna ameaçados de extinção e 133 táxons da flora ameaçados de extinção, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, espécies contempladas, prazo de execução, abrangência e formas de implementação, supervisão e revisão	Federal
Portaria Interministerial MAPA/MMA no 10, DE 21 DE JULHO DE 2021	Institui lista de espécies nativas da sociobiodiversidade de valor alimentício, para fins de comercialização in natura ou de seus produtos derivados.	Federal
Decreto nº 6.040/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.	Federal
Resolução do CONSEMA/SC nº 51 de 05 de dezembro de 2014	Reconhece a Lista Oficial das Espécies da Flora Ameaçada de Extinção no Estado de Santa Catarina e dá outras providências.	Estadual
Lei municipal de Laguna nº 1121 de 30 de novembro de 2005	Institui a árvore butiá, como árvore representativa do meio ambiente do município de Laguna e dá outras providências.	Municipal

Fonte: Traduzido e adaptado de Werner-Martins e Freitas (2023)

Em relação ao extrativismo de frutos e folhas, os mesmos são permitidos tanto pelo Código Florestal em área de APP, sendo consideradas no artigo 3 como atividades de baixo impacto ambiental, desde que não descaracterizem a cobertura vegetal nativa existente nem prejudiquem a função ambiental da área, como também pela Lei da Mata Atlântica, artigo 18, desde que não coloque em risco espécies da flora e da fauna e que se observem as limitações legais específicas.

No município de Laguna, o *B. catarinensis* é considerado por lei como árvore representativa do meio ambiente, sendo seu corte proibido ainda antes da inserção da mesma na lista de espécies ameaçadas de extinção do estado de Santa Catarina. O transplante do butiá também é definido na referida lei, e depende de autorização da Fundação Lagunense de Meio Ambiente (Flama). No município de Imbituba não existe legislação específica para proteção da espécie, mas, a partir de 2014, quando entrou para a lista de espécies em risco de extinção, a SEMA exige o procedimento de transplante em processos de autorização de obras e licenciamentos, ainda que não haja normatização de tais procedimentos. De acordo com analistas ambientais da SEMA, depois do início das discussões sobre a conservação da espécie no município, particularmente após a realização do IV Seminário da Rota dos Butiazais no município em 2017, os proprietários de áreas com a presença da espécie passaram a ter mais

cuidado e buscar a secretaria para solicitar autorização de transplantes para a realização de obras. Ainda assim, seguem ocorrendo infrações e descaracterização de áreas com a presença de fragmentos de butiazal, como será discutido adiante.

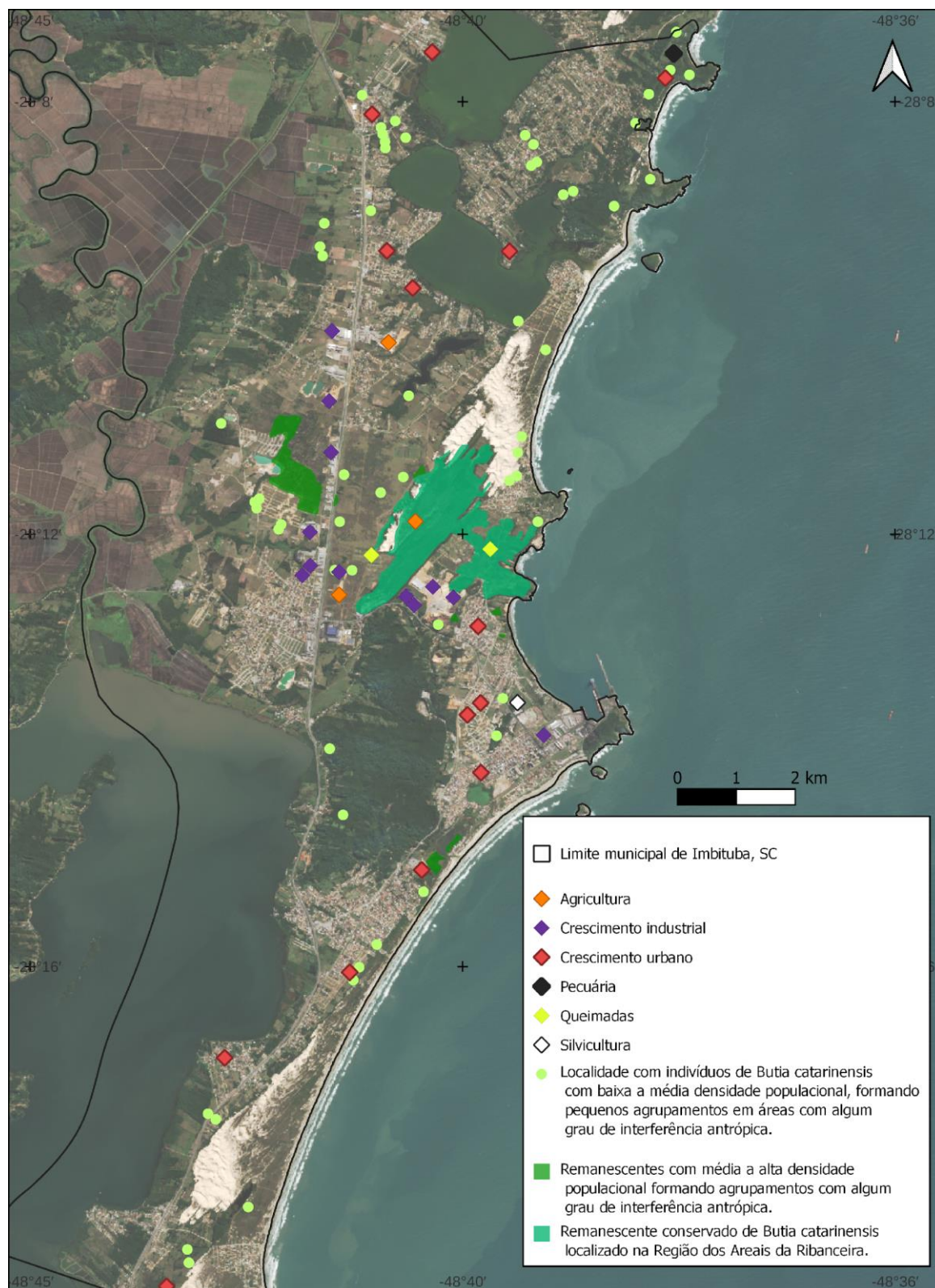
### **3.1. Principais ameaças aos butiazais no município de Imbituba**

O mapa elaborado com os dados levantados na oficina de mapeamento participativo dos butiazais realizada durante o IV Seminário da Rota dos Butiazais (Figura X) sobreposto às áreas apontadas pelo mapa da distribuição atual dos butiazais elaborado pela Embrapa (Figura 12), evidencia que, mesmo após a fragmentação do ecossistema bem mais amplo relatado por viajantes no século XIX causada pela agricultura, os impactos recentes diminuíram significativamente a presença dos fragmentos restantes. É importante ressaltar que a definição das áreas suprimidas através de pontos, ao invés de polígonos, no mapa não expressa a dimensão real de seu perímetro, tendo sido assim definidas pela escala do mapa utilizado na oficina, uma vez que, em escala menor, seria impossível a impressão de toda a área do município.

A Quadro 6 traz a descrição dos pontos apontados durante a oficina, com o motivo da supressão e período estimado em que aconteceu, cujas classes estão apontadas no mapa (Figura 25). A repetição de alguns pontos se deve ao mesmo ter sido apontado por mais de um grupo de trabalho, com pontos diferenciados de acordo com a dimensão da área afetada.

Dos pontos levantados, 42,42% indicam como motivo de supressão o crescimento urbano, seguido por crescimento industrial com 36,36%, queimadas com 15,14% e agricultura, pecuária e silvicultura, que juntos correspondem a outros 15,14%. Para o cálculo das porcentagens todos os pontos foram considerados, uma vez que representam as percepções dos sujeitos presentes na oficina de mapeamento e refletem a dimensão dos impactos.

**Figura 25** - Pontos de supressão de butiazais apontados na oficina de mapeamento participativo realizada durante o IV Encontro da Rota dos Butiazais no município de Imbituba sobrepostos ao mapa de distribuição atual dos butiazais no município



Fonte: Mapa elaborado por João Henrique Quoos (2023)

**Quadro 6** - Descrição dos pontos de supressão de butiazais levantados na oficina de mapeamento participativo dos butiazais de Imbituba durante o IV Seminário da Rota dos Butiazais – 2017

Ponto	Motivo	Classe	Período	Latitude	Longitude
1	Construção do Porto de Imbituba	Crescimento industrial	Desde o início do século XX, em expansão	-28,2349	-48,6609
2	Urbanização - Centro	Crescimento urbano	Desde o início do século XX	-28,2414	-48,6718
3	Divinéia (Atual Vila Esperança) - loteamento do bairro para realocação de pessoas despejadas durante a construção da ICC.	Crescimento urbano	A partir da década de 1970	-28,2160	-48,6723
4	Divinéia (Atual Vila Esperança) - plantio de eucalipto	Silvicultura	Década de 1970	-28,2292	-48,6655
5	Construção de indústrias no entorno dos Areais da Ribanceira.	Crescimento industrial	Desde 1972	-28,2110	-48,6766
6	Boqueirão (Arais da Ribanceira) - produção industrial de mandioca para o pró álcool.	Agricultura	Década de 1980	-28,1978	-48,6832
7	Agricultura	Agricultura	Década de 1980	-28,1668	-48,6878
8	Agricultura	Agricultura	Década de 1980	-28,2105	-48,6964
9	Expansão do turismo – construções desordenadas no Arroio do Rosa	Crescimento urbano	Década de 1990	-28,1509	-48,6881
10	Loteamento no Bairro Arroio	Crescimento urbano	Década de 1990	-28,1573	-48,6836
11	Loteamento - Vila Nova Alvorada	Crescimento urbano	Década de 1990	-28,2583	-48,6821
12	Urbanização - Itapiruba	Crescimento urbano	Década de 1990	-28,3305	-48,7263
13	Loteamento na Ponta da Piteira	Crescimento urbano	Década de 1990	-28,1510	-48,6669
14	Praia Vermelha - Pecuária	Pecuária	Década de 1990	-28,1167	-48,6384
15	Criação da ZPE	Crescimento industrial	Final da década de 1990	-28,2066	-48,6964
16	Queimadas na Praia D'água	Queimadas	Desde 2000	-28,2037	-48,6908
17	Entrada da Ibiraquera - construções desordenadas.	Crescimento urbano	Década de 2000	-28,1272	-48,6907
18	Loteamento Village	Crescimento urbano	Década de 2000	-28,2293	-48,6719
19	Loteamento Antigo Aeroporto	Crescimento urbano	Década de 2000	-28,2760	-48,6946
20	Urbanização Guaiuba	Crescimento urbano	Década de 2000	-28,2908	-48,7163
21	Loteamento Village	Crescimento urbano	Década de 2000	-28,2314	-48,6742
22	Loteamento no Alto Arroio	Crescimento urbano	Década de 2000	-28,1209	-48,6398

23	Distrito industrial	Crescimento industrial	A partir de 2005	-28,1858	-48,6978
24	Nova Brasília - construção de galpões	Crescimento industrial	A partir de 2010	-28,2055	-48,7014
25	Queimadas na Praia D' água	Queimadas	2010	-28,2026	-48,6702
26	Condomínio Lagoa Azul (Araçatuba) 2010	Crescimento urbano	2010	-28,1164	-48,6803
27	Condomínio Industrial	Crescimento industrial	A partir de 2010	-28,1648	-48,6977
28	Condomínio industrial	Crescimento industrial	A partir de 2010	-28,1769	-48,6981
29	Condomínio Industrial	Crescimento industrial	A partir de 2010	-28,1997	-48,7015
30	Condomínio Industrial	Crescimento industrial	A partir de 2010	-28,2071	-48,7028
31	Implantação da Indústria Sulgesso	Crescimento industrial	Desde 2010, em expansão	-28,2091	-48,6802
32	Implantação das empresas Votorantin e Sulgesso	Crescimento industrial	2010	-28,2108	-48,6848
33	Implantação da Indústria Votorantin	Crescimento industrial	2010	-28,2123	-48,6834

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Em relação ao crescimento urbano, os dados apresentados na prévia do censo 2022 apontam para um crescimento de 30,9% da população em relação ao censo de 2010, totalizando atualmente 52.581 pessoas. A urbanização teve início de forma discreta no município ainda no século XVII com a fundação de pequenas vilas nos bairros Mirim e Vila Nova, onde se concentravam pequenos comércios no entorno das primeiras igrejas, mas foi somente no início do século XX, com a inserção do município no complexo carbonífero através da implantação do Porto e da estrada de ferro que o crescimento urbano tomou maiores proporções, ainda que restrito à região central. Outros bairros também tiveram o processo de urbanização impulsionado pelas atividades portuárias, principalmente aqueles no entorno da BR-101. Já outras áreas sofreram o processo de urbanização mais recente como fruto da demanda turística na região, principalmente o Bairro Ibiraquera, onde se localiza a Praia do Rosa, bastante procurada principalmente para o turismo de sol e praia. Somada à população residente, observa-se um grande aumento populacional durante a temporada de verão. Uma vez que a população flutuante ocupa boa parte dos imóveis da região, o crescimento urbano não se restringe à necessidade de moradia da população residente, sendo parte dos imóveis destinados à ocupação de turistas, divididos entre hotéis, pousadas e casas de veraneio.

De acordo com analistas da SEMA do município, os loteamentos mais recentes possuem como exigência durante o processo de licenciamento o transplante dos indivíduos de *B. catarinensis* presentes na área loteada, sendo que os indivíduos transplantados são



georreferenciados, são registradas as características edáficas da área de origem e transplante e os tratos culturais e o transplante é monitorado ao longo de 3 anos. Para exemplificar, foi citado um loteamento licenciado no Bairro Sambaqui, área onde se localiza o segundo maior fragmento de butiazal do município, onde foram transplantados centenas de indivíduos para a área verde do loteamento.

As atividades industriais, por sua vez, têm relação direta com a presença do Porto no município. Tendo sido criado inicialmente para o transporte de carvão, com o declínio dessa atividade e após passar por um período de recessão, o Porto investiu em novas modalidades de cargas, caracterizando-se atualmente como um porto multimodal, onde são realizados transporte de granéis sólidos, transporte de granéis líquidos e transporte de contêineres, tanto para cabotagem quanto para importação e exportação de produtos, batendo recordes de movimentação anual desde 2016<sup>12</sup>. A presença do Porto torna a região estratégica para a implantação de indústrias e de galpões de armazenamento de produtos, facilitando o transporte dos mesmos. Ainda na década de 1970, foi criado o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Imbituba (PDDII), declarando de utilidade pública áreas do município a serem destinadas para instalação de complexo industrial, urbanização e sistema viário, ao mesmo tempo em que, em âmbito estadual, foi criada a Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina (Codisc), com objetivo de coordenar as desapropriações e a destinação das terras, dando início assim ao processo de expropriação das terras tradicionalmente ocupadas (OLIVEIRA; MARTINS; ANTUNES, 2020).

Outro impacto causado pela expansão das atividades portuárias é o aumento da circulação de veículos de carga na região. As principais queixas dos moradores se referem ao aumento do tráfego e aos resíduos que tombam dos caminhões, principalmente grãos, gerando mau cheiro e atraindo animais sinantrópicos, como ratos e baratas. A construção de nova via de acesso direto ao porto seria uma ameaça à comunidade local e aos butiazais dos areais da Ribanceira, por estarem localizados na hinterlândia direta do porto, principal rota de acesso à BR101.

Os pontos de supressão de butiazais cuja causa apontada foi a agricultura datam da década de 1980, tal atividade encontra-se em declínio e não ocupa mais áreas de butiazais. Ênfase é dada ao ponto 6, localizado dentro do butiazal dos Arais da Ribanceira, área que foi concedida à uma empresa do município de Tubarão na década de 1980 para plantação de

---

<sup>12</sup> Fonte: <https://portodeimbituba.com.br/>

mandioca com objetivo de produção de combustível, durante o programa Proálcool<sup>13</sup>, contrastando com a forma de produção desenvolvida pela comunidade local. Nesta área houve regeneração natural do ecossistema, estando caracterizada atualmente como parte do butiazal. Já o ponto cuja supressão foi causada pela pecuária encontra-se em área particular, e a manutenção da pastagem é resultado de interesse nas características paisagísticas da propriedade, contrastando com outras áreas dentro da mesma, onde se vê grande quantidade de butiás em regeneração e cuja conservação da vegetação nativa foi resultado de decisão judicial por ação impetrada no Ministério público pela comunidade local após a tentativa de fechamento das vias de acesso à Praia Vermelha, última praia ao norte do município.

O ponto 4, também dentro do butiazal dos Areais da Ribanceira, onde a causa de supressão é apontada como silvicultura, faz parte de uma área em disputa, tendo como causa a expansão imobiliária. De acordo com a entrevistada 4, tal área se mantém em processo de descaracterização por interesse de proprietários na expansão de ocupações irregulares. Tal irregularidade é constatada pelas casas já construídas não terem abastecimento de luz elétrica, sendo mantidas por geradores de energia particulares.

Complementando os dados obtidos na oficina de mapeamento, o levantamento de diligências envolvendo o *B. catarinensis* realizadas por fiscais da SEMA de Imbituba desde 2015 aponta para o problema das queimadas em área de butiazal, predominantemente na área dos Areais da Ribanceira (Quadro 7). Ressalta-se que o número de diligências realizadas não corresponde ao total de queimadas observadas anualmente na área de butiazal.

**Quadro 7** - Diligências de fiscalização da Secretaria de Meio Ambiente de Imbituba envolvendo a espécie *Butia catarinensis* no período de 2015 a 2022

Motivo da diligência	Local	Data
Queimada	Vila Nova Alvorada e Vila Esperança (Arais da Ribanceira / Praia D'água)	06/2017
Queimada	Vila Nova Alvorada e Vila Esperança (Arais da Ribanceira / Praia D'água)	09/2017
Queimada	Vila Esperança (Arais da Ribanceira)	11/2017

<sup>13</sup> “O Programa Nacional do Alcool ou *Proálcool* foi criado em 14 de novembro de 1975 pelo decreto nº 76.593, com o objetivo de estimular a produção do álcool, visando o atendimento das necessidades do mercado interno e externo e da política de combustíveis automotivos.” Fonte: <https://www.biodieselbr.com/proalcool/proalcool/programa-etanol> . Acesso em 13 set 2023.

Queimada	Vila Esperança (Areais da Ribanceira)	09/2019
Supressão de vegetação Queimada	Morro do Mirim	06/2020
Supressão de vegetação	Ibiraquera	03/2021

Fonte: SEMA Imbituba

Nos relatórios das diligências referentes às queimadas na área dos Areais da Ribanceira e Praia D'água, a fiscalização aponta para indícios de que as queimadas tenham sido provocadas intencionalmente, considerando que a área é objeto de interesses vinculados à especulação imobiliária, e sugerem que sejam abertos processos de inquérito policial para identificação dos responsáveis, uma vez que em nenhuma situação foi deflagrado flagrante de infratores. Reiteram ainda que tal área deveria ser objeto de criação de uma Unidade de Conservação Municipal, devido à sua relevância ambiental. A dimensão das queimadas e o impacto nos butiazais podem ser observadas na Figura 26.

A lacuna existente entre as denúncias, as diligências e a abertura de inquérito policial demonstram a falta de integração entre as instituições responsáveis pela efetivação das políticas ambientais. As diligências só são realizadas em casos de denúncia, sendo que muitas vezes a falta de pessoal e de recursos materiais, como veículos, câmeras fotográficas e até mesmo computadores, não possibilita o flagrante das ocorrências. Da mesma forma, ainda que a fiscalização sugira a abertura de inquérito policial, os mesmos não são abertos, novamente por falta de efetivo, o que demonstra o desinteresse do poder público nas questões relacionadas ao meio ambiente em detrimento de outras questões. Nenhuma menção é feita nos relatórios de diligências sobre a importância sociocultural e econômica dos butiazais para a população local.

**Figura 26** - Vista aérea de área de butiazal queimada no entorno da Paria D'água (2019); vista aérea de área de butiazal queimada nos Areais da Ribanceira (2019); queimada em butiazal no Morro do Mirim (2020)



Fonte: SEMA Imbituba



A frequência das queimadas na área do butiazal dos Areais da Ribanceira fez com que, em 2017, moradores da região criassem o movimento S.O.S. *Butia catarinensis*, promovendo diversas ações com objetivo de chamar a atenção para a necessidade de proteção específica para essa área, como caminhadas, abraço simbólico na área incendiada (Figura 27), exibição de produções audiovisuais sobre o tema (como o documentário gerado através do projeto de extensão “Caminhos do *Butia catarinensis*”, realizado pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) - Câmpus Garopaba<sup>14</sup>) e rodas de conversa. Alguns participantes do movimento informaram ter sofrido retaliações no ambiente de trabalho após participação nas manifestações.

**Figura 27** - Abraço simbólico em área de butiazal queimado nos Areais da Ribanceira (2017)



Fonte: Página do Movimento S.O.S. *Butia catarinensis* no Facebook<sup>15</sup>

Fogaça (2017), através de pesquisa de dinâmica populacional de *B. catarinensis*, indica que os butiazais, de modo geral, são resistentes ao fogo, tendo encontrado altas taxas de fecundidade e recrutamento de plântulas no período pós-fogo, o que pode ser uma das explicações para a existência de áreas mais adensadas da espécie, devido ao manejo tradicional no passado. Entretanto, a taxa de mortalidade também foi superior no período pós-fogo recente, o que sugere que a frequência de queimadas nos mesmos locais possa afetar negativamente a dinâmica populacional.

<sup>14</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=I8h13sSPs2I> . Acesso em 14 set. 2023.

<sup>15</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/sosbutiacatarinensis> . Acesso em 14 de setembro de 2023.

As queimadas criminosas não se configuram como uma ameaça *per se*, mas como tentativas de descaracterização da área para possibilitar a expansão imobiliária. Há ainda relatos de tentativas de criminalização dos próprios agricultores que fazem uso da área, como forma de legitimação da expropriação das terras tradicionalmente ocupadas. Além dos incêndios provocados nas áreas de butiazal, é frequente a prática de despejo de lixo nas margens da principal via de acesso à Acordi, sobre os quais, de tempos em tempos, é ateadado fogo (Figura 28). Diversas denúncias já foram realizadas pela comunidade junto à prefeitura, mas o problema persiste e ameaça diretamente os butiazais do entorno.

**Figura 28** - Depósito irregular de lixo com focos de incêndio na principal via de acesso à Acordi (Imbituba/SC) sob Área de butiazal



Fonte: Imagem da autora (2022)

### **3.2. Os butiazais nos instrumentos de planejamento territorial que incidem sobre o município de Imbituba**

O Estatuto da Cidade - Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – define o plano diretor como o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana (BRASIL, 2001). O município de Imbituba atende três dos cinco requisitos que tornam obrigatória a elaboração de plano diretor pelo estatuto da cidade: possuir mais de 20 mil habitantes; ser integrante de

áreas de especial interesse turístico e estar inserida na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.

O primeiro plano diretor do município de Imbituba, o PDDII, foi criado em 1972, anterior ao Estatuto da Cidade, devido aos interesses de regularização fundiária impostos pelas atividades portuárias e industriais. Em 2005 foi elaborado o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba (PDDSI), como resposta à obrigatoriedade advinda da publicação do Estatuto da Cidade, o qual está atualmente em vigência e em processo de revisão (IMBITUBA, 2005). Ainda que o estatuto da Cidade defina que o Plano Diretor deve ser revisado em intervalo máximo de dez anos, a revisão do PDDSI teve início apenas em 2019, contando com a realização de oficinas participativas em todas as regiões do município. Porém, este processo inicial foi estagnado, inicialmente pelas dificuldades enfrentadas ao longo da Pandemia de Covid-19 e posteriormente pelo Poder Público Municipal considerar a inexistência de pessoal efetivo para dar conta do processo. Sendo assim, em 2022 a prefeitura reiniciou o processo com a contratação de uma empresa terceirizada, a Fundação Unisul, para a elaboração da revisão.

Até o momento foram realizadas duas audiências públicas e uma oficina de participação comunitária em cada região do município. Na primeira audiência pública foi feita a apresentação da metodologia a ser utilizada e na segunda audiência pública, após as oficinas ditas de participação comunitária, foi apresentado o diagnóstico das informações levantadas durante as mesmas, acrescidas de dados levantados pela Fundação. Nas oficinas realizadas nas regiões, os participantes foram solicitados a apresentar “potencialidades” e “deficiências” observadas em cada região, sem espaço para propostas e debates. As próximas duas audiências públicas previstas irão tratar da exposição de diretrizes e propostas e das propostas de leis<sup>16</sup>. Ressalta-se que antes da revisão, diversas alterações foram feitas no zoneamento, sem a efetiva participação popular. A Figura 29 representa o atual mapa de zoneamento de regulação e uso do solo do PDDSI.

---

<sup>16</sup> Informações disponíveis em: <https://imbituba.sc.gov.br/estrutura/pagina-3397/pagina-48088/>, Acesso em 16 set 2023.



**Figura 29** - Mapa de zoneamento do Plano de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba – Plano regulador e de uso do solo



Fonte: Prefeitura Municipal de Imbituba<sup>17</sup>

<sup>17</sup> Disponível em: [https://imbituba.sc.gov.br/uploads/sites/292/2023/07/2491914\\_Mapa\\_11.pdf](https://imbituba.sc.gov.br/uploads/sites/292/2023/07/2491914_Mapa_11.pdf) . Acesso em 16 set 2023.



Destaca-se a inexistência de área rural no zoneamento do PDDSI, com apenas duas áreas, categorizadas como “zonas rururbanas”: ZR1 – localizada na porção noroeste do município e ZR2 - localizada em terreno alagado utilizado para o plantio de arroz. Em tais áreas são considerados usos compatíveis: habitação individual, hotelaria, comércio e abastecimento, escolas, cursos, bibliotecas e museus, culto, clubes, jogos e esportes, assistência geral e de urgência e veterinária. Agroindústrias e cooperativas rurais são consideradas formas de uso compatíveis apenas com a ZR1.

São consideradas no PDDSI áreas urbanas de proteção ambiental a Zona de Relevante Interesse Ecológico (ZRIE) e as Zonas de Proteção Ambiental (ZPA). Ainda que esteja prevista a ZRIE no texto da lei, tal zona não consta no mapa de zoneamento. Já as ZPAs tem a prerrogativa de permissão de parcelamento e construção de condomínio de edificações mediante “projeto especial”. Os usos compatíveis com cada ZPA, por região, estão elencados na Quadro 8.

**Quadro 8** - Usos compatíveis por região, mediante projeto especial, nas Zonas de Proteção Ambiental do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Município de Imbituba (PDDSI)

<b>Zona</b>	<b>Descrição</b>	<b>Usos Compatíveis</b>
ZPA1	Morros	Região I, II e IV - Hotelaria, comércio de apoio, cultura e lazer com exceção de danceteria. Sobreposta à Zona Rururbana - Hotelaria / Comércio abastecimento / Cinemas e teatros.
ZPA2	Dunas	Região I - Clubes / Jogos e esportes Região II - Hotelaria, comércio de apoio, cultura e lazer com exceção de danceteria. Região III – Hotelaria, comércio de apoio, cultura e lazer com exceção de danceteria.
ZPA 3	Costas de lagoas e banhados	Região III - Culto / Clubes / Jogos e esportes / Marinas e Atracadouros. Região IV - Trilhas de interpretação e acesso. - Instalação de instrumentos científicos e custódia. - Sanitários.
ZPA 4	Praias	Região I e IV - Trilhas de interpretação e acesso. - Instalação de instrumentos científicos e custódia - Sanitários.
ZPA 5	Sambaquis	Região I - Trilhas de interpretação e acessos. Ecomuseus.
ZPA 6	Proto dunas - Parque Temático	Região I - Culto / Cinemas e Teatros / Clubes / Jogos e Esportes / Escolas, Museus, Cursos e Biblioteca.

Fonte: Elaborado pela autora com base nas fichas particularizadas do Plano Regulador e de Uso do Solo do PDDSI da Lei complementar n.º 5.342 de 13 de setembro de 2022<sup>18</sup>

Com relação aos butiazais, ainda que pequenos fragmentos estejam dispersos por todo o município, de acordo com o mapeamento realizado pela Embrapa os remanescentes mais

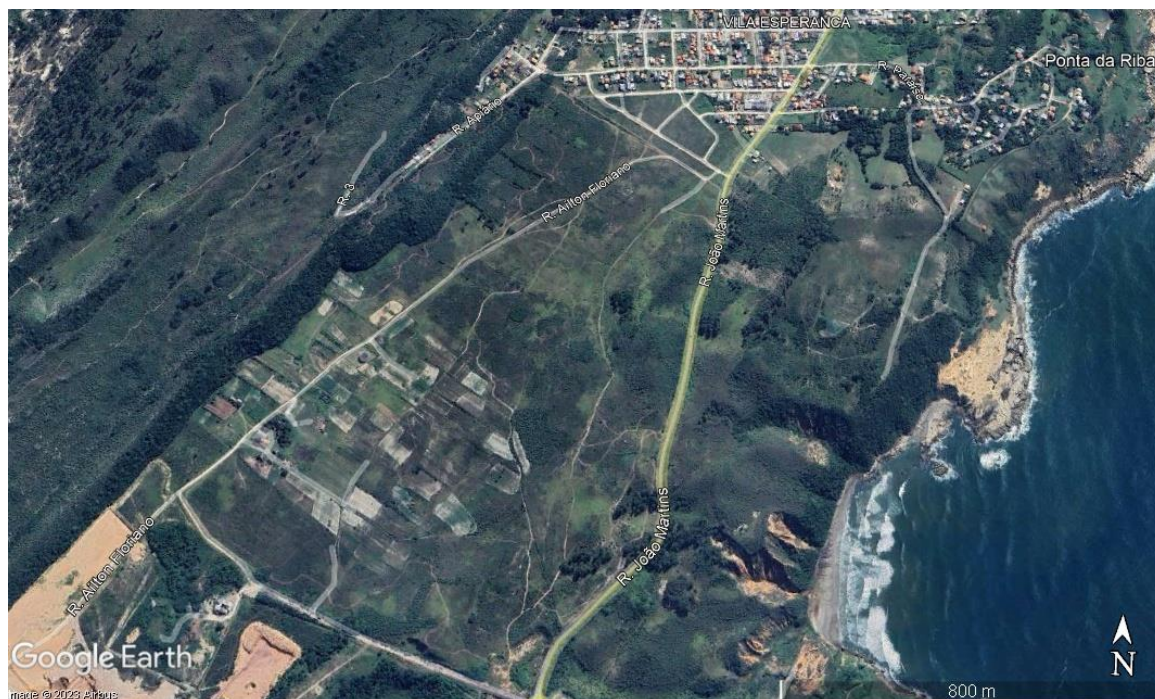
<sup>18</sup> Disponível em:

[https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/arquivosbd/atos/2022/09/1663104560\\_lei\\_complementar\\_n.5.342\\_de\\_13\\_de\\_setembro\\_de\\_2022\\_extrato.pdf](https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/arquivosbd/atos/2022/09/1663104560_lei_complementar_n.5.342_de_13_de_setembro_de_2022_extrato.pdf) . Acesso em 17 set 2023.

expressivos estão localizados no Bairro Sambaqui e nos Areais da Ribanceira (COSTA *et al*, 2022). A área de butiazal do Bairro Sambaqui está localizada entre as áreas previstas no plano diretor como Zona Residencial Uni e Plurifamiliar (ZRUP2) e Zona Industrial (ZI3). A ZRUP2 tem como usos compatíveis: habitação individual, habitação coletiva, hotelaria, comércio de varejo, escritório e consultório, comércio de abastecimento, escolas, bibliotecas, museus, culto, clubes, assistência geral e de urgência e veterinária, com previsão de lote mínimo de 450m<sup>2</sup>. Já a ZI3 apresenta usos compatíveis para: habitação individual, estação de serviços, oficinas, indústrias, armazém de cargas portuárias e armazéns gerais, com área mínima do lote de 5.000 m<sup>2</sup>. Como pode ser observado na Figura X, houve grande supressão de butiazais na área destinada à ZI3, principalmente depois de 2010, para expansão de atividades industriais (Quadro 6).

A área do maior fragmento de butiazal e em melhor estado de conservação do município, localizada nos Areais da Ribanceira e Praia D'água, encontra-se parcialmente protegida como ZPA1 e ZPA2, ainda que sejam considerados usos compatíveis via projetos especiais, como exposto na Quadro 8. Tal área é cortada pela Rodovia João Martins, que liga a área Central ao Bairro Vila Esperança (Figura 30), cujo entorno caracteriza-se no PDDSI como Zona Residencial Uni e Plurifamiliar (ZRUP7), com usos compatíveis para habitação individual, comércio de abastecimento, comércio de varejo, clubes, jogos e esportes. A área é ainda cercada pelas Zonas Industriais ZI1, ZI2 e ZI4, sendo que os usos compatíveis para ZI1 e ZI2 são: oficinas, indústrias, armazém de cargas portuárias e armazéns gerais e para a ZI4: oficinas, indústrias, armazém de cargas portuárias e comércio. Destaca-se ainda que a área utilizada para a prática de agricultura e onde se localiza o barracão da Acordi está parcialmente inserida em área caracterizada como Zona de Uso Especial (ZUE2), cujo uso compatível descrito é exclusivamente para tratamento de resíduos líquidos, e interligada à ZRUP7.

**Figura 30** - Detalhe da área de fragmento de butiazal entre os Areais da Ribanceira e Praia D'água entrecortada pela Rodovia João Martins (Imbituba – SC)



Fonte: Google Earth (2023)

Há ainda pequenos fragmentos de remanescentes de butiazal com média a alta densidade populacional localizados no Bairro Paes Leme, no entorno da Lagoa do Paes Leme, que estão caracterizados como Zona de Parque Urbano (ZPU), sem usos compatíveis. Já na planície arenosa dos Bairros Ibiraquera e Araçatuba, onde se encontram diversos fragmentos de butiazal caracterizados por Costa *et al.* (2022) no mapa da Embrapa como localidades com a presença de butiazaís com baixa e média densidade populacional com algum grau de interferência antrópica, não há no PDDSI nenhuma área considerada como ZPA, com exceção da ZPA3, característica de costas de lagoas e banhados.

Outro instrumento importante para a conservação dos butiazaís é o Plano da Mata Atlântica (PMA), obrigatório para os municípios pertencentes a Bioma pelo Decreto nº 6.660, de 21 de novembro de 2008 (BRASIL, 2008). O município de Imbituba iniciou os trabalhos para a elaboração do PMA em 2018, com a instituição de uma comissão e início das atividades de diagnóstico, porém o plano ainda não foi finalizado até a presente data.

Parte do município de Imbituba está inserida na APA da Baleia Franca (APABF), cujo plano de manejo, construído de forma participativa com todos os setores da sociedade, está em vigência desde 2018 (MMA; ICMBio, 2018). O plano de manejo da APABF é o primeiro e único instrumento de planejamento que fala explicitamente da presença e necessidade de

conservação dos butiazais no município, enfatizando sua importância econômica, cultural e ecológica e sua relação com a sociodiversidade.

Quanto à conservação dos butiazais, o zoneamento do plano de manejo da APABF (Figuras 31 e 32), considera a área dos Areais da Ribanceira que estão inseridas em seu território como Zona de Uso Restrito (ZURE), cujo objetivo consiste em garantir a “manutenção de um ambiente natural com baixa intervenção antrópica, alinhando o uso consciente com a conservação dos recursos, de modo a manter os processos ecológicos e a biodiversidade da região” (ICMBIO, 2018, p.26).

Os usos permitidos para a ZURE no plano diretor da APABF diferem qualitativamente dos usos permissíveis previstos no PDDSI para a ZPA2 na região 3, onde se localiza os Areais da Ribanceira, considerando a presença e o uso da área pela comunidade local, descritos da seguinte maneira:

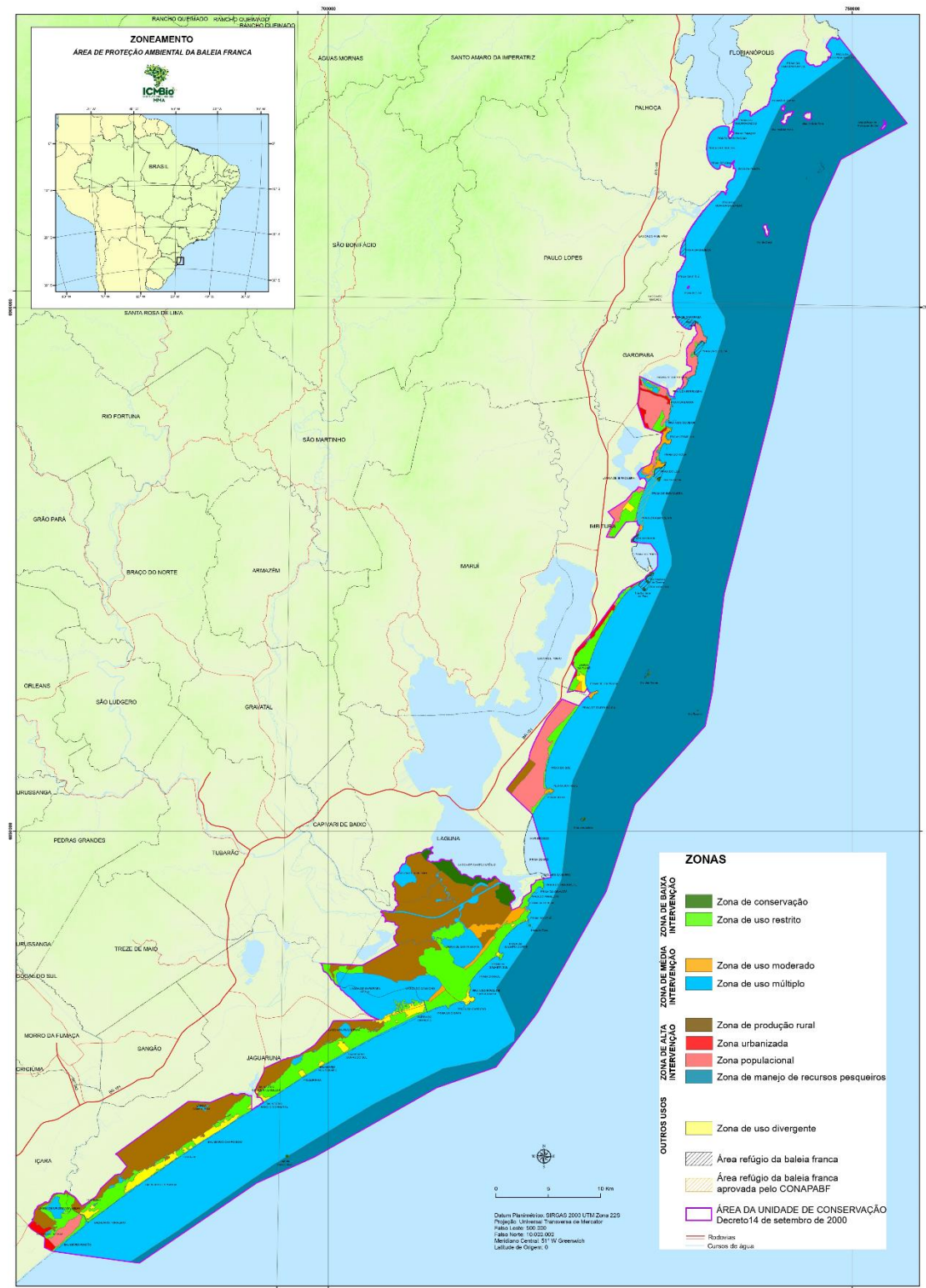
Uso eventual de recursos naturais; extrativismo sustentável; presença de moradores isolados e roças de subsistência; atividades educativas, de proteção, pesquisa e monitoramento ambiental; visitação de baixo grau de intervenção com instalações mínimas, preferencialmente, já existente; infraestruturas temporárias de apoio ao turismo e esportes, respeitando-se as normativas específicas da Secretaria do Patrimônio da União (SPU); manejo agroflorestal sustentável de butiazais (MMA; ICMBIO, 2018, p.26).

Ainda nas normas descritas para a ZURE, o manejo agroflorestal sustentável dos butiazais é permitido, desde que não descaracterize a forma e a função ambiental de tais áreas. Dentro das ações estratégicas para os programas de gestão elencados no plano de manejo da APABF, a busca por identificação e designação de áreas da União na APABF para projetos de restauração ecológica (ex. dunas frontais, butiazais e áreas úmidas) é designada como prioridade média, considerando que a definição dos níveis de prioridade teve como critérios o nível de urgência, a capacidade operacional do ICMBio e a hierarquia de ocorrência de cada ação, em função da ordem de acontecimento/relacionamento entre as atividades listadas.

A área definida no plano de manejo da APABF como Zona de Uso Divergente (ZUD) nos Areais da Ribanceira refere-se a uma área de extração de areia e beneficiamento da Ravlen Indústria e Comércio de Quartzo LTDA, nas dunas da Ribanceira. Tal área está fora da área definida como butiazal. A ZUD é estabelecida no plano de manejo como área “onde a ocupação humana e seus usos encontram-se incompatíveis com a legislação ambiental e há processos administrativos e judiciais em curso, questionando a legitimidade das ocupações” (MMA; ICMBIO, 2018, p.74).

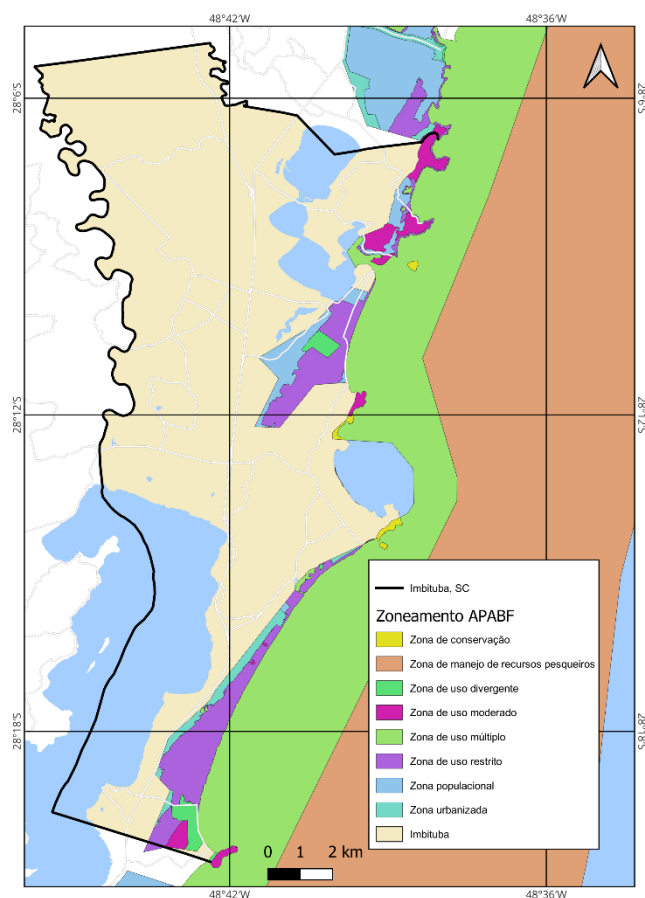


**Figura 31 - Mapa de zoneamento do plano de manejo da área de Proteção Ambiental da Baleia Franca**



Fonte: MMA; ICMBIO (2018)

**Figura 32** - Detalhe do zoneamento do plano de manejo da área de Proteção Ambiental da Baleia Franca no município de Imbituba (SC)

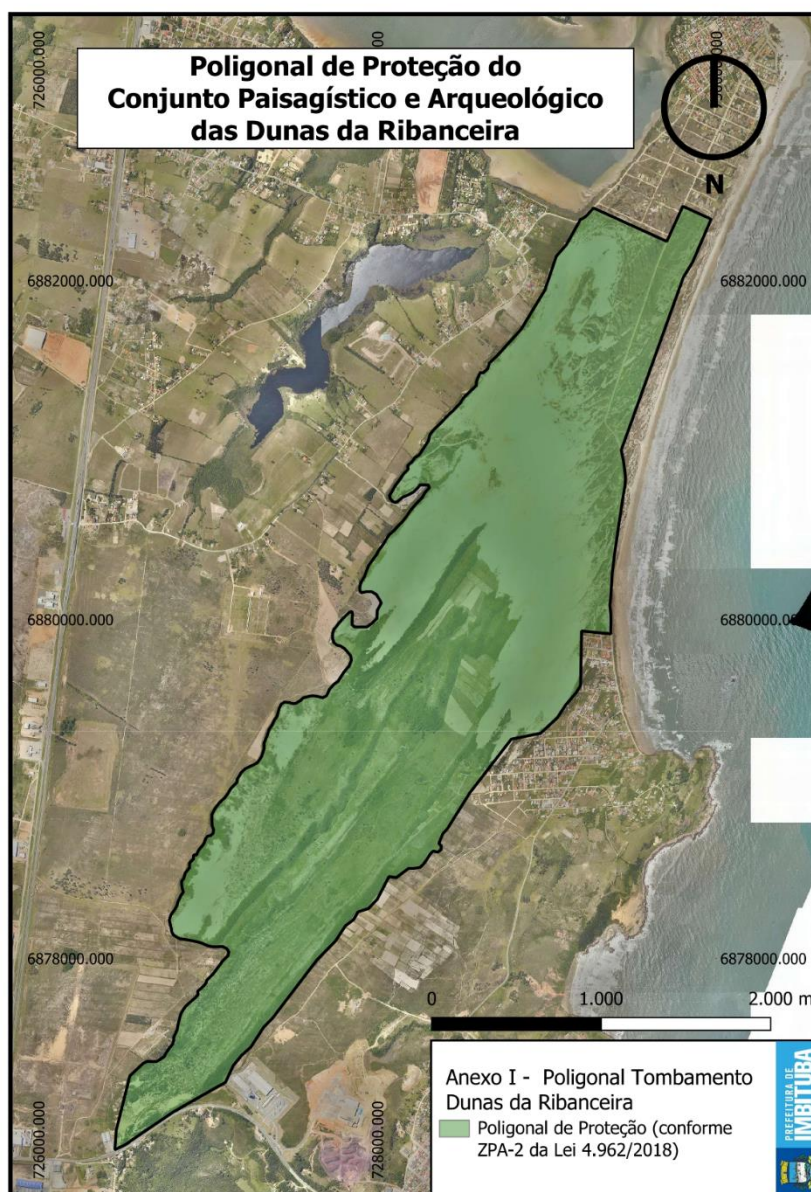


Fonte: MMA; ICMBio (2018)

Devido à movimentação comunitária contrária ao estabelecimento da área de mineração nas dunas dos Areais da Ribanceira, foi protocolado em 2015, junto ao Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC) de Imbituba, um requerimento de tombamento das dunas da Ribanceira, e em 2016 foi instaurado oficialmente, através da Resolução CMPC/IMB nº 05, de 10 de outubro de 2016<sup>19</sup>, o processo de tombamento. A minuta da Resolução de Tombamento do Conjunto Paisagístico e Arqueológico das Dunas da Ribanceira está em elaboração junto ao CMPC, para possível publicação ainda em 2023, sendo a área definida para a mesma inserida na área definida pelo PDDSI como ZPA1 (Figura 33).

<sup>19</sup> Disponível em: <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/atos/1084467> . Acesso em 20 Set 2023.

**Figura 33** - Área proposta para tombamento do Conjunto Paisagístico e Arqueológico das Dunas da Ribanceira



Fonte: Conselho Municipal de Política Cultural de Imbituba

### 3.3. Desafios à conservação e uso dos butiazais em Imbituba

De acordo com a legislação ambiental, a proteção aos butiazais estaria garantida por estes fazerem parte do ecossistema de restinga arbustiva primária ou em estágio avançado de regeneração, considerada APP pelo Código Florestal e protegida pela Lei da Mata Atlântica. Em ambos os dispositivos há previsão de supressão de tais áreas protegidas em caso de utilidade pública, porém na Lei da Mata Atlântica a presença de espécies ameaçadas de extinção torna

vedada a supressão. Por outro lado, a localização das áreas de restinga em perímetro urbano torna possível sua supressão em 50%, quando em estágio avançado de regeneração, pela Lei da Mata Atlântica e, ainda que a presença do *B. catarinensis* na lista de espécies ameaçadas de extinção do estado de Santa Catarina torne, a princípio, tais áreas protegidas, a possibilidade de transplante para outras áreas e a falta de legislação municipal específica sobre o tema, podem fragilizar a proteção legal dos butiazais.

Há consenso entre todos os entrevistados desta pesquisa da necessidade de conservação da espécie. Entre as formas de proteção elencadas estão a criação de leis municipais específicas, maior fiscalização e a criação de áreas protegidas englobando os butiazais. Nesse último ponto, destaca-se que a única Unidade de Conservação (UC) que abrange parte do município é a APABF, englobando apenas uma fração do butiazal dos Areais da Ribanceira e pequenos fragmentos de butiazal em outras porções do município próximas à linha de costa.

Em relação à criação de novas UCs, há de se levar em conta as categorias de UCs definidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação - lei no 9.985, de 18 de julho de 2000 (BRASIL, 2000). O grupo das UCs de proteção integral, que engloba as categorias Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Estadual e Municipal, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre, são mais restritivas e podem acarretar riscos para sua utilização direta pela comunidade local. Dowie (2006) chama a atenção para a existência de “refugiados da conservação”, ou seja, grupos sociais que foram expulsos de seus territórios em nome do estabelecimento de áreas protegidas, sob um modelo mundialmente difundido de preservação ambiental que exclui a presença humana. Para Bensussan (2014), a lógica de criação de UCs de proteção integral, levando em consideração apenas a preservação ambiental e sem preocupação com a dinâmica social dos grupos sociais afetados, segue um modelo perverso e potencialmente gerador de desigualdades sociais, uma vez que segue a lógica da necessidade de proteger áreas naturais, garantindo a manutenção dos serviços ecossistêmicos e a conservação de áreas para usufruto como lazer principalmente para habitantes dos grandes centros urbanos, em detrimento dos povos e comunidades tradicionais afetados, que perdem parte do seu território e de seus meios de produção e reprodução social.

Já as UCs do grupo de Desenvolvimento Sustentável, que incluem as seguintes categorias: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural, tem como objetivo a compatibilização entre a conservação e o uso sustentável de parte de seus recursos naturais e, com exceção da última



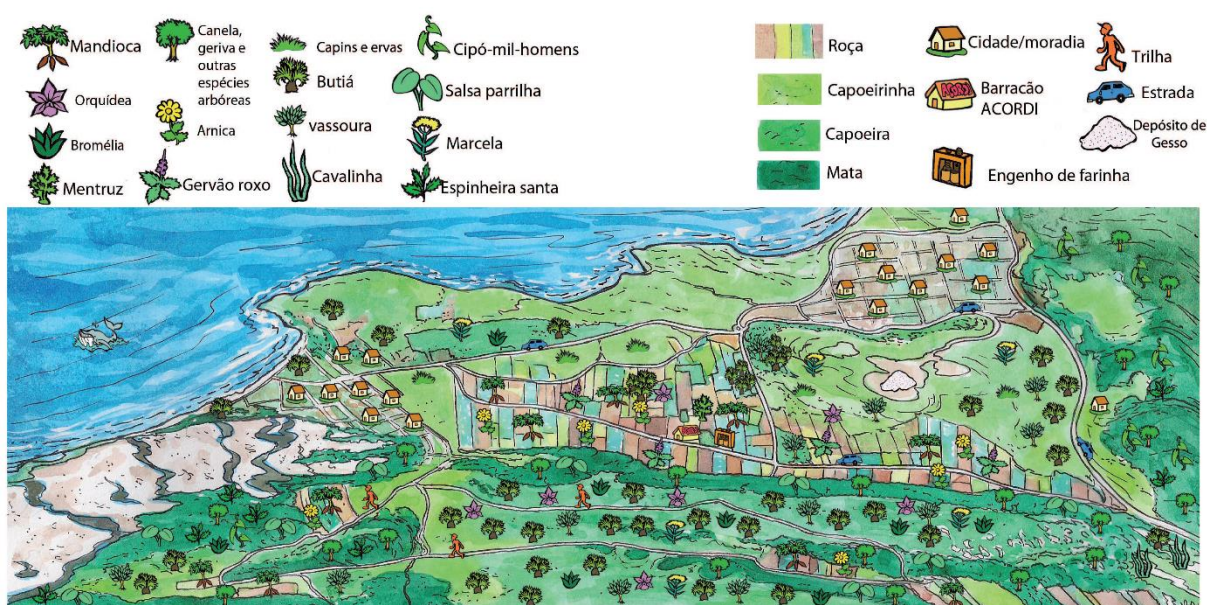
cujos critérios de utilização são definidos pelos proprietários, garantem a participação e o protagonismo das comunidades locais na definição de seus planos de manejo e normas de uso.

No município de Imbituba foram criadas duas iniciativas de criação de UCs de Desenvolvimento Sustentável: A Reserva Extrativista (Resex) da Pesca Artesanal de Imbituba e Garopaba e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) dos Areais da Ribanceira. A proposta da Resex da Pesca Artesanal de Imbituba e Garopaba partiu do Fórum da Agenda 21 Local da Lagoa de Ibiraquera, instituído em 2002 através de uma parceria entre a comunidade local, principalmente vis CCI e Aspeci, e o Núcleo de Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Catarina (ADRIANO, 2011). De acordo com Vivacqua (2018), a proposta da Resex foi firmada em 2005, tendo como objetivo garantir os direitos dos pescadores artesanais da região, sendo o território pleiteado, a princípio, a lâmina d'água e as áreas de marinha localizadas na área costeira entre as Lagoas de Garopaba, no município de Garopaba, e a Lagoa de Ibiraquera, no município de Imbituba. A proposta da Resex suscitou fortes conflitos envolvendo seus proponentes, a comunidade local e empresários da região, cujo principal interesse constava em não perder o domínio sobre as propriedades privadas. Sendo assim, a proposta final enviada à Brasília retirou as terras de marinha, mantendo apenas a lâmina d'água. Ainda que não tenha sido decretada a Resex, a proposta segue vigente junto ao MMA. Ainda que a Resex da Pesca Artesanal de Imbituba e Garopaba não abranja diretamente as áreas de butiazal, os conflitos decorrentes da proposta de uma UC de uso sustentável que garanta a autonomia da comunidade local na tomada de decisões ilustram as dificuldades da implantação de tais instrumentos na gestão territorial.

A proposta da RDS dos Areais da Ribanceira foi enviada em 2005 como requerimento junto ao MMA pela Acordi, que viu nessa categoria de UC uma possibilidade de garantia ao usufruto das terras tradicionalmente ocupadas para a prática da agricultura e livre acesso aos seus recursos naturais, em decorrência das iniciativas de expropriação das mesmas resultantes da privatização de áreas anteriormente desapropriadas pela Codisc (MOMBELLI, 2013; OLIVEIRA, 2020). De acordo com Mombelli (2013, p.235), tal momento caracterizou-se como “um processo perverso que transforma terras de uso comum em terras estatais e, posteriormente, em terras privadas”. Em 2006 foi aberto processo junto ao MMA/IBAMA para início das tratativas para criação da RDS, sendo desenvolvidos entre 2006 e 2008 estudos parciais, vistorias técnicas, atividades e reuniões para a discussão da criação de UC, porém, com a transição da responsabilidade da criação de Unidades de Conservação do IBAMA para o ICMBio, o processo foi paralisado (MOMBELLI, 2013).

A partir de 2008 o Laboratório de Ecologia Humana e Etnobotânica (ECOHE) da Universidade Federal de Santa Catarina iniciou uma série de pesquisas na região, demonstrando a importância das formas de manejo da comunidade local para a manutenção da agrobiodiversidade e da sociobiodiversidade nos Areais da Ribanceira, considerando a criação da RDS como uma prática inovadora no sul do Brasil que possibilitaria conciliar o empoderamento da comunidade local e a reprodução de suas práticas de manejo para a conservação da biodiversidade (ZANK *et al.*, 2012; HANAZAKI *et al.*, 2012). A Figura 34 ilustra um esquema da região, destacando os principais recursos da flora utilizados pela comunidade. Destaca-se na imagem que a área, no canto direito, onde localizavam-se depósitos de gesso, atualmente é ocupada pelas empresas Votorantim e Sulgesso.

**Figura 34** - Representação esquemática da região dos Areais da Ribanceira de Imbituba, Santa Catarina, com destaque para os principais recursos vegetais nas diferentes paisagens da área (arte: Hatsu C. Rio Apa)



Fonte: Hanazaki *et al.* (2012)

Além da proposta da RDS, em 2018 a Acordi também entrou com processo de regularização fundiária junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) com objetivo de identificação de imóvel rural para fins de reforma agrária, existindo três processos abertos nesse âmbito (MOMBELLI, 2013). Fica claro o interesse e a mobilização da comunidade local, via Acordi, na manutenção do território tradicionalmente ocupado, com impacto direto na conservação do butiazal.

Em relação aos dois maiores fragmentos de butiazal do município, nos Areais da Ribanceira há mobilização comunitária para a sua conservação e o mesmo está localizado em área caracterizada como ZPA no PDDSI, mesmo com as fragilidades apontadas anteriormente, e no processo de tombamento do Conjunto Paisagístico e Arqueológico das Dunas da Ribanceira, enquanto não há qualquer mobilização ou planejamento para proteção do butiazal localizado no Bairro Sambaqui. Entre os fragmentos menores, somente os localizados no entorno da Lagoa do Paes Leme, caracterizada no PDDSI como ZPU, possuem algum grau de proteção específica.

O extrativismo de frutos e folhas é permitido tanto em APP, pelo Código Florestal, como nas áreas protegidas pela Lei da Mata Atlântica. Mas, uma vez que não há regulamentação específica, tais atividades ainda acontecem na informalidade. Werner-Martins e Freitas (2023) ressaltam que a falta de um sistema de organização na cadeia produtiva do butiá pode levar à precarização das relações de trabalho e contribuir com a vulnerabilidade social dos envolvidos. O aumento da demanda também pode ocasionar maior esforço de coleta, o que pode resultar em danos para a dinâmica populacional da espécie. Em relação à governança dos butiazais como sistemas socioecológicos, Werner-Martins e Freitas (2023) apontam que as ações dos atores sociais e instituições locais envolvendo os temas de uso e acesso ao recurso são pontuais e fragmentadas.

Como forma de valorização e reconhecimento institucional das práticas relacionadas ao cultivo de produtos a partir de sistemas agroflorestais e ao manejo de produtos da sociobiodiversidade, a SEMA do estado do Rio Grande do Sul implementou em 2013 a Certificação Agroflorestal e de Extrativismo Sustentável, conferindo segurança jurídica ao produtor ou extrativista, além de assistência técnica provida pelo órgão ambiental (URRUTH *et al.*, 2022). De acordo com Sosinski Jr *et al.* (2022), entre os anos de 2016 e 2021 a SEMA emitiu 25 Certificados de Extrativismo Sustentável para as espécies *Butia yatay*, *Butia odorata* e *Butia catarinensis*, ressaltando a importância da difusão de informações sobre a possibilidade de certificação durante os eventos realizados em todo o estado pela Rota dos Butiazais. Ainda de acordo com os autores, o Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Sistemas Lacustres e Lagunares do Sul do Brasil (PAN Lagoas do Sul), e o Plano de Ação para a conservação de espécies ameaçadas de extinção do Planalto Sul (PAT Planalto Sul) formalizaram a demanda junto ao Instituto do Meio Ambiente (IMA) de Santa Catarina para a elaboração de procedimento análogo no estado.

Em 2023, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE) do Rio Grande do Sul registrou, através da portaria 72/2023 de 18 de agosto de 2023 o Modo de Fazer

Artesanato com Palha de Butiá na região de Torres como patrimônio imaterial do estado do RS<sup>20</sup>. Assim como no litoral de SC, a espécie de butiá presente na região é o *B. catarinensis*. Tal registro é resultado da abertura de processo de reconhecimento pelo Instituto Curicaca através de uma proposta técnica apresentada ao IPHAE pela entidade em 2003. Em 2022, foi também instituído o Dia Estadual do Butiá no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, a ser comemorado, anualmente, no dia 13 de março (RIO GRANDE DO SUL, 2022).

Considerando a importância histórica, social, econômica e ecológica dos butiazais e suas ameaças, torna-se imprescindível o estabelecimento de articulações sociais e interinstitucionais para a criação de instrumentos de valorização e proteção dos butiazais e das práticas associadas às formas tradicionais de manejo e utilização destes ecossistemas no estado de SC, assim como sua inserção nos instrumentos de planejamento territorial.

---

<sup>20</sup> Disponível em: <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=79000> . Acesso em 20 set 2023)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da pergunta inicial da tese: “quais fatores históricos interferiram para a definição da distribuição dos butiazais na paisagem atual no município de Imbituba (SC) e quais potenciais, ameaças e conflitos para sua manutenção no território e garantia de acesso como produto da sociobiodiversidade?”, dentro de um contexto mais amplo, considerando os butiazais como exemplos de paisagens diferenciadas, com importância ecológica, social e econômica e ameaçadas pela dinâmica territorial, podemos concluir que a paisagem, moldada ao longo do tempo no processo de formação socioespacial, é dotada de significados. Mas, mais do que isso, a paisagem como parte do território é local de interação, fruto de escolhas, seja no manejo de seus elementos ou em sua total transformação. Dotada também de valor, é fonte de interesses que, quando sobrepostos, geram conflitos.

Inserindo o local em sua relação com a totalidade, através da descrição e análise da formação socioespacial, permite uma ampliação da abordagem considerando os fenômenos locais como reflexo da dinâmica do panorama nacional, por sua vez inserido no panorama global. A totalidade se impõe ao lugar de forma antagônica ainda nos instrumentos de planejamento movidos pelo Estado, como pode ser visto no PDDI e na ação da CODISC na década de 1970, que considera os interesses portuários e industriais em detrimento da ocupação prévia e dos modos de vida da comunidade local, causando a desapropriação de áreas historicamente utilizadas para a prática da agricultura e manejo de produtos da sociobiodiversidade. As verticalidades se impõem às horizontalidades como vetores de modernização de forma entrópica, uma vez que desconsideram a dinâmica local e agem a partir da lógica hegemônica naquilo que Milton Santos (2014b, p.142) denomina como “democracia de mercado”.

A complementaridade proposta aqui entre a formação socioespacial e a ecologia histórica insere na análise das horizontalidades as relações da comunidade local com o meio natural através das formas de utilização e manejo dos ecossistemas, indo além das normas, formas e relações entre as pessoas, a economia e a política. Ao tratar das discussões sobre conservação da sociobiodiversidade, a complementaridade teórica proposta possibilita identificar as forças internas (horizontais) e externas (verticais) que incidem sobre o território e os sujeitos envolvidos nas inter-relações com o ambiente através de suas práticas culturais sob uma perspectiva multiescalar.

As verticalidades incidem no território ainda antes da chegada dos açorianos, sendo o primeiro processo de desterritorialização causado pela expulsão dos povos Guarani, que

mantinham relações, e provavelmente possuíam as suas formas específicas de manejo dos butiazais, enquanto estes ainda ocupavam vastas extensões, como relatado nos documentos históricos aqui levantados. Com a chegada dos açorianos, novas relações passaram a ser estabelecidas com o uso do território para as práticas de agricultura e pesca, ainda que na relação dialética entre verticalidades e horizontalidades tais práticas tenham se apropriado de elementos das práticas anteriores, como na produção da farinha de mandioca, produção de canoas, entre outras, mesclando-se posteriormente com as atividades relacionadas à implantação da armação baleeira e o comércio de seus produtos.

A partir da territorialização baseada nas atividades de agricultura e pesca surge a territorialidade específica da comunidade local, presente até a atualidade, cujas estratégias de uso do território envolvem a relação direta com o mar, as lagoas, o solo e a mata. Ainda que em um primeiro momento a agricultura tenha sido a causa da fragmentação de partes dos butiazais, sua presença e importância é marcada no modo de vida da comunidade local, desde a coleta da palha para produção de chapéu e geração de renda principalmente para mulheres, até o comércio da palha para produção de crina vegetal, que garantiu a manutenção de fragmentos maiores em meio às roças. Atualmente, a coleta de frutos para produção de polpa e de palha para confecção de artesanato surgem como alternativas na continuidade das relações da comunidade local com os butiazais, como formas de geração de renda.

Assim como a comunidade local de Imbituba, cuja territorialidade específica relaciona-se com a presença e uso dos butiazais, outras territorialidades específicas possuem relações com outras espécies de palmeiras, como descrito no capítulo 2, uma vez que tal grupo de plantas oferece uma série de recursos. Em comum com essas outras territorialidades, observa-se a luta pela terra e pelo acesso aos recursos, em processo de iminente possibilidade de desterritorialização por interesses do Capital. Além da conservação das áreas, a manutenção de espaços de livre acesso é fundamental para manter a dinâmica de reprodução das práticas associadas à sociobiodiversidade.

Outros vetores de fragmentação dos butiazais foram as atividades portuárias e urbano-industriais iniciadas no final do século XIX, e a consequente abertura de estradas e vias de acesso à região central de Imbituba. A grande área de butiazal da porção noroeste do município, relatada por Saint Hilaire e Avé-Lallement em meados do século XIX, atualmente é cortada pela BR-101 e em suas margens, onde até recentemente se observavam fragmentos de butiazais, foram em grande parte tomadas por galpões industriais. De forma distinta das roças, tal ocupação fixa transforma completamente a paisagem, impossibilitando a resiliência do ecossistema. Já na porção norte do município, principalmente no Bairro Ibiraquera e entorno, a

chegada do turismo e ocupação imobiliária representou mais um vetor de fragmentação dos butiazaís que foram mantidos por sua importância para colheita de palha para produção de crina vegetal. Novamente a abertura de vias de acesso e a urbanização, acelerada na última década, transformam os ecossistemas de forma irreversível.

Fica claro que os mesmos vetores de fragmentação e destruição dos ecossistemas de butiazal são também ameaça ao modo de vida da comunidade local. Ainda que a multiterritorialidade proposta por Haesbaert (2010), na dinâmica de desterritorialização e reterritorialização seja observada nas adaptações da comunidade local à nova dinâmica do território, a nova ocupação do espaço vai tornando suas práticas históricas inviáveis, seja pela destituição das terras ou pela sua desvalorização no novo contexto. Engenhos de farinha tentam continuar existindo, resistindo em uma proposta que tenta manter vivas as práticas comunitárias. Mas o espaço de roça vai se tornando cada vez mais escasso frente à expansão imobiliária e, em muitos casos, a mandioca para a produção da farinha é comprada de outras localidades. A valorização da terra, cada vez mais cobiçada, somada à alta dos valores do Imposto Territorial Urbano (IPTU) do município, configuram-se como desafios à continuidade das atividades agrícolas e da manutenção de áreas naturais em terrenos particulares, tornando mais rentável a venda das terras ou a construção de imóveis para aluguel na temporada, ocupando o maior espaço possível dentro dos lotes para abrigar o maior número de unidades habitacionais no espaço disponível, aumentando assim os lucros desta forma de ocupação.

Sendo assim, podemos destacar que os vetores de fragmentação dos butiazaís levantados, ou seja, a ocupação urbano-industrial nos arredores da área central e nas margens da BR-101 e a expansão imobiliária advinda do mercado turístico na porção norte do município, são também vetores de desterritorialização da comunidade local que, como exposto por Zhouri (2010) é forçada a um processo de reterritorialização que leva a uma transformação profunda de seus modos de vida. Junto com os vetores enunciados até aqui, o aumento da população também atrai investimentos nos setores de comércio e serviços, com a implantação de grandes redes de supermercados e outras atividades comerciais que passam a ocupar espaços cada vez maiores.

Nesta dinâmica de transformação do espaço e desterritorialização da comunidade local, surgem os conflitos ambientais, que incluem na região as construções em áreas sensíveis, principalmente na beira das praias e lagoas e em áreas de banhado, a manutenção de caminhos tradicionais e vias de acesso utilizadas pela comunidade, a falta de saneamento básico que compromete a qualidade das águas, a implantação de loteamentos em áreas de importância paisagística e a conservação e acesso aos recursos naturais, como os butiazaís, foco desta tese.

Enquanto nos Areais da Ribanceira o conflito se dá de forma pontual, na reivindicação das terras onde está presente o maior butiazal contínuo da região, protagonizada pela Acordi, no bairro Ibiraquera e arredores o conflito é difuso. Neste segundo caso, não há uma luta específica pela posse das terras, e os principais movimentos de resistência da comunidade local, representados pelo CCI e Aspeci, buscam a garantia de direitos e a manutenção do equilíbrio ecológico da região através dos instrumentos legais e de planejamento territorial.

Novamente, de acordo com Zhouri (2010), os conflitos ambientais têm início ainda na fase de planejamento territorial. Como descrito por Costa (2016), o modelo de desenvolvimento adotado por Imbituba a partir de sua inserção no complexo carbonífero se deu de forma exógena à dinâmica local, fato que deu origem a implantação de forças antagônicas à comunidade local, assim como os primeiros empreendimentos turísticos, de propriedade de agentes externos. O discurso da “geração de empregos” segue sendo utilizado até a atualidade como justificativa para a implementação de grandes empreendimentos. Porém, tais empreendimentos, como parte do circuito superior da economia, definido por Milton Santos (2014b) como resultado direto da modernização, das novas tecnologia e dos sistemas de comunicação e controlado pelo poder industrial, geram um número limitado de empregos, muitos dos quais exigindo alto grau de qualificação e sob ameaça de desemprego pela implantação de novas tecnologias que substituem o trabalho humano e, restando aos menos qualificados do ponto de vista da indústria o sub-emprego e a dependência em relação aos detentores de capital quando destituídos de suas formas anteriores de reprodução social e econômica.

Já o circuito inferior da economia se forma a partir das interações locais, em circuitos econômicos de pequena escala, cuja geração de renda é basicamente voltada à sobrevivência, sem acúmulo de capital (SANTOS, 2014b). As atividades atuais de extrativismo de butiá encaixam-se no circuito inferior. O choque entre os circuitos, embora sejam complementares, se materializa no espaço quando se sobrepõem no uso do território e, quando envolvem o acesso a recursos naturais, deflagram os conflitos ambientais. Tais conflitos podem se dar a partir de forças antagônicas que tem como objetivo a ocupação de áreas para utilização do espaço gerando a desconfiguração total dos ecossistemas, como também por interesses escusos na apropriação de áreas sob o discurso da conservação ambiental, amplamente difundido e valorizado na atualidade, dissimulando assim, através da justificativa de proteção ao meio ambiente, a expropriação de áreas importantes para a manutenção das atividades e modos de vida da comunidade local.

Em relação aos atuais instrumentos de planejamento territorial incidentes sobre o município de Imbituba, fica clara a desconsideração em relação à comunidade local e à própria



história recente no principal documento norteador da ocupação elaborado pelo município, ou seja, o PDDSI de 2005 (Figura 29), que não prevê a existência de áreas rurais, prevalecendo no planejamento os interesses da expansão urbano-industrial. O mesmo documento também não garante a integridade dos butiazais, uma vez que mantém usos permissíveis na ZPA dos Areas da Ribanceira e considera a área do bairro Sambaqui, onde se situa o segundo maior butiazal do município, como área urbana e industrial. Ainda que o Estatuto da Cidade exija que a elaboração dos planos diretores seja realizada de forma participativa, a dinâmica de elaboração do PDDSI e da revisão do mesmo não garante a efetiva participação na tomada de decisões, uma vez que a participação é meramente consultiva e as audiências públicas se dão em formato de apresentação de material pré-concebido, com pouco espaço para discussões e participação efetiva da sociedade. Mesmo que este fato se contradiga a outros dispositivos jurídicos, inclusive já acionados pela comunidade em questão, como a Convenção 169 da OIT, que visa garantir o direito à consulta livre, prévia e informada.

Já o plano de manejo da APABF é o único instrumento que cita a presença dos butiazais, considerando inclusive a importância dos mesmos para a comunidade local e suas práticas associadas. Não obstante, tal instrumento foi concebido e elaborado de forma participativa, tanto a partir de oficinas realizadas com os setores presentes na área quanto nas deliberações finais da proposta. Ainda assim, o zoneamento definido segue sendo foco de conflitos em âmbito municipal, principalmente nas áreas de interesse para especulação imobiliária.

A legislação ambiental federal, a princípio, já garantiria a preservação dos butiazais como remanescente de mata atlântica e APP de restinga, somando-se ao fato da classificação do *B. catarinensis* como ameaçado de extinção. Porém, a descaracterização de áreas, as fragilidades de fiscalização e a possibilidade de transplante de indivíduos são ameaças à integridade dos ecossistemas de butiazais. A ausência de uma lei de proteção à espécie no município que defina áreas de butiazal e crie regras para o transplante possibilita a descaracterização de tais ecossistemas através de transplantes maciços, como já realizado anteriormente.

Considerando a grande extensão dos butiazais na região noroeste do município descrita por viajantes no século XIX e os relatos mais recentes levantados através das entrevistas com representantes da comunidade local que confirmam a diminuição expressiva dos butiazais ao longo do tempo, estima-se que a área ocupada pelos mesmos atualmente corresponde a uma pequena fração do que havia anteriormente. Não é possível afirmar exatamente o quanto foi suprimido, mas as evidências demonstram que há menos de 50% da área original. Pesquisas em

genética de populações poderiam inferir as relações de parentesco entre os fragmentos presentes para estimar a distribuição original das populações contínuas de butiazal.

Por se tratar de uma espécie endêmica e em risco de extinção, com alto grau de supressão ao longo do tempo, os fragmentos restantes de butiazal merecem atenção especial, podendo ser considerados no município como áreas prioritárias para conservação. Porém, pela importância socioeconômica e cultural da espécie para a comunidade, as formas de conservação destas áreas devem prever possibilidades de acesso e manejo, sob gestão dos, ou compartilhada com os representantes da comunidade local. Unidades de conservação, como Resex e RDS, já propostas pela comunidade para as áreas dos Areais da Ribanceira e Ibiraquera, seriam possíveis instrumentos para garantir o protagonismo da comunidade local nas tomadas de decisão sobre a gestão do território.

Além dos fragmentos maiores, os pequenos fragmentos dispersos no município e os indivíduos isolados correm maior risco de supressão pela expansão da ocupação urbana, cujas taxas seguem em crescimento. Instrumentos legais municipais, nesse caso, tornam-se necessários para que o processo de transplante de indivíduos se dê de forma a manter o fluxo gênico entre os fragmentos, projetando corredores ecológicos nos interstícios da malha urbana, além de parques e praças, essenciais para a interação da comunidade e com potencial para abrigar áreas verdes com vegetação nativa.

Existem diversas iniciativas no município que tratam do tema da conservação dos butiazais. Interesses distintos são observados nessas iniciativas, podendo ser divididas entre iniciativas que tratam apenas da conservação da espécie e iniciativas que se preocupam com a conservação aliada aos modos de vida da comunidade local. No primeiro caso, as iniciativas de conservação podem se aliar, como já exposto aqui, a iniciativas de expropriação de terras da comunidade local e limitações de acesso. Já no segundo caso, unem-se as estratégias de conservação, uso e manutenção dos modos de vida da comunidade, destacando que as formas de manejo, como discutido por Kumagai e Hanazaki (2013a) e Fogaça (2017), contribuem para a diversidade da espécie e suas formas de agregação na paisagem.

Assim como Werner e Freitas (2023), percebe-se que não há uma governança organizada sobre a questão dos butiazais como sistemas socioecológicos, estando as iniciativas atuando de forma pontual e desarticulada, tanto entre si como na relação direta com os extrativistas. Ações que promovam uma maior aproximação entre tais iniciativas são imprescindíveis para dar força e visibilidade ao tema no município. O Seminário da Rota dos Butiazais realizado em 2017 foi, até o momento, o principal evento a promover a integração das iniciativas. A inserção da região na Rota dos Butiazais, como um programa já consolidado

e que promove o intercâmbio entre regiões, favorecendo trocas de experiências entre as áreas, constitui um grande potencial de integração.

Finalizando, as complementaridades teóricas aqui descritas, tendo os butiazais e o município de Imbituba como foco, possibilitaram a análise da inserção do tema da conservação da sociobiodiversidade, a partir de uma visão ampliada, na configuração do território, levando em consideração as dimensões históricas, espaciais e a multiescalaridade, o que permite identificar os fatores que interferiram na manutenção de sua presença e sua distribuição atual como resultado de múltiplas interações. Tal análise permite a compreensão da gênese dos conflitos atuais e a importância da inserção do tema na elaboração dos instrumentos de planejamento territorial, considerando natureza e sociedade de forma integrada e evitando cair na armadilha apontada por Almeida (2008, p.122) de “reduzir a questão ambiental a uma ação sem sujeito”.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. As Práticas Espaciais e o Campo dos Conflitos Ambientais. *In*: ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004, p. 13-35.

ACSELRAD, Henri & COLI, Luis Régis. Disputas Territoriais e Disputas Cartográficas. *In*: ACSELRAD, H. (Org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

ADRIANO, Juliana. **Rumo ao ecodesenvolvimento na zona costeira catarinense. Estudo de caso sobre a experiência do fórum da agenda 21 local da lagoa de ibiraquera, no período de 2001 a 2010**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.

ALBUQUERQUE, Ulisses P.; LUCENA, Reinaldo F. P.; LINS NETO, Ernani M. Seleção e escolha dos participantes da pesquisa. *In*: ALBUQUERQUE, Ulisses P.; LUCENA, Reinaldo F. P.; CUNHA, Luiz V. F. (Org.). **Métodos e Técnicas na pesquisa etnobotânica**, 2ª ed. Recife: Comunigraf editora, 2008.

ALISSON, Edward L.; ELLIS, Frank. The livelihoods approach and management of small-scale fisheries. **Marine Policy**, v.25, p.377-388, 2001. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0308-597X\(01\)00023-9](https://doi.org/10.1016/S0308-597X(01)00023-9)

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: Processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.6, n.1, 2004. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2004v6n1p9>

ARAÚJO, Suely M. V. G. Origem e principais elementos da legislação de proteção à biodiversidade no Brasil. *In*: GANEM, Roseli S (Org.). **Conservação da Biodiversidade: Legislação e Políticas Públicas**, p. 177-122, Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2011. Disponível em: [Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](https://portal.da.camara.br/camara.leg.br) . Acesso em 30 de agosto de 2023.

ASSIS, Wendell F.; ZHOURI, Andrea. Representar Territórios e Des-figurar Conflitos Ambientais: O discurso do desenvolvimento sustentável na publicidade brasileira. **Novos Cadernos NAEA**, v. 14, n. 2, p. 117-140, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v14i2.585>

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pelas Províncias de Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo (1858)**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=fKJIAAAAMAAJ&pg=PA262-IA1&hl=pt-BR&source=gbs\\_selected\\_pages&cad=3#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=fKJIAAAAMAAJ&pg=PA262-IA1&hl=pt-BR&source=gbs_selected_pages&cad=3#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 22 de julho de 2023.

BALÉE, William. The Research Program of Historical Ecology. **Annual Review of Anthropology**, n. 35, p. 75-98, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev.anthro.35.081705.123231>

BALÉE, William; ERICKSON, Clark L. Time, complexity, and historical ecology. In W. Balée & C. Erickson (Eds.), **Time and complexity in historical ecology: Studies in the neotropical lowlands**, p. 1-20. New York: Columbia University Press, 2006. Disponível em: <https://repository.upenn.edu/handle/20.500.14332/1415> . Acesso em 21 de julho de 2023.

BALICK, Michael J. Ethnobotany of Palms in the Neotropics. **Advances in Economic Botany** 1:9–23. 1984. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43931365> . Acesso em 22 de setembro de 2023.

BARBIERI, Rosa Lia; MARCHI, Marene M.; GOMES, Gustavo C.; BARROS, Carmen H.; MISTURA, Claudete C.; DORNELLES, José Eduardo F.; HEIDEN, Gustavo; BESKOW, Günther T.; RAMOS, Ricardo A.; VILLELA, Juliana C. B.; DUTRA, Fábio A.; COSTA, Fábila A.; SOSINSKI, Ênio E. J.; SAMPAIO, Luiz A.; LANZETTA, Paulo; ROCHA, Paulo S.; ROCHA, Nestor; PUPPO, Maria; DABEZIES, Juan M.; RIVAS, Mercedes. **Vida no butiazal**. 1ª ed. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2015.

BARBOSA, João M. A.; ANTUNES, Douglas L.; NUNES JÚNIOR, Orivaldo. Presença, ocultação e permanência: os Guarani da Região Metropolitana de Florianópolis. **Campo-Território – Revista de Geografia Agrária**, v. 17, n. 46, p. 107-130, ago. 2022. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCT174605>

BARBOSA, Aline M. Territorialidades específicas e territorialidades hegemônicas: o embate entre povos tradicionais e projetos de desenvolvimento hegemônico capitalista. In: XXI Encontro de Geografia Agrária, Uberlândia, 2012. [Anais...], 2012. Disponível em: [http://www.lagea.ig.ufu.br/xxlenga/anais\\_enga\\_2012/eixos/1329\\_1.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/xxlenga/anais_enga_2012/eixos/1329_1.pdf) . Acesso em 03 de agosto de 2023.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, Flávio B.; SOUSA, Fagner F.; ANDRADE, Josiele P.; RAMOS, Fabrício M.; VIEIRA-DA-SILVA, Camila. Ethnoecology of miriti (*Mauritia flexuosa*, L.f.) fruit extraction in the Brazilian Amazon: knowledge and practices of riverine peoples contribute to the biodiversity conservation. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, v.17, n.3, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1186/s13002-020-00430-z>

BARROSO, Renata M.; REIS, Ademir; HANAZAKI, Natalia. Etnoecologia e etnobotânica da palmeira juçara (*Euterpe edulis* Martius) em comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, São Paulo. **Acta Botanica Brasilica**, v.24, n.2, p.518-528, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-33062010000200022>

BATISTA, Heloisa; OLIVEIRA, Guilherme; CAMARGO, Clarice Carolina. Análise de conteúdo: pressupostos teóricos e práticos. **Revista Prisma**, v. 2, n. 1, p. 48-62, 25 dez. 2021. Disponível em: <https://revistaprisma.emnuvens.com.br/prisma/article/view/42>. Acesso em 18 de julho de 2023.

BELLER, Erin; SANDERSON, Eric Wayne; MACCLENACHAN, Loren; RHEMTULLA, Jeanine. Toward principles of historical ecology. **American Journal of Botany** 104 (5): 1 – 4, 2017. DOI: <https://doi.org/10.3732/ajb.1700070>

BENSUSAN, Nurit. Diversidade e Unidade: um dilema constante. Uma breve história da ideia de conservar a natureza em áreas protegidas e seus dilemas. In: BENSUSAN, Nurit e PRATES, Ana Paula. **A diversidade cabe na unidade? : áreas protegidas no Brasil**. Brasília: IEB, 2014.

BERETTA, Mariane E. A flora dos quintais agroflorestais de Ibiraquera, Imbituba, SC: expressões ambientais e culturais. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/94444> . Acesso em 01 de agosto de 2023.

BISOL, Claudia A. Estratégias de pesquisa em contextos de diversidade cultural: entrevistas de listagem livre, entrevistas com informantes-chave e grupos focais. Estudos de Psicologia, v.29, p. 719-726, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2012000500008>

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) . Acesso em 21 de setembro de 2023.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 2, de 1994**. Aprova o texto da Convenção sobre Diversidade Biológica; assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada na Cidade do Rio de Janeiro, no período de 5 a 14 de junho de 1992. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/535086/publicacao/15769030> . Acesso em 21 de setembro de 2023.

BRASIL. **Decreto Federal nº 2.519 de 16 de março de 1998**. Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 05 de junho de 1992. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1998/decreto-2519-16-marco-1998-437336-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso em 21 de setembro de 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110257.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm) . Acesso em 21 de setembro de 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111428.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111428.htm) . Acesso em 21 de setembro de 2023.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm) . Acesso em 13 de julho de 2023.

BRASIL. **Decreto nº 6.660, de 21 de novembro de 2008**. Regulamenta dispositivos da Lei no 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6660.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6660.htm) . Acesso em 21 de setembro de 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm) . Acesso em 21 de setembro de 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015.** Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113123.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113123.htm) . Acesso em 21 de setembro de 2023.

BRASIL. Comissão do registro geral e estatística das terras públicas e possuídas. **Mappa topographico de parte da Provincia de Santa Catharina:** compreendendo as comarcas do litoral, colonias e terras publicas adjacentes às mesmas colonias. Rio de Janeiro, RJ: Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura Comércio e Obras Públicas, 1872. 1 mapa, col., litografado, 52,5 x 82cm em f. 64,1 x 91,7cm. Escala 1:500.000. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart291394/cart291394.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart291394/cart291394.jpg). Acesso em: 9 agosto 2023.

BÜTTOW, Miriam V.; BARBIERI, Rosa L.; NEITZKE, Raquel S.; HEIDEN, Gustavo. Conhecimento tradicional associado ao uso de butiás (*Butia* spp., *Arecaceae*) no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Fruticultura**, v. 31, p. 1.069-1.075, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-29452009000400021>

CAMPOS, Marina Thereza.; EHRINGHAUS, Cristiane. Plant Virtues are in the Eyes of the Beholders: Comparison of Known Palm Uses Among Indigenous and Folk Communities of Southwestern Amazonia. **Economic Botany**, v.57, n.3, p. 324-344, 2003. DOI: [https://doi.org/10.1663/0013-0001\(2003\)057\[0324:PVAITE\]2.0.CO;2](https://doi.org/10.1663/0013-0001(2003)057[0324:PVAITE]2.0.CO;2)

CASTRO, Edna. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais (Paper 092). Papers do NAEA, v. 7, n. 1, 1998. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/papersnaea.v7i1.11834>

CAVALCANTE, Ricardo B.; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta M. K. Análise de Conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 24, n. 1, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/10000>. Acesso em 18 de julho de 2023.

CAVALHEIRO, Larissa Nunes; ARAUJO, Luiz Ernani Bonesso. Direito ambiental e as diversidades natural e cultural no Brasil: direitos da sociobiodiversidade e sustentabilidade na Constituição Brasileira. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás**, v. 41, n.1, p. 125-141, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5216/rfd.v41i1.32708>



CINNER, Joshua E.; BODIN, Örjan. Livelihood Diversification in Tropical Coastal Communities: A Network-Based Approach to Analyzing ‘Livelihood Landscapes’. *Plos One* v.5, n 8, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0011999>

CHARLES E SILVA, Maurício E.; BASTOS, Ethyenne M.; ALMEIDA NETO, José R.; SANTOS, Kelly P. P.; VIEIRA, Fábio J.; BARROS, Roseli F, M.. Aspectos etnobotânicos da palmeira babaçu (*Attalea speciosa* Mart. ex Spreng.) em comunidades extrativistas no Piauí, nordeste do Brasil. *Gaia Scientia*, v.11, n.3, 2017. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1981-1268.2017v11n3.34922>

CONAMA. **Resolução nº 261 de 30 de julho de 1999 do Conselho Nacional do Meio Ambiente**. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&legislacao=103595> . Acesso em 21 de setembro de 2023.

COSTA, Fábila A. da; BARBIERI, Rosa Lia; SOZINSKI JR., Ênio E.; MARCHI, Marene. **Subsídios para conservação *in situ***: mapeamento dos remanescentes de *Butia catarinensis* em Imbituba, SC. Pelotas: Documentos / Embrapa Clima Temperado, 2022. Disponível em: <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/1149499> . Acesso em 18 de julho de 2023.

COSTA, Viegas F. **Turismo arqueológico e desenvolvimento sustentável**: a possibilidade de aproveitamento do patrimônio arqueológico pré-colonial dos municípios de Garopaba, Imaruê e Imbituba (SC) para a promoção do desenvolvimento sustentável na região. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2016.

CRUMLEY, Carole.L. . Historical ecology: A multidimensional ecological orientation. In CRUMLEY, Carole.L (ed.), **Historical Ecology: Cultural Knowledge and Changing Landscapes**, p. 1-13. Santa Fe: School of American Research Press, 1994.

CRUZ, Polyanna N.; PEREIRA, Thatyara C.; GUINDANI, Camila; OLIVEIRA, Daniela A.; ROSSI, Márcio J.; FERREIRA, Sandra R.S. Antioxidant and antibacterial potential of butia (*Butia catarinensis*) seed extracts obtained by supercritical fluid extraction. *The Journal of Supercritical Fluids*, v. 119, p. 229-237, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.supflu.2016.09.022>

DEGRANDI, José O.; SILVEIRA, Rogério L. L. O Conceito de Formação Socioespacial e sua Potencialidade Analítica e Metodológica para a Compreensão do Desenvolvimento. In: V Seminário Internacional de Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul, 2011. **Anais [...]**, 2011. Disponível em: <https://www.unisc.br/site/sidr/2011/textos/98.pdf> . Acesso em 21 de julho de 2023.

DIONÍSIO, Ana C.; LAGE, Alexandre P.; COMANDOLLI, Clara; PIERONI, Gabriela; MIOTTO, Gisele; LORENZI, Karina S.; SAZAKI, Lorena; BRAGANHOLLO, Manoela; SILVA, PEDRO X. **Engenho é Patrimônio: Inventário dos Engenhos de Farinha do Litoral Catarinense**. CEPAGRO/Rede Catarinense de Engenhos de Farinha, 2019. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Engenhos%20final\\_Reduzido.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Engenhos%20final_Reduzido.pdf) . Acesso em 01 de agosto 2023.

DOWIE, Mark. Refugiados da Conservação. **Artigos NUPAUB** nº4, 2006. Disponível em: <https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/dowie.pdf> . Acesso em 18 de setembro de 2023.

ESLABÃO, Marcelo Piske; PEREIRA, Paulo Eduardo Ellert; BARBIERI, Rosa Lia; HEIDEN, Gustavo. Mapeamento da distribuição geográfica de butiá como subsídio para a conservação de recursos genéticos. **Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento / Embrapa Clima Temperado**, 252. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2016.

EPSTEIN, Graham; ALEXANDER, Steven M.; MARSCHKE, Melissa; CAMPBELL, Donavan; ARMITAGE, Derek. The ambiguous impacts of alternative livelihoods on fisher wellbeing in a closed access fish sanctuary in Port Antonio, Jamaica. *Coastal Studies and Society*, v.0, n.0, p.1-19, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1177/26349817211067052>

FOGAÇA, Isabela B. **Aspectos demográficos e ecológicos em adensamentos da espécie historicamente útil *Butia catarinensis* Noblick & Lorenzi em Imbituba, Santa Catarina.** Dissertação (Mestrado em Ecologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

FOLKE, Carl; CUNDILL, Georgina ; QUEIROZ, Cibele. Communities, ecosystems, and livelihoods. *In*: FOLKE, Carl; FABRICIUS, Christo (Coords.). **Ecosystems and Human Well-Being**, Island Press, 261–277, 2005.

FORESTER, Debora J., MACHLIS, Gary E. Modeling Human Factors That Affect the Loss of Biodiversity. **Conservation Biology**, v.10, n.4, 1996. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2387160> . Acesso em 14 de agosto de 2023.

GANDOLFO, Elisa S.; ANTUNES, Douglas L.; GARCEZ, Carmen. A dialética sociedade-natureza nas trans-formações da paisagem: conservação e uso dos butiazais no litoral de Santa Catarina, Brasil. *Revista da Casa de Geografia de Sobral*, v. 25, n. 2. p. 145-166, 2023. DOI: <https://doi.org/10.35701/rcgs.v25.933>

GANDOLFO, Elisa S.; HANAZAKI, Natalia. Etnobotânica e urbanização: conhecimento e utilização de plantas de restinga pela comunidade nativa do distrito do Campeche (Florianópolis, SC). **Acta Botanica Brasílica**, v. 25, p. 156-177, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-33062011000100020>

GANDOLFO, Elisa S.; HANAZAKI, Natalia. Distribution of local plant knowledge in a recently urbanized area (Campeche District, Florianópolis, Brazil). **Urban Ecosystems**, v.17, p. 775–785, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11252-014-0345-4>

GANDOLFO, Elisa S. Extração de Produtos Florestais Não Madeireiros em Áreas de Proteção Ambiental: Estudo de Caso na APA da Baleia Franca. *In*: II Seminário Internacional de Ecologia Humana. Paulo Afonso: EDUNEB, 2014. **Anais [...]** v. 1. p. 567-575. 2014.

GANDOLFO, Elisa S.; FERNANDES, Aline; MAIA, Carolina. Caminhos do *Butia catarinensis*: educação ambiental crítica, conservação e uso da biodiversidade. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**. São Paulo: REVBEA. v. 12. p. 578-579. 2017.

GEHLEN, Ivaldo. RIELLA, Alberto. Dinâmicas territoriais e desenvolvimento sustentável. **Sociologias**, v. 6, nº 11, p. 20-262, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222004000100003>

GONZÁLEZ-PÉREZ, Sol E.; COELHO-FERREIRA, Márlia; ROBERT, Pascale de; GARCÉZ, Claudia L. L. Conhecimento e usos do babaçu (*Attalea speciosa* Mart. E *Attalea eichleri* (Drude) A. J. Hend.) entre os Mebêngôkre-Kayapó da Terra Indígena Las Casas, estado do Pará, Brasil. **Acta Botanica Brasilica** v.26, n.2, p. 295-308, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-33062012000200007>

GOTTMAN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v.2, n.3, 2012. DOI: <https://doi.org/10.54446/bcg.v2i3.86>

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, n.17, p. 19-46, 2007. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2007.v9i17.a13531>

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**, 5ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HANAZAKI, Natalia; ZANKI, Sofia; PINTO, Marina C.; KUMAGAI, Leonardo; CAVECHIA, Laura A.; PERONI, Nivaldo. Etnobotânica nos Areais da Ribanceira de Imbituba: Compreendendo a Biodiversidade Vegetal Manejada para Subsidiar a Criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável. **Biodiversidade Brasileira**, v.2, n.2, p.50-64, 2012. DOI: <https://doi.org/10.37002/biodiversidadebrasileira.v2i2.273>

IMBITUBA. **Lei complementar nº 2623, de 19 de março de 2005**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-imituba-sc> . Acesso em 21 de setembro de 2023.

LITTLE, Paul E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico**, n. 28, v.1, p. 251-290, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871> . Acesso em 25 de julho de 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2022: panorama Imbituba**, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/imituba/panorama>. Acesso em 16 de julho de 2023.

KARKI, Sabin. Sustainable livelihood framework: monitoring and evaluation. **International Journal of Social Sciences and Management**, v.8, n.1. p. 266-271, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3126/ijssm.v8i1.34399>

KUMAGAI, Leonardo. **Etnobotânica e estrutura populacional do butiá, *Butia catarinensis* Noblick & Lorenzi (Arecaceae) na comunidade dos Areais da Ribanceira de Imbituba/SC**. Dissertação (Mestrado em Biologia Vegetal) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

KUMAGAI, Leonardo; HANAZAKI, Natalia. Economic botany of an endemic palm species (*Butia catarinensis* Noblick & Lorenzi) in Southern Brazil. **Ethnobotany Research & Applications**, v. 11, p. 143-152, 2013a. Disponível em: <https://ethnobotanyjournal.org/index.php/era/article/view/800/512>. Acesso em: 14 maio 2023.

KUMAGAI, Leonardo; HANAZAKI, Natalia. Ethnobotanical and ethnoecological study of *Butia catarinensis* Noblick & Lorenzi: contributions to the conservation of an endangered area in southern Brazil. **Acta Botanica Brasilica**, v. 27, n. 1, p. 13-20, 2013b. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-33062013000100002>.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2002.

LINDNER, Bianca. **Dinâmica populacional e uso do *Butia catarinensis* Noblick & Lorenzi (Arecaceae) no Litoral Catarinense**. Dissertação (Mestrado em Recursos Genéticos Vegetais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

LINS-DE-BARROS, Flávia M.; HOYOS, Gustavo. Distribuição populacional e abrangência espacial dos instrumentos de gestão na zona costeira do Brasil: avanços, lacunas e desafios. **Revista da ANPEGE**, v. 17, n. 33, p. 98-127, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5418/ra2021.v17i33.11555>

LUIZ, Edna Lindaura. Geomorfologia. In: ROCHA, Isa de Oliveira (org.). **Atlas Geográfico de Santa Catarina: Diversidade da Natureza – Fascículo 2**, 2ed. Florianópolis: Ed. UDESC, 2016.

MAPA; MMA. **Portaria interministerial MAPA/MMA nº 10, de 21 de julho de 2021**. Institui lista de espécies nativas da sociobiodiversidade de valor alimentício, para fins de comercialização in natura ou de seus produtos derivados. Diário Oficial da União. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-interministerial-mapa/mma-n-10-de-21-de-julho-de-2021-333502918> . Acesso em 13 de julho de 2023.

MARCH, Antaya; FAILLER, Pierre. Small-scale fisheries development in Africa: Lessons learned and best practices for enhancing food security and livelihoods. *Marine Policy*, v.136, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.marpol.2021.104925>

MARQUARDT, William H., Dialectic in Historical Ecology. In: RAY, Celeste and FERNÁNDEZ-GÖTZ, Manuel (ed.), **Historical Ecologies, Heterarchies and Transtemporal Landscapes**, p. 11-31. Routledge, London, 2019.

MARSCHKE, Melissa J.; BERKES, Fikret. Exploring strategies that build livelihood resilience: a case from Cambodia. **Ecology and Society**, v.11, n.1: 42. [online], 2006. Disponível em: <http://www.ecologyandsociety.org/vol11/iss1/art42/> . Acesso em 27 de julho de 2023.

MARTINS, Andreza; DIAS, Leila C. Atores e redes na construção de territórios ambientais: o caso da APA da Baleia Franca. *Ambiente e Sociedade*, v.20, n.3, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC191R1V2022017>

MARTINS, Renata Corrêa; FILGUEIRAS, Tarcísio de Souza; ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino. Use and Diversity of Palm (Arecaceae) Resources in Central Western Brazil. **The Scientific World Journal**, vol. 2014, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1155/2014/942043>

MILANESI, Lucas S.; PERONI, Nivaldo; REIS, Maurício S. Use of the palm *Euterpe edulis* Martius in landscape units managed by migrants of German origin in Southern Brazil. **Journal**

of **Ethnobiology and Ethnomedicine**, v.9, n.47, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1186/1746-4269-9-47>

MILHEIRA, Rafael G.; DEBLASIS, Paulo. O território guarani no litoral sul-catarinense: ocupação e abandono no limiar do período colonial. **Revista de Arqueologia Americana**, n. 29, p. 148-182, 2011. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23350381>. Acesso em: 14 de maio de 2023.

MINAYO, Maria Cecília de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de S. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**, 21ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

MMA; MDA; MDS. **Plano Nacional para a Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade**, 2009. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/1024/1/Plano%20Sociobiodiversidade.pdf> . Acesso em 13 de julho de 2023.

MMA; ICMBIO. **Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca**, 2018. Disponível em: [https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/marinho/lista-de-ucs/apa-da-baleia-franca/arquivos/plano\\_de\\_manejo\\_apa\\_da\\_baleia\\_franca.pdf](https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/marinho/lista-de-ucs/apa-da-baleia-franca/arquivos/plano_de_manejo_apa_da_baleia_franca.pdf) Acesso em 21 de setembro de 2023.

MOMBELLI, R. Comunidade tradicional dos Areais da Ribanceira, Imbituba (SC): desenvolvimento, territorialidade e construção de direitos. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 18, n. 35, p. 325-345, 2013. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/6457>. Acesso em: 21 de setembro de 2023.

MONTENEGRO, Mayara K. S.; RODRIGUES, Sávio J. D.. A organização das quebradeiras de coco babaçu e sua produção do território. **Campo-território: revista de geografia agrária**, v.15, n.39, p. 145-161. 2020. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCT153909>

MYERS, Norman; MITTERMEIER, Russel A.; MITTERMEIER, Cristina G.; FONSECA, Gustavo; KENT, Jennifer. Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature** 403, 853–858 (2000). DOI: <https://doi.org/10.1038/35002501>

NASCIMENTO, André R. T. Riqueza e etnobotânica de palmeiras no território indígena Krahô, Tocantins, Brasil. **Floresta**, v. 40, n. 1, p. 209-220, 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rf.v40i1.17112>

OLIVEIRA, Elisa Q. **Desterritorialização e resistência nos Areais da Ribanceira: a busca de uma comunidade tradicional pelo direito a terra em Imbituba – SC**. Tese (Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental. Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

OLIVEIRA, Elisa Q.; MARTINS, Pedro; ANTUNES, Douglas L. Areais da Ribanceira: comunidade tradicional e território em Imbituba – SC. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 8, n. 1, p. 175-194, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.7867/2317-5443.2020v8n1p175-194>



OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. **Carta corographica da provincia de Santa Catharina.** Rio de Janeiro, RJ: Lith. do Archivo Militar, 1842. 1 mapa, 51 x 88 cm. Escala [ca.1:57.391]. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart599444/cart599444.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart599444/cart599444.jpg). Acesso em: 9 agosto 2023.

OLIVEIRA JÚNIOR, Clóvis J. F.; NEVES, Yago T. R.; JUNQUEIRA, Paula S. População caiçara, mata atlântica e situação atual do palmito-juçara (*Euterpe edulis* MART.) na região do rio Una da Aldeia (Iguape-sp), entorno da Estação Ecológica Jureia-Itatins. **Revista Árvore**, v.34, n.6, p.1065-1073, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-67622010000600012>

PERUCCHI, Loyvana C.; SANTOS, Antonio; COELHO-DE-SOUZA, Gabriela. Panorama geral do extrativismo do *Butia catarinensis* nos butiazais das restingas do Território Rural Serramar, Santa Catarina: comercialização, conservação e segurança alimentar e nutricional. In: II Encontro internacional da rota dos butiazais: alimento, água e energia em conexão com a história e a cultura, Pelotas, 2008. **Anais [...]**, Pelotas: UFRGS, 2008. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/195655/001091042.pdf?sequence=1>. Acesso em: 13 maio 2023.

PIZZIO, Alex; CECCHIN, Hareli F. G.. O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu na região do Bico do Papagaio: reflexões sobre justiça social. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v.3, n.2, p.111-133, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.7867/2317-5443.2015v3n2p111-133>

PRADO, Deborah S.; SEIXAS, Cristiana S.; BERKES, Fikret. Looking back and looking forward: Exploring livelihood change and resilience building in a Brazilian coastal community. *Ocean & Coastal Management*, v.113, p. 29-37, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2015.05.018>

PRINTES, Rafela B.; COELHO-DE-SOUZA, Gabriela. Ka'aguy heté reguá: criações naturais originárias de uso comum e sua relação com o território guarani. *Amazonica - Revista de Antropologia*, v. 13, n. 1, p.253-287, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v13i1.7371>

QUANDT, Amy. Measuring livelihood resilience: The Household Livelihood Resilience Approach (HLRA). **World Development**, v.107, p. 253-263, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2018.02.024>

RAMOS, Mariana Oliveira; CRUZ, Fabiana Tomé; COELHO-DE-SOUZA, Gabriela; KUBO, Rumi Regina. Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade no Sul do Brasil: Valorização de Frutas Nativas da Mata Atlântica no Contexto do Trabalho com Agroecologia. **Amazonica - Revista de Antropologia da Universidade Federal do Pará**, v. 9, n.1, p. 100-131, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v9i1.5485>

RESOLUÇÃO CONSEMA Nº 51, de 5 de dezembro de 2014. Reconhece a Lista Oficial das Espécies da Flora Ameaçada de Extinção no Estado de Santa Catarina. In: **IMA – Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina**. Disponível em: <https://www.ima.sc.gov.br/index.php/downloads/biodiversidade/flora/2436-lista-da-flora-ameacada-de-extincao-em-sc-resolucao-consema-n-51-2014>. Acesso em: 2 maio 2023.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 15.922, de 23 de dezembro de 2022.** Institui o Dia Estadual do Butiá no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, a ser comemorado, anualmente, no dia 13 de março, e dá outras providências. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rs/lei-ordinaria-n-15922-2022-rio-grande-do-sul-institui-o-dia-estadual-do-buti-a-no-ambito-do-estado-do-rio-grande-do-sul-a-ser-comemorado-anualmente-no-dia-13-de-marco-e-da-outras-providencias> . Acesso em 21 de setembro de 2023.

ROSA, Liége; CASTELLANI, Tânia T.; REIS, Ademir. A. Biologia reprodutiva de Butia capitata (Martius) Beccari var. odorata (Palmae) na restinga do município de Laguna, SC. Revista Brasileira de Botânica. vol. 21 (3), 1998. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-84041998000300007>

ROCKETT, Fernanda C.; SCHMIDT, Helena; PAGNO, Carlos H.; POSSA, Jucelaine; ASSIS, Renato Q.; OLIVEIRA, Viviani R.; DA SILVA, Vanuska L.; FLÔRES, Simone H.; RIOS, Alessandro. Seven Brazilian Native Fruits as Potential Sources of Bioactive Compounds and Antioxidants. **Current Bioactive Compounds**, v. 17, n. 2, p. 120-129, 2021. DOI: <https://doi.org/10.2174/1573407216666200303110113>

RULL, Valentí; MONTOYA, Encarni. *Mauritia flexuosa* palm swamp communities: natural or human-made? A palynological study of the Gran Sabana region (northern South America) within a neotropical context. **Quaternary Science Reviews**, v.99, n.1, p.17-33, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.quascirev.2014.06.007>

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SAINT-HILLAIRE, Auguste de. **Viagem à Província de Santa Catharina (1820).** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/140/1/58%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf> . Acesso em: 17 de maio de 2023.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. O retorno do território. **Observatório Social da América Latina**, v. 6, n. 16, p. 251-261. Buenos Aires : CLACSO 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf> . Acesso em 14 de agosto de 2023.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**, 6ª ed, 2ª reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014a.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**, 1ª ed., 3ª reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014b.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed., 9. reimp. São Paulo: Edusp, 2017.



SANTOS, Ronize da Silva; COELHO-FERREIRA, Márlia. Estudo etnobotânico de *Mauritia flexuosa* L. f. (Arecaceae) em comunidades ribeirinhas do Município de Abaetetuba, Pará, Brasil. *Acta Amazonica*, v.42, n.1, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0044-59672012000100001>

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SEIXAS, Cristiana S.; BERKES, Fikret. Mudanças socioecológicas na pesca da Lagoa da Ibiraquera, Brasil. In: VIEIRA, Paulo F.; BERKES, Fikret; SEIXAS, Cristiana S. (Org.). *Gestão integrada e participativa: conceitos, métodos e experiências*. Florianópolis: Secco/APED, 2005.

SHIRIAISHI-NETO, Joaquim. Quebradeiras de Coco: “babaçu livre” e reservas extrativistas. *Veredas do Direito – Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável*, v. 14 n. 28, p.147-166, 2017. DOI: <https://doi.org/10.18623/rvd.v14i28.920>

SOSINSKI JR, Ênio E.; URRUTH, Leonardo M.; BARBIERI, Rosa L.; MARCHI, Marene M.; MARTENS, Silvano G. On the ecological recognition of *Butia* palm groves as integral ecosystems: why do we need to widen the legal protection and the in situ/on-farm conservation approaches? *Land Use Policy*, v. 81, p. 124-130, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2018.10.041>

SOSINSKI JR, Ênio E., BARBIERI, Rosa L.; MARCHI, Marene; URRUTH, Leonardo M. Certificação agroflorestal e extrativista como incentivo à conservação pelo uso da biodiversidade: a experiência da Rota dos Butiazais. In: URRUTH, Leonardo M.; BASSI, Joana B.; CHEMELLO, Davi; RAGUSE-QUADROS, Mateus; STEENBOCK, Walter (Orgs). **Certificação Agroflorestal: a experiência do Rio Grande do Sul na regularização de manejos de base ecológica e no incentivo aos produtos da sociobiodiversidade**. Brasília, DF: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, p. 47-56, 2022. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/368921013\\_Certificacao\\_Agroflorestal\\_a\\_experiencia\\_do\\_Rio\\_Grande\\_do\\_Sul\\_na\\_regularizacao\\_de\\_manejos\\_de\\_base\\_ecologica\\_e\\_no\\_incentivo\\_ao\\_produtos\\_da\\_sociobiodiversidade](https://www.researchgate.net/publication/368921013_Certificacao_Agroflorestal_a_experiencia_do_Rio_Grande_do_Sul_na_regularizacao_de_manejos_de_base_ecologica_e_no_incentivo_ao_produtos_da_sociobiodiversidade) . Acesso em 21 de setembro de 2023.

SOUSA, José R.; SANTOS, Simone C. M. dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. *Pesquisa e Debate em Educação*, v. 10, n. 2, p. 1396 - 1416, 2020. DOI: <https://doi.org/10.34019/2237-9444.2020.v10.31559>

SOUZA, Marcelo Lopes de. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In SAQUET, Marcos Aurelio & SPOSITO, Eliseu Savério (ogs). **Territórios e Territorialidade: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SÜHS, Rafael B; GIEHL, Eduardo L. H.; PERONI, Nivaldo. Interaction of land management and araucaria trees in the maintenance of landscape diversity in the highlands of southern Brazil. *PLoS ONE*, v. 13, n. 11, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0206805>

TONGCO, Maria Dolores C. Purposive Sampling as a Tool for Informant Selection. *Ethnobotany Research and Applications*, v. 5, p. 147–158, 2007. Disponível em:

<https://ethnobotanyjournal.org/index.php/era/article/view/126/111> . Acesso em 04 de julho de 2023.

URRUTH, Leonardo M.; BASSI, Joana B.; CHERMELLO, Davi; MALGUÊS, Meyre L. T. C. Traduzindo leis em política pública: a experiência da Certificação Agroflorestral e de Extrativismo Sustentável do Rio Grande do Sul. *In*: URRUTH, Leonardo M.; BASSI, Joana B.; CHERMELLO, Davi; RAGUSE-QUADROS, Mateus; STEENBOCK, Walter (Orgs). **Certificação Agroflorestral: a experiência do Rio Grande do Sul na regularização de manejos de base ecológica e no incentivo aos produtos da sociobiodiversidade**. Brasília, DF: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, p. 47-56, 2022. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/368921013\\_Certificacao\\_Agroflorestal\\_a\\_experiencia\\_do\\_Rio\\_Grande\\_do\\_Sul\\_na\\_regularizacao\\_de\\_manejos\\_de\\_base\\_ecologica\\_e\\_no\\_incentivo\\_ao\\_produtos\\_da\\_sociobiodiversidade](https://www.researchgate.net/publication/368921013_Certificacao_Agroflorestal_a_experiencia_do_Rio_Grande_do_Sul_na_regularizacao_de_manejos_de_base_ecologica_e_no_incentivo_ao_produtos_da_sociobiodiversidade) . Acesso em 21 de setembro de 2023.

VIEIRA, Irlaine R.; OLIVEIRA, Jefferson S.; SILVA, Geisiane O.; SANTOS, Kelly P. P.; VIEIRA, Fábio J.; BARROS, Roseli A. M. Percepção de extrativistas sobre os buritizais na região dos Lençóis Maranhenses, Brasil. **Sociedade e Natureza**, v.31, 2019. DOI: <https://doi.org/10.14393/SN-v31-2019-38808>

VIVACQUA, Melissa. Reservas extrativistas marinho-costeiras: Reflexões sobre o estágio pré-implementação. **Ambiente e Sociedade**, v.21, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc0032r3vu18L1AO>

WERNER-MARTINS, João F. O.; FREITAS, Rodrigo R. Environmental governance of butiazais (*Butia catarinensis*) on the south coast of Brazil. **Ocean and Coastal Management**, n. 239, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2023.106614>

ZANKI, Sofia; HANAZAKI, Natalia; ASSIS, Ana Luiza A. A.; DE BOEF, Walter; PERONI, Nivaldo. Empoderamento de Comunidades Rurais e o Estabelecimento de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável: Estudo de Caso nos Areais da Ribanceira, Imbituba – SC. **Biodiversidade Brasileira**, v.2, n.2, p. 33-49, 2012. DOI: <https://doi.org/10.37002/biodiversidadebrasileira.v2i2.272>

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. “Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação”. *In*: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. (Orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: UFMG, p. 11-33, 2010

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice B. Desenvolvimento, Sustentabilidade e Conflitos Socioambientais. *In*: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice B. A insustentável leveza da política ambiental, 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, p. 11-26, 2014

## APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



GABINETE DO REITOR

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(a) senhor(a) está sendo convidado a participar de uma pesquisa de doutorado intitulada “Butiazais como zona de convergência de territorialidades no município de Imbituba/SC”, que fará entrevistas tendo como objetivo compreender como as comunidades interagem com o butiá, tanto no passado como no presente, bem como avaliar a distribuição dos butiazais ao longo do tempo. O objetivo geral da pesquisa é analisar a situação do *Butia catarinensis*, como elemento do território, no processo de formação socioespacial do município de Imbituba, bem como sua importância social e econômica e os conflitos em torno de sua conservação e uso, buscando gerar subsídios para discussões no âmbito do planejamento territorial. Serão previamente marcados a data e horário para a entrevista, utilizando um roteiro de entrevista e um gravador de voz. Estas medidas serão realizadas em local combinado previamente.

Os riscos envolvidos na participação nesta pesquisa são considerados mínimos, e são relacionados à ocupação do tempo e do desejo do participante em responder aos questionamentos. Para evitar qualquer aborrecimento, não é obrigatório responder a todas as perguntas, podendo a entrevista ser interrompida em qualquer momento, de acordo com o desejo do(a) entrevistado(a).

O(a) Senhor(a) e seu/sua acompanhante não terão despesas e nem serão remunerados pela participação na pesquisa. Todas as despesas decorrentes de sua participação serão ressarcidas. Em caso de danos, decorrentes da pesquisa será garantida a indenização.

A sua identidade será preservada pois cada indivíduo será identificado por um número.

Os benefícios e vantagens em participar deste estudo serão contribuir para o conhecimento sobre a importância dos butiazais e suas relações com os modos de vida das comunidades locais, os quais podem ser utilizados posteriormente para a elaboração de políticas públicas e projetos de conservação dos butiazais.

As pessoas que estarão acompanhando os procedimentos serão os pesquisadores Elisa Serena Gandolfo Martins (doutoranda) e Douglas Ladik Antunes (orientador).

O(a) senhor(a) poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem qualquer tipo de constrangimento.

Solicitamos a sua autorização para o uso de seus dados para a produção de artigos técnicos e científicos. A sua privacidade será mantida através da não-identificação do seu nome.

Este termo de consentimento livre e esclarecido é feito em duas vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o sujeito participante da pesquisa.

NOME DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL PARA CONTATO: Elisa Serena Gandolfo Martins  
NÚMERO DO TELEFONE: 48 991353883

ENDEREÇO: Estrada Geral do Ouvidor, s/n. Grama. Garopaba/SC.

## ASSINATURA DO PESQUISADOR:

Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos – CEPESH/UEDESC

Av. Madre Benvenuta, 2007 – Itacorubi – Florianópolis – SC -88035-901

Fone/Fax: (48) 3664-8084 / (48) 3664-7881 - E-mail: [cep.udesc@gmail.com](mailto:cep.udesc@gmail.com)

CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

SRTV 701, Via W 5 Norte – lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte - Brasília-DF - 70719-040

Fone: (61) 3315-5878/ 5879 – E-mail: [conep@saude.gov.br](mailto:conep@saude.gov.br)

**TERMO DE CONSENTIMENTO**

Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e, que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e, que todos os dados a meu respeito serão sigilosos. Eu compreendo que neste estudo vou compartilhar informações através de entrevista, e que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento.

Nome por extenso

\_\_\_\_\_

Assinatura \_\_\_\_\_

Local: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA****Roteiro de Entrevista**

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Gênero: \_\_\_\_\_

Ocupação: \_\_\_\_\_

Naturalidade: \_\_\_\_\_

<p>Relação com o butiá:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Usos;</li><li>- Aspectos identitários (lembranças, histórias);</li><li>- Como chama os lugares onde tem muito pé de butiá;</li><li>- Importância do butiá;</li></ul>	
<p>Locais de coleta</p>	

Manejo (cuidados, formas de coleta, plantio, transplante, etc)	
Acordos de uso (passado e presente)	
Transformações na paisagem e o butiá <ul style="list-style-type: none"><li>- Quantidade (passado/presente)</li><li>- Acesso (passado/presente)</li></ul>	
Conservação <ul style="list-style-type: none"><li>- Considera necessário</li></ul>	

<ul style="list-style-type: none"><li>- Sabe se existem e são aplicadas</li><li>- Teria sugestões</li></ul>	
Modo de vida/territorialidade	